



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA



NILTON SANTOS STANGUINI

***MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E ACESSO AO DIREITO
HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO***

**SÃO PAULO
2023**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA



NILTON SANTOS STANGUINI

Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano a alimentação adequada no contexto da pandemia de covid-19: um estudo no município de São Paulo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gabriela Marques Di Giulio

VERSÃO CORRIGIDA
SÃO PAULO
2023

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução, total ou parcial, é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Catálogo na Publicação (CIP)

Biblioteca/CIR da FSP/USP

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Stanguini, Nilton Santos

Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano a alimentação adequada no contexto da pandemia de covid-19: um estudo no município de São Paulo. Prof.^a Dr.^a Gabriela Marques Di Giulio – São Paulo – 2022.

Nº fls. 172 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2022

STANGUINI, Nilton Santos, Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano a alimentação adequada no contexto da pandemia de covid-19: um estudo no município de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FOLHA DE APROVAÇÃO (DISSERTAÇÃO)

STANGUINI, Nilton Santos

Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano a alimentação adequada no contexto da pandemia de covid-19: um estudo no município de São Paulo.

Dissertação apresentada ao *Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo*, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 30/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gabriela Marques Di Giulio _____ **Instituição: FSP-USP**

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Profa. Dra. Patrícia Constante Jaime _____ **Instituição: FSP-USP**

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Profa. Dra. Márcia Maria Tait Lima _____ **Instituição: Unicamp - Externo**

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Alice Casarini Stanguini (Dona Licinha) e ao meu pai, Santos Stanguini (seu Lelo) (in memoriam), exemplos de camponeses que sempre me ensinaram o tamanho da honra e da luta de pessoas que foram obrigadas a se mudarem da zona rural para as cidades desse Brasil.

Dedico também a toda minha família, em especial ao Vacilotto, por tudo e por tanto. Às boas e velhas amizades e às recentes que foram conquistadas no percurso desta dissertação. Às pessoas que resistem e lutam pelo direito à alimentação adequada e saudável.

Epigrafe



33 MILHÕES DE FAMINTOS

DESMONTE DE POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

FILA PARA OSSOS

Pessoas dormem em filas de ossos

A FOME TEM COR, GÊNERO E ENDEREÇO

Relatório revela o rosto da fome no país

NOVO RECORD DO AGRONEGÓCIO

Brasil atinge maior safra de grãos e agro diz alimentar o mundo

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mobilização popular distribui sopa e cobertor no frio de São Paulo

DE QUEM É A CULPA?

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundice do pátio
Catando comida entre os detritos

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

AGRADECIMENTOS

Sem ordem aqui para o tamanho da minha gratidão por vocês, pois ele é o mesmo:

IMENSO!

***Mãe, Pai e família**, obrigado por me ensinarem a dar o valor necessário às coisas mais simples da vida e, ao mesmo tempo, as mais importantes. Sou feliz por isso!*

***Gabriela**, antes de dizer algo necessário a alguém, vou pensar na forma justa, respeitosa, acolhedora e elegante que sempre foi comigo. Pelo apoio incondicional para desenvolver esta temática que permitiu uma transformação de como vejo as coisas e de como me localizo neste mundo. Por toda compreensão, por mostrar caminhos e por orientar, mesmo quando a confusão foi grande. Por todos os desafios propostos que, pensando bem, foram verdadeiros presentes. Por ser não só referência, mas também inspiração. Por seu modo de conduzir que redefiniu o significado da palavra orientadora para mim. Obrigado!*

***Vacilotto**, com quem sigo na busca - há 10 anos! - de entender diariamente o amor e o companheirismo. Por todos “tá tudo bem” que ouviu, compreendeu que era da boca para fora e permaneceu ao meu lado. Obrigado!*

***Nathália**, um feliz encontro no percurso que se tornou uma amizade. Por toda parceria, digo obrigado no melhor estilo Nath carioca de ser: “pow arrasô!”*

*Às pessoas do Jardim Colombo. À equipe do Instituto Fazendinhando. Às mulheres Fazendeiras, as quais minha admiração é enorme. Em especial, a vocês: **Silvia, Ster, Kamilla, Erik, Ilda, Geisa, Rafa, Andre, Vania, Lola, Maia** por colaborarem tanto comigo, por me ensinarem a fundo o que é participação e por me fazerem entender e presenciar a sonhada transformação social. A vocês, também deixo meu pedido de desculpas por não saber expressar aqui a potência e a força que vivenciei, tantas vezes, onde hoje tomo a licença para chamar de nossa querida Fazendinha. Saibam que sem vocês este trabalho não seria possível. Espero ter retribuído e poder somar esforços em muitas outras ações e lutas presentes e futuras. Obrigado!*

À Professora Patrícia Jaime e ao Professor Leandro Giatti por todos os ensinamentos compartilhados durante as disciplinas cursadas, pelas contribuições valiosas no exame de qualificação e pelas portas que abriram. Não sei se imaginam o quanto foram importantes para mim. Obrigado!

Ao Professor João Nunes, por ter confiado no trabalho, por todo esforço à distância e presencial e pelas conexões feitas para que o III Festival de Artes do Fazendinhando pudesse ser realizado. Obrigado!

À Profa. Márcia Tait, por ter aceitado participar da banca e enriquecer o trabalho com toda sua experiência acadêmica e com movimentos sociais. Obrigado!

Ao grupo de pesquisa, por me receberem, serem gentis a todo momento e contribuírem tanto e sempre. Vocês têm toda minha admiração. Ana, Fer, Carol, Adalberto, Ione, Michelle, Felipe, Clara, Mari, Fabiano. Obrigado!

Às professoras e aos professores com os quais aprendi desde a pré-escola até o Mestrado. À universidade de São Paulo e ao Programa de Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade e ao Carlos pelo apoio sempre. Obrigado!

Ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e à Laura, pela compreensão e apoio para que eu pudesse cumprir os desafios dessa fase. Obrigado!

Aos amigos e às amigas, a melhor forma de lhes agradecer seria revelar uma espécie de nuvens de palavras em que vocês aparecem na minha mente.

É assim que me inspiram, pois eu levo um pedacinho de vocês comigo que me ajuda a pensar, a tomar decisões, a agir e a seguir em frente.

Sou uma mistura de vocês com uma pitada exagerada de leonino.

Anderson, Vanessa, Lívia, Mari, Júlia, Martine, Dri, Aline, Cleison, Ivan, Nelson, Luís, Cássia, vocês fizeram e fazem a minha vida mais doce.

Como não lhes agradecer por tudo que me ajudam a ser? Muito obrigado!

RESUMO

STANGUINI, N. S. de **Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano a alimentação adequada no contexto da pandemia de covid-19: um estudo no município de São Paulo**. 2022. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Vivenciamos no Brasil um cenário de insegurança alimentar e nutricional que vem se instalando nos últimos anos por conta de escolhas políticas dos governantes. Dessa forma, quando a pandemia de Covid-19 eclode no país, no início de 2020, encontra um espaço fragilizado em medidas de proteção social, e de políticas públicas de alimentação e nutrição. Estas vêm sofrendo um processo de desmantelamento por meio de cortes orçamentários e desmontes de instituições criadas para garantir a segurança alimentar da população. É neste contexto que o estudo proposto busca investigar estratégias de resistência e ações de indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social frente ao cenário de insegurança alimentar, agravado pela pandemia de Covid-19, de modo a contribuir para o debate atual sobre políticas públicas de proteção social, alimentação e nutrição. O trabalho se ancora na perspectiva de pesquisa participativa, buscando contribuir de forma ativa para o avanço do conhecimento técnico-científico, ao mesmo tempo que, por seu caráter participativo e dialético, visa contribuir para o enfrentamento de problemas e formulação ou reestruturação de políticas públicas. O estudo, foca, em particular, as experiências do Instituto Fazendinho, dentro da Favela do Jardim Colombo que faz parte do complexo de Paraisópolis, no município de São Paulo. Para tanto, buscou-se: 1) Estudar a implementação e o atual desmonte das políticas públicas de alimentação e nutrição e relações com aumento de insegurança alimentar na pandemia de Covid-19; 2) Investigar a atuação desse movimento social; 3) Conhecer e analisar as ações emergentes de enfrentamento da fome colocadas em prática pela própria mobilização da população local. 4) Explorar como as ações de movimentos sociais como o Fazendinho podem trazer à luz questões ligadas a sistemas alimentares saudáveis sustentáveis. Os resultados evidenciam que as ações do Instituto Fazendinho atravessam os quatro eixos de governança responsáveis pelo êxito do país no combate à fome, sobretudo a preocupação para que mulheres alcancem autonomia para garantirem, por meios próprios, a alimentação. À medida que integrantes do Fazendinho conhecem de perto a população do Jardim Colombo, é possível reagir as desigualdades históricas e estruturais do país, inclusive identificando famílias que vivem em maior vulnerabilidade. Por meio da procura em inserir alimentos como frutas, legumes e verduras na mesa das pessoas, as ações do Instituto são potentes para fortalecer elos entre cidade e campo. Por outro lado, observou-se o atravessamento dos sistemas de diferentes amplitudes nos alimentos doados. Assim como outros movimentos sociais, as ações do Instituto Fazendinho revelam, de um lado, o papel indutor que a sociedade civil e as organizações de controle social exercem nas políticas de segurança alimentar e nutricional e, de outro, tensionam a discussão sobre responsabilidades pelos direitos que o Estado deveria entregar.

Tendo em vista que esse estudo é desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – Mestrado Profissional, para além da dissertação, foi proposto também como produtos o desenvolvimento de conteúdos, com foco em

divulgação das iniciativas do Instituto Fazendinho. Também houve a proposta de coprodução de documentário sobre insegurança alimentar, com envolvimento de atores locais em todo processo de criação e desenvolvimento.

Palavras-chave: Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição, segurança alimentar, vulnerabilidade social, São Paulo.

ABSTRACT

STANGUINI, N. S. of **Social movements, public food and nutrition policies and access to the human right to adequate food in the context of the covid-19 pandemic: a study in the city of São Paulo**. 2022. 172 f. Dissertation (Master's degree) - Faculty of Public Health, Universidade de [University of] São Paulo, São Paulo, 2023.

We are experiencing in Brazil a scenario of food and nutritional insecurity that has been taking place in recent years due to political choices made by governments. So, when the Covid-19 pandemic broke out in the country, at the beginning of 2020, it found a fragile space in social protection measures, and public policies on food and nutrition. These have been undergoing a process of dismantling through budget cuts and dismantling of institutions created to guarantee food security for the population. It is in this context that the proposed study seeks to investigate resistance strategies and actions of individuals who live in a situation of social vulnerability in facing a food insecurity scenario, aggravated by the Covid-19 pandemic, to contribute to the current debate on public health policies of social protection, food and nutrition. The work is anchored in the perspective of participatory research, seeking to actively contribute to the advancement of technical-scientific knowledge, at the same time that, due to its participatory and dialectical character, it aims to contribute to the confrontation of problems and formulation or restructuring of public policies. The study focuses, in particular, on the experiences of Instituto Fazendinho, within Favela do Jardim Colombo, which is part of the Paraisópolis complex, in the city of São Paulo. To this end, we sought to: 1) Study the implementation and current dismantling of public policies on food and nutrition and relationships with increased food insecurity in the Covid-19 pandemic; 2) Investigate how the Fazendinho movement relates to public power and public policies on food and nutrition; 3) Know and analyze the emerging actions put into practice to fight hunger by the mobilization of local population. 4) Explore how the actions of social movements such as Fazendinho can bring up issues related to sustainable healthy food systems. The actions of the Fazendinho Institute cross the four axes of governance responsible for the country's success in fighting hunger, especially the concern for women to achieve autonomy to ensure by their own means, food. As members of Fazendinho get to know the population of Jardim Colombo up close, it is possible reacting to the country's historical and structural inequalities, including identifying families that live in greater vulnerability. By seeking to include foods such as fruits and vegetables in the actions, the Institute's actions are powerful in strengthening links between city and countryside. On the other hand, crossing systems of different amplitudes in the donated food was observed. Like other social movements, the actions of the Instituto Fazendinho reveal, on the one hand, the inducing role that civil society and social control organizations play in food and nutrition security policies and, on the other, tension the discussion about responsibilities for the rights that the State should deliver.

Considering that this study is developed within the scope of the Postgraduate Program Environment, Health and Sustainability - Professional Master's Degree, in addition to the dissertation, the development of content was also proposed as products, with a focus on disseminating the initiatives of Instituto Fazendinho. There was also a proposal to co-

produce a documentary on food insecurity, with the involvement of local actors in the entire creation and development process.

Keywords: Social movements, public food and nutrition policies, food security, social vulnerability, São Paulo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAHR – *Centre for Applied Human Rights*

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CUFA – Central Única de Favelas

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EC – Emenda Constitucional

FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores do Brasil

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANCS – Plantas Alimentícias Não Convencionais

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UoY – Universidade de York

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Convite elaborado pela equipe do Fazendinhando e enviado para a população para o evento de saúde do dia 26 de setembro de 2021.

Figura 2: Arte para divulgação do III Festival Fazendinhando de autoria de Kamilla Baes.

Figura 3: Esquematisação das participações em atividades e ações realizadas pelo Instituto Fazendinhando.

Figura 4: Produção de marmitas.

Figura 5: Mutirão de retirada de entulhos de pintura de escadaria no Jardim Colombo.

Figura 6: Mutirão de retirada de entulhos e pintura ao redor do Parque Fazendinha

Figura 7: Mutirão para retirada de entulho e pintura realizado para o III Festival Fazendinhando.

Figura 8: Oficinas de caricaturas e de músicas do III Festival Fazendinhando.

Figura 9: Oficinas de grafite do III Festival Fazendinhando.

Figura 10: Oficinas de plantio do III Festival Fazendinhando em parceria com a Horta comunitária da Faculdade de Medicina da USP.

Figura 11: Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar no Brasil, 2004 a 2022.

Figura 12: Cidade de São Paulo dividida em suas 32 subprefeituras.

Figura 13: Evolução de ocupação do território.

Figura 14: Ocupação atual e localização do Jardim Colombo

Figura 15: Imagem do córrego dentro da Favela.

Figura 16: Placa de obra da prefeitura reutilizada por um morador para fazer um portão da residência.

Figura 17: Placa da prefeitura comunicando a obra de reurbanização.

Figura 18: Obra de canalização do córrego do Jardim Colombo.

Figura 19: Imagem superior do parque Fazendinha.

Figura 20: Imagem da frente do parque Fazendinhando.

Figura 21: Parque Fazendinha antes da atuação do Instituto Fazendinhando.

Figura 22: Cozinha da Igreja.

Figura 23: Fazendeiras e doutoranda Nathália Nunes no curso de culinária.

Figura 24: Fila para distribuição das marmitas.

Figura 25: Pannel bem-vindo ao Jardim Colombo do artista Joséf, localizado na divisa com o cemitério Gethsêmani Morumbi.

Figura 26: Vista da parte de trás do parque e do Jardim Colombo, com os condomínios na avenida Giovani Gronchi.

Figura 27: Vista da entrada lateral do Jardim Colombo com áreas verdes ao redor dos condomínios do Morumbi.

Figura 28: Muro e grade na divisa entre uma escola e o Jardim Colombo.

Figura 29: Escada danificada e com alto declive no território.

Figura 30: Alimentos in natura e minimamente processados na produção das marmitas distribuídas para a população local.

Figura 31: Pequenos estabelecimentos que comercializam frutas, legumes e verduras no Jardim Colombo.

Figura 32: Preparo dos hamburgueres a base de soja para o almoço do dia da saúde.

Figura 33: Oficina de PANCS realizada em parceria com a Horta Comunitária da FMUSP.

Figura 34: Produção dos lanches para distribuição para a população no dia da Saúde.

Figura 35: Jujus/geladinhos comprados de três mulheres do Jardim Colombo.

Figura 36: Espetos de carne e frango comprados na região central de São Paulo.

Figura 37: Espetos de legumes servidos no almoço do Festival.

Figura 38: Cachorros-quentes servidos no almoço do Festival.

Figura 39: Post da ativista ambiental Samela Sateré Mawé em que questiona a contrapartida das pesquisas com povos indígenas.

Figura 40: Mutirão para retirada de entulhos e melhorias no parque Fazendinha para o III Festival Fazendinhando.

Figura 41: Mutirão de limpeza e plantas crescendo no parque Fazendinha.

Figura 42: Grafite da artista Lau Guimarães criado no III Festival Fazendinhando.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: O MOVIMENTO ENTRE A ENXADA E A POESIA.....	20
INTRODUÇÃO.....	24
OBJETIVOS.....	30
CAPÍTULO 1 – ABORDAGEM METODOLÓGICA	31
1.1. A PESQUISA PARTICIPATIVA	31
1.2. A ESCOLHA DO TEMA, A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO E PARTICIPAÇÃO	32
1.3. FERRAMENTAS UTILIZADAS NA PESQUISA.....	41
1.4. FORMA DE ANÁLISE DO MATERIAL	43
1.5. ASPECTOS ÉTICOS.....	44
CAPÍTULO 2 – APORTES TEÓRICOS-ANALÍTICOS.....	46
2.1. A PRIORIZAÇÃO E A ALIMENTAÇÃO COMO UM DIREITO DENTRO DO CAMPO POLÍTICO	46
2.2. O CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS E A SINDEMIA GLOBAL.....	48
2.3. SISTEMAS ALIMENTARES	50
2.4. IMPLEMENTAÇÃO E DESMONTE DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	52
2.5. ALIMENTAÇÃO, PANDEMIA DE COVID-19, RISCOS E INCERTEZAS	58
2.6. MOVIMENTOS SOCIAIS E DE RESISTÊNCIA AO CENÁRIO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME.....	60
2.6.1. MOVIMENTOS DO CAMPO.....	62
2.6.2. MOVIMENTOS URBANOS	63
CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	67
3.1. SÃO PAULO	67
3.2. O JARDIM COLOMBO.....	69

3.3. O INSTITUTO FAZENDINHANDO	72
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1. A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO COTIDIANO	81
4.2. AS REAÇÕES ÀS DESIGUALDADES	89
4.3. A INAÇÃO DO PODER PÚBLICO JUNTO AO MOVIMENTO	101
4.4. A EXPERIÊNCIA LOCAL E OS SISTEMAS ALIMENTARES MULTIESCALARES	109
4.5. AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA PESQUISA PARTICIPATIVA	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXO A	152
ANEXO B	155
ANEXO C	158
ANEXO D	160
ANEXO E.....	161
ANEXO F.....	171

APRESENTAÇÃO

O MOVIMENTO ENTRE A ENXADA E A POESIA

No momento em que escrevo a apresentação desta dissertação, tenho um sentimento bom de chegar ao final de um ciclo com a satisfação de que as escolhas durante o caminho fizeram sentido. As escolhas do tema, do território, do percurso metodológico, do grupo populacional, das disciplinas cursadas, da literatura, dentre tantas outras, estão alinhadas à busca de pistas e respostas para um mal que atinge grande parte da população: a fome. Um problema complexo, tão enraizado e tão explicitamente posto na sociedade brasileira, mas que, na mesma proporção, vem sendo negligenciado e misteriosamente ocultado por parte daqueles que foram eleitos recentemente para governar esse país e que, assim, têm a obrigação de combatê-lo. É bom olhar para trás, para o que foi percorrido no mestrado, e tomar conta de que essas escolhas se entrelaçam com os movimentos da minha trajetória pessoal que busco sintetizar aqui, fundamentando a origem deste estudo.

Não posso dizer que foi fácil, afinal foram vários os motivos que por muitas vezes quase me fizeram desistir e, entre eles, claro, a pandemia de Covid-19. Fato que mudou e transformou profundamente as nossas vidas. Também é inevitável estudar um assunto tão delicado, que traz consequências avassaladoras nas vidas de tantos brasileiros e tantas brasileiras, e não ser acometido pelo sentimento de tristeza. É difícil colocar em palavras o que significa ficar de frente com a personificação do que representava o número e a estatística de 19 milhões de pessoas passando fome no país, no início dos estudos, e que, neste momento final de escrita da dissertação - em tão pouco tempo! - infelizmente alcançou a marca de 33 milhões de pessoas convivendo com e enfrentando esta situação. É duro estar em uma fila de entrega de marmitas e ter que escolher ou entregar um número menor do que foi solicitado para alguém, porque, no fundo, sabíamos que a “fila tinha que andar”.

Por outro lado, posso afirmar que encontrei e conheci pessoas que levarei como inspiração e referência para a forma de atuação profissional e para a vida que terei daqui para frente. Pessoas que confiaram no trabalho que estava sendo desenvolvido e que contribuíram, cada uma à sua maneira e com seus saberes, para sua realização. Serão esses encontros e a consciência do envolvimento dessas muitas mãos que permitirão uma comemoração ao final deste trabalho, mesmo diante do mal-estar coletivo que a fome

provoca e mesmo sabendo que há muito mais a fazer do que foi possível. E, por isso, nunca é demais dizer que sou grato!

Sou filho de pequenos agricultores de uma cidade chamada São João da Boa Vista, que fica no interior do Estado de São Paulo. Durante a minha infância, na década de 1980, eu e minhas seis irmãs e irmão, vimos meus pais praticamente serem obrigados a abandonar a vida no campo e se mudarem para a cidade. Isto porque, na fazenda em que vivíamos, o tipo de cultivo que eles praticavam perdeu espaço para a monocultura da cana-de-açúcar, muito por conta de uma indústria de combustível para automóveis que se instalou na região e de outros tipos de produção do crescente agronegócio.

Ainda naquela década, meu pai continuou com um trabalho na mesma fazenda e em outras da região, que era o de transportar as pessoas que moravam na cidade para realizar trabalhos como o corte de cana nas plantações. Este tipo de trabalho que era conhecido como “cata coió” não durou muito tempo, pois, com a mecanização do cultivo e da colheita, logo a mão de obra daquelas pessoas não se fazia mais necessária.

Junto com o fim do trabalho daqueles que viviam na fazenda, também vivenciei o desmonte e a degradação de coisas que fizeram parte da minha infância e da vida de pessoas já idosas que, com isso, passaram a enfrentar todas as dificuldades para se adaptarem à vida na cidade. Neste período, também enfrentamos um problema de saúde na família que era comum às pessoas que continuavam tentando a vida no campo, em meio a todas as mudanças. Por conta do uso incorreto e abusivo de agrotóxicos, muitos agricultores sofreram com problemas de intoxicação. Era comum na época a prática de espalhar esses agrotóxicos com as mãos, sem nenhuma medida de proteção e sem, muito menos, alguma informação para que não fosse diretamente prejudicial à vida. Era comum também guardar as embalagens desses produtos em galpões da fazenda para utilizar de outras formas. E como essas embalagens eram normalmente garrações de cores brancas, era propício à reutilização, inclusive, para transporte de água.

Não levou muito tempo e os efeitos dessa desinformação chegou para a saúde do meu pai, que, durante um período longo, perdeu parte dos movimentos de braços e pernas, o que o levou a precisar de cadeiras de rodas por mais de um ano. Fato que só foi superado por conta dos atendimentos médicos gratuitos que recebeu na cidade de Ribeirão Preto,

dentro do hospital universitário da Universidade de São Paulo. Foi neste momento que tive o meu primeiro contato com esta universidade.

Naquela época, não pensava no que estava ocorrendo como fruto dos fatores socioeconômicos e ambientais que estavam envolvidos em tudo aquilo e que hoje podemos tratar como hegemonia do sistema alimentar. Apenas sentia as dores das pessoas que buscavam sobreviver em um estilo de vida totalmente diferente. Muitas delas em regiões afastadas ou mesmo em outros municípios do Estado, o que levou a perda tanto do emprego e do sustento tradicionalmente habituadas, quanto do convívio com a família e amigos que antes moravam próximos, na mesma colônia da fazenda chamada Boa Vista. Isso representou a perda do próprio modo de vida que certamente nunca foi completamente recuperado e superado.

A visão quanto aos fatos vivenciados na infância mudou quando tive o segundo contato com a Universidade de São Paulo. Agora com a minha entrada no curso de graduação em Nutrição. A princípio, escolhi este curso, pois estava relacionado com os trabalhos que desenvolvia em lanchonetes e restaurantes da cidade e que conciliava com os estudos para o vestibular. Esta ideia inicial se confirmou na graduação, afinal, o ato de cozinhar, que venho aprendendo desde aquela época, traz elementos importantes para a minha atuação hoje enquanto nutricionista.

Porém, durante os estudos e vivências na graduação, passei a enxergar um outro lado da Nutrição. Um lado em que poderia conciliar diversos aspectos e lutas por direitos tão necessários no Brasil. A interdisciplinaridade do curso e a interface com a sustentabilidade, pensando aqui em uma visão ampliada deste conceito que envolve justiça social e ambiental, permitiu olhar a alimentação como um ato político. Logo, a atuação profissional também. Como, por exemplo, trabalhar em nutrição clínica e não ter esses aspectos atravessando as consultas? Não dá mais.

Esta visão vem se consolidando com o aprofundamento dos estudos durante o Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, no que considero meu terceiro contato com a Universidade de São Paulo. São tantas conexões realizadas entre autores, textos, disciplinas, profissões e todas elas reforçam a luta necessária pelo direito à alimentação. Com todo estudo de hoje, estou certo de que meu pai e minha mãe fizeram

isso com maestria no passado e com o instrumento de trabalho do campo que tinham em mãos: a enxada. Agora, busco fazer o mesmo nas próximas páginas. Durante a leitura, vocês poderão ver e sentir, por meio de textos e de imagens, que a pesquisa participativa me proporcionou alguns momentos em que eu tive a honra de também utilizar o mesmo instrumento de trabalho para reflexões, aprendizados e crescimento.

A dissertação é composta pela parte introdutória, justificativa, objetivos; os resultados, análises e discussões da pesquisa estão divididos em quatro capítulos, para além das conclusões. No Capítulo 1, apresentam-se os recursos metodológicos utilizados e o processo da pesquisa. O Capítulo 2 explora a revisão do arcabouço teórico adotado na pesquisa. O Capítulo 3 traz uma contextualização do território. No Capítulo 4, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa considerando as categorias adotadas.

Houve uma busca constante para manter o rigor metodológico necessário a uma dissertação. Talvez, poetas poderiam mudar o estilo de texto e colocar tudo em um livro de poesias. Elas expressariam melhor as angústias e motivações para contar essa história. Assim como fez Manuel Bandeira no poema “O Bicho”, utilizado na epígrafe desta dissertação e que o acaso colocou na minha frente, pois ele está exposto na estação de metrô Santa Cecília, em São Paulo. Nas poucas e, aparentemente, simples linhas, o escritor retrata uma realidade da década de quarenta que parece ter sido escrita ontem. O poema revela o cenário de ruas, de praças, de centros urbanos, de zonas rurais, de becos e vielas ou de qualquer canto do Brasil do passado e do atual. Esperamos que não do futuro!

A arte também poderia ser mais justa com todas as relações e conexões que me foram permitidas vivenciar junto ao Fazendinho e com as pessoas no Jardim Colombo. Como ensina Leonardo Boff: “Não podemos nos limitar a viver sobre a ditadura da razão, precisamos da sensibilidade que nos permite captar as mensagens da realidade e sentir a dor do mundo”. A fome dói.

INTRODUÇÃO

Leis e acordos internacionais e nacionais, concebidos durante o avanço da história, formam um arcabouço jurídico como tentativa de garantir um dos direitos mais básicos e essenciais para os seres humanos: a alimentação. A Declaração dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, traz esse direito expresso no artigo 25º (ONU, 1948). No Brasil, ele foi conquistado tardiamente, com o envolvimento da sociedade civil e movimentos sociais, e então, elencado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, por meio da emenda constitucional (EC) de número 64/10, no ano de 2010. E está em conjunto com outros direitos sociais como: educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988, 2010).

Reconhecidas como direitos, as ações do Governo com foco nestas obrigações devem priorizar a elaboração de políticas que levem em consideração questões de gênero, raça e etnia. Particularmente quanto ao direito à alimentação, o Estado também deve: a) respeitar, uma vez que o governo não pode adotar quaisquer medidas que possam resultar na privação da capacidade de indivíduos de proverem sua própria alimentação; b) proteger, impedindo que terceiros interfiram na realização do direito humano à alimentação adequada (DHAA) das pessoas; c) promover, criando condições que permitam a realização desse direito; e, por fim, d) prover diretamente os alimentos a indivíduos ou grupos impossibilitados de conseguirem por conta própria até que alcancem condições de obter os meios e os mecanismos de acesso (MACHADO, 2017).

No entanto, como destacam GUERRA et al. (2019), dentro da lógica perversa da sociedade capitalista, os alimentos – e outros bens comuns – são tratados como mercadorias e vendidos por meio da lei da oferta e procura. Esse modo de organização, característica marcante do sistema que vivemos, tem dificultado o alcance de um número cada vez maior de pessoas a esse direito no mundo e no Brasil, além de causar impactos negativos à saúde dos indivíduos, ao ambiente e aos sistemas alimentares globais.

O primeiro documento que traz uma avaliação global sobre a Insegurança Alimentar e Nutricional referente ao ano de 2020, quando o mundo se depara com as

graves consequências da pandemia de Covid-19, é o relatório “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2021”. Ele foi realizado em conjunto pelas seguintes instituições: ONU para a Alimentação e a Agricultura, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde (OMS). No documento há uma projeção de que 720 a 811 milhões de pessoas conviveram com a fome no período analisado, o que representa um aumento de 161 milhões de pessoas nessa situação, quando comparado ao relatório do ano anterior (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2021). Havia uma previsão de que, em 2030, essa marca poderia ultrapassar o número de 840 milhões de pessoas (FAO, 2020). Porém, o relatório mais recente elaborado pelas mesmas instituições evidencia que cerca de 828 milhões de pessoas já foram afetadas pela fome no ano de 2021 (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2022).

Analisando a realidade brasileira no final de 2020, a pesquisa realizada pela Rede PENSSAN e intitulada de “O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” revelou um cenário grave e que merece atenção da saúde pública. O estudo se baseou em uma amostra probabilística de 2.180 domicílios, representativa da população nacional, considerando as cinco grandes regiões do país. Os resultados mostraram que mais da metade das pessoas nos domicílios entrevistados (55,2%) encontravam-se em algum grau de insegurança alimentar em dezembro de 2020. Além disso, e ainda mais grave, 9% da população conviviam com Insegurança Alimentar Grave, ou seja, em números absolutos, aproximadamente 19 milhões de brasileiros estavam passando fome no período de realização da pesquisa (REDE PENSSAN, 2021).

Em relação ao inquérito, é importante destacar que ele foi realizado em dezembro de 2020, quando o auxílio emergencial do governo federal estava em vigor no país, com o valor de R\$ 600,00. No ano de 2021, durante os meses de janeiro a março, o auxílio esteve suspenso, sendo restabelecido somente em abril com valores menores e escalonados de R\$ 150,00 a 375,00 (CEF, 2021), agravando ainda mais a situação de insegurança alimentar já verificada nacionalmente no ano anterior.

Com um olhar voltado para as populações em situação de vulnerabilidade social e que vivem em favelas no país, uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela, em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA) Brasil, em 2021, demonstrou que 68% das pessoas não tiveram dinheiro para comprar comida, por pelo menos um dia, nas semanas que antecederam a pesquisa. Outro fato que o estudo revelou foi que a média de refeições diárias nessa população reduziu de 2,4, em fevereiro de 2020, para 1,9, em fevereiro de 2021 (QUINTENELLA, 2021).

Confirmando a emergência do tema e as previsões de cientistas quanto a piora da insegurança alimentar da população em curso no país, o mesmo grupo de pesquisadores da Rede PENSSAN realizou e publicou, em junho de 2022, o “II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil”. O inquérito é representativo da população brasileira, abrangeu as 5 macrorregiões considerando tanto o meio rural e quanto o urbano e as 27 Unidades federativas do Brasil. Foram realizadas entrevistas face a face com uma amostra de 12.745 domicílios. Os resultados revelam a velocidade e amplitude do agravamento da insegurança alimentar no país entre os anos de 2020 e 2022. Em números absolutos, no início de 2022, havia 125,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar, que viviam sem a certeza de que teriam comida no dia seguinte ou comprometendo a qualidade ou quantidade de alimentos nas refeições diárias. O relatório trouxe um dado ainda mais preocupante: 33,1 milhões de pessoas já não tinham o que comer. Ou seja, um aumento, em pouco mais de um ano, de 14 milhões de pessoas nesta situação de fome, quando comparado aos dados do relatório anterior (REDE PENSSAN, 2022).

As evidências científicas quanto à piora da segurança alimentar não param de ser produzidas. Segundo JAIME (2022), no segundo semestre do ano de 2022, pela primeira vez no país, os alimentos in natura e minimamente processados poderão ficar mais caros que os ultraprocessados por conta do enfraquecimento de políticas públicas e da economia. Isso impulsionará um ciclo de aumento do consumo de alimentos não saudáveis, que degradam o meio ambiente, prejudicam novas safras e, assim, impactam o acesso dos alimentos da população, em especial dos mais vulneráveis. De forma muito mais grave e nunca vista no país, temos então, por um lado, o aumento da fome e, por

outro, o agravamento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes e câncer na população (CAMPOS et al. 2022).

Tal cenário caracteriza um distanciamento e um imenso desafio para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 da ONU. Pactuada pelos 193 Estados-membros em 2015, incluindo o Brasil, a Agenda 2030 elenca 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS 2 que prevê: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. MARCHIONE et al. (2021) salientam que as projeções mostravam que essa meta não seria atingida mesmo antes da pandemia de Covid-19.

Ao mesmo tempo, torna-se necessário trazer para debate que, em 2021, o país vem apresentando aumentos significativos na colheita de grãos, demonstrando que há um contraste entre a produção do agronegócio com a piora da situação de segurança alimentar na população. Segundo o 8º levantamento da safra 2020/2021, publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção nacional de grãos está estimada em 271,7 milhões de toneladas para o período. Este número representa um aumento de 5,7%, quando comparado ao da safra anterior (CONAB, 2021). De forma global, a quantidade de pessoas que se encontram em situação de fome também não reflete a capacidade mundial de produção de alimentos (GARCIA e RECINE, 2014).

O paradoxo entre o aumento da produção de grãos e o aumento de insegurança alimentar refuta a ideia malthusiana que prevaleceu na chamada Revolução Verde e que endossou significativas políticas de produção de alimentos no mundo e no Brasil. Segundo essa teoria, o crescimento da população não seria acompanhado pela mesma velocidade do aumento de produção de alimentos, sobretudo entre os países pobres e em desenvolvimento. Entre as décadas de 1960 e 1970, o discurso de “Guerra contra a fome” deu legitimidade para o governo estadunidense, por exemplo, impulsionar e consolidar o poder de grandes corporações do agrobusiness, causando reflexos nos sistemas alimentares hegemônicos atuais (POMPEIA, 2021) e consequências graves como o acidente ocorrido em 1984, em Bhopal, na Índia. Por conta de um vazamento de mais de 40 toneladas de gases tóxicos em uma fábrica de agrotóxico estadunidense - Union Carbide Corporation – mais de duas mil pessoas morreram e mais de cem mil ficaram com sequelas permanentes (MARTINS, 2016). As mudanças repercutiram numa

agricultura voltada para a monocultura, com uso de tecnologias no plantio e acúmulo de propriedade rurais em latifúndios, além da inserção de produção de commodities como soja, milho e cana de açúcar em detrimento da produção rural de culturas tradicionais – como é o caso brasileiro (SOUZA e OLIVEIRA, 2017).

Esse paradoxo e os impactos dessa forma de agricultura foram objetos de estudo do sociólogo e médico Josué de Castro. Por meio de suas obras, em especial os livros “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”, ele foi pioneiro ao denunciar que a fome é um mal que não ocorre simplesmente por motivos de disponibilidade de alimentos, mas sim por questões sociais de acesso a eles. O autor discutia que era preciso repensar as questões da alimentação de forma integrada, buscando acolher as múltiplas dimensões e aspectos sociais, culturais, territoriais e de saúde coletiva (CATEDRA JOSUE DE CASTRO, 2021). O sociólogo tratou a fome de forma não natural afirmando que esse fenômeno não é consequência da superpopulação ou decorrente de questões climáticas ou raciais, mas um flagelo construído pelos próprios homens em suas opções políticas e econômicas. Segundo GARCIA e RECINE (2014), essa visão sociopolítica do autor impulsionou e potencializou, tempos depois, importantes políticas públicas de alimentação e nutrição no país.

Para fazer frente ao cenário de fome, vários coletivos urbanos e rurais, que já atuavam no país antes da pandemia, se fortaleceram e ampliaram as formas de atuação e as ações solidárias (FLEURY; MENEZES, 2020). É o que mostra, por exemplo, o documento “mulheres em movimento sustentam a vida: as ações de solidariedade da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil”. Esta publicação é resultado da sistematização das diversas ações realizadas pela Marcha Mundial das Mulheres no Brasil desde março de 2020, após início da pandemia de covid-19 no país. Além de evidenciar as ações, a publicação reafirma a importância e o papel de destaque das mulheres na luta por direitos básicos e pela sustentação da vida (MMM, 2021). Uma realidade empírica de movimentos sociais e estudada, assim como revela o artigo da autora GOHN (2007), que, já no título demonstra tal realidade: “Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático”. Apesar de toda presença em movimentos sociais, há um processo de invisibilização da atuação de mulheres. Essa tese se torna central para autoras como Elizabeth Souza-Lobo que, em 1990, afirmou:

“frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 247). Em concordância, as autoras LIMA et. al. (2021) trazem o tema para a atualidade e buscam recontar a história de lutas de mulheres de classes populares da América Latina e situam como esses coletivos de mulheres populares atuam para garantir o direito à alimentação e como são potentes para romper com políticas que não privilegiam a vida. As autoras afirmam que, mesmo atuando desde o processo de democratização nos anos de 1980, o papel desempenhado pelas mulheres é frequentemente invisibilizado e desvalorizado.

Nos capítulos a seguir, busca-se discutir a problemática da fome à luz da construção e valorização das políticas públicas de alimentação e nutrição, partindo do princípio de que este é um campo marcado por uma arena social em que estão presentes diversas disputas e poderes. Por meio de levantamento bibliográfico e de pesquisa empírica realizada entre março de 2021 a julho de 2022, no Jardim Colombo, no município de São Paulo, onde são desenvolvidas diversas ações do Instituto Fazendinho, busca-se evidenciar como interesses em jogo nem sempre beneficiam a população e marcam um sistema alimentar hegemônico atual falho em garantir o direito humano à alimentação e cada vez mais agressivo para o meio ambiente. Com base nas análises do conjunto de informações recolhidas, a dissertação apresentada propõe revelar e discutir a importância da atuação de movimentos sociais na luta por este e outros direitos.

Tendo em vista que esse estudo é desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – Mestrado Profissional, para além da dissertação, é proposto como produto o desenvolvimento de conteúdos midiáticos (vídeo e documentário), coproduzidos com atores locais, com foco em divulgação das iniciativas do Instituto Fazendinho, além de contribuir em oficinas e curso de interesse local.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa realizada foi investigar estratégias de resistência e ações de indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social frente ao cenário de insegurança alimentar, agravado pela pandemia de Covid-19, de modo a contribuir para o debate atual sobre políticas públicas de proteção social, alimentação e nutrição. Os objetivos específicos incluíram:

- 1) Estudar a implantação e o atual desmonte de políticas públicas de alimentação e nutrição;
- 2) Investigar como o Instituto Fazendinho se relaciona com poder público e com as políticas públicas de alimentação e nutrição;
- 3) Conhecer e analisar as ações emergentes de enfrentamento da fome colocadas em prática pela própria mobilização da população local;
- 4) Explorar como as ações de movimentos sociais como o Fazendinho podem trazer à luz questões ligadas com sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

CAPÍTULO 1 – ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.1. A PESQUISA PARTICIPATIVA

O estudo se ancora na perspectiva de pesquisa participativa, buscando contribuir de forma ativa para o avanço do conhecimento técnico-científico, ao mesmo tempo que, por seu caráter participativo e dialético, visa contribuir para o enfrentamento de problemas e formulação ou reestruturação de políticas públicas. Para THOLLENT e TOLEDO (2012), este tipo de pesquisa contribui também para a formação profissional na medida em que os atores envolvidos nos estudos se beneficiam dos experimentos da vida real considerando os princípios norteadores, como: a ação humana como fonte de conhecimento; a viabilidade dos procedimentos adotados; a humanização dos próprios serviços de saúde e, por fim, o princípio de que estas pesquisas apresentam uma ponte entre a teoria e a prática. Desde essa perspectiva, pesquisas participativas podem propiciar enfrentamento de práticas neoliberais e de situações socioeconômicas da população como condições de trabalho, habitação e ambientais.

LIST (2005) discute que há duas dimensões compartilhadas em pesquisas que seguem uma abordagem participativa: o valor prático e o valor moral. Isso porque há o compromisso de estudar o mundo sempre a partir da perspectiva da interação entre os indivíduos e de envolvê-los nas decisões que afetam suas próprias vidas.

A presente proposta de pesquisa também busca uma aproximação com a discussão proposta, inicialmente, por FUNTOWICZ e RAVETZ (1997) sobre Ciência pós-normal e a chamada “Comunidade Ampliada de Pares”. Para os autores, os diálogos em temas e problemas complexos que estão na interface entre saúde, ambiente e sociedade devem ser estendidos para as pessoas que são diretamente afetadas. Estas pessoas, que são ameaçadas e têm o próprio sustento comprometido pelos problemas, apresentam consciência aguçada de como ocorre a concretização dos riscos localmente. Assim, podem somar esforços nos estudos para alcance de respostas e resultados efetivos. Importante também destacar que os ensinamentos de Paulo Freire estão na base da pesquisa participativa realizada, em particular pelo enfoque da problemática da fome: “A desumanização, mesmo que um fato concreto da história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores” (FREIRE, 1987). Os

autores GIATTI et al. (2021) destacam que, na pesquisa participativa, em um paralelo com os ensinamentos freirianos, busca-se estabelecer relações horizontais entre acadêmicos e sujeitos da pesquisa de forma a promover a dialogicidade. Essa perspectiva, como detalhado a seguir, constitui a base da pesquisa realizada na tentativa de buscar respostas para compreender a complexidade da fome e possíveis soluções para minimizar seus impactos.

1.2.A ESCOLHA DO TEMA, A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO E A PARTICIPAÇÃO

A definição do tema ocorreu à medida que eram observados a piora da segurança alimentar e nutricional da população brasileira e o agravamento da situação da pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil, com estudos e notícias que evidenciavam como a disseminação do vírus e da fome impactavam a população de forma desigual em todo território nacional.

Em contrapartida, notícias também circulavam sobre mobilizações populares e ações coletivas que se organizavam para minimizarem os impactos da pandemia dentro de territórios, com grupos populacionais que vivem em vulnerabilidade social. Entre essas leituras, foi encontrado um artigo no Jornal da USP produzido pela doutoranda do Programa de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, Nathália César Nunes, em que ela apresentava o Instituto Fazendinho e as ações realizadas. Após encontrar a pesquisadora, via Facebook, foi realizado um primeiro contato para expor a ideia inicial da pesquisa proposta para o Mestrado. Prontamente ela aceitou uma reunião online para discutirmos as possibilidades a serem exploradas no estudo e forneceu os contatos de lideranças do instituto para que pudesse ser apresentada a proposta inicial de trabalho.

Dessa forma, considerando os aspectos de participação, cabe destacar a inserção do pesquisador no Instituto Fazendinho e, conseqüentemente, no Jardim Colombo, que faz parte do complexo Paraisópolis, considerado segundo maior complexo de favelas do município de São Paulo. O território abriga em torno de dezessete mil pessoas que estão distribuídas em, aproximadamente, cinco mil famílias.

O Instituto surgiu como um movimento social, territorial e cultural com o objetivo de transformar um terreno que era utilizado como depósito de lixo em um parque para a população local. Com a eclosão da pandemia de Covid-19, o instituto vem ganhando novos objetivos no sentido de atender as demandas emergenciais de combate à fome por meio da distribuição de cestas básicas e de marmitas e, também, para promover mudanças estruturais na vida de mulheres da região com a oferta de cursos profissionalizantes nas áreas de culinária, artesanato e construção civil.

Essa participação ocorreu de forma natural e acolhedora por parte da equipe do instituto e da população local e tem permitido um olhar de perto (e de dentro) do contexto e das ações estudadas, em particular das lideranças e voluntária(o)s envolvida(o)s nas estratégias de combate à fome.

Em março de 2021, foram realizados os primeiros contatos com as lideranças, via mensagens trocadas pelo Instagram e por meio de reunião online para apresentar e discutir a viabilidade do estudo em conjunto, e realizadas as primeiras visitas para acompanhamento das ações.

Nestas primeiras visitas, o pesquisador participou e acompanhou aulas do curso de culinária do instituto, ministrado pela professora Haydee Belda, ofertado para oito mulheres que também são voluntárias nas ações locais. Apesar do curso ocorrer em uma cozinha comunitária, dentro do Jardim Colombo, a professora ministrava as aulas de forma remota, pois estava em isolamento por conta da pandemia de Covid-19. No mesmo mês, as lideranças informaram que a cozinha onde eram realizadas as aulas do curso seria destinada para a produção de marmitas para distribuição para a população local, devido ao agravamento da pandemia e as consequências socioeconômicas na vida da população local.

Dessa forma, durante os meses de março a maio de 2021, houve a participação ativa do pesquisador no processo de produção e distribuição das 200 marmitas diárias para distribuição no almoço e em ações para mudanças e transformações físicas na região. Em maio, a produção de marmitas foi encerrada, pois o número de doações havia diminuído. Ainda que neste período as visitas ao local estivessem suspensas, foi mantido

o contato com a equipe do instituto por meio de reuniões online e via WhatsApp para trocas de conhecimento e discussão sobre a viabilidade do desenvolvimento do estudo.

Em 26 de setembro de 2021, com a melhora da situação da Pandemia de Covid-19 no município de São Paulo, o Instituto Fazendinhando iniciou a retomada de atividades que eram realizadas antes. Nesta data, particularmente, ocorreu o evento denominado como “Dia da Saúde” com diversas ações e oficinas que foram idealizadas por meio de reuniões online. A figura 1 refere-se ao convite, elaborado pela equipe do Fazendinhando, e enviado pelas redes sociais e para o grupo de WhatsApp em que estão cadastradas as 5 mil famílias da região. Além desse convite, foram realizadas também publicações de vídeos nas redes sociais dos próprios líderes e voluntários.

NESTE DOMINGO (26 DE SETEMBRO)
TEREMOS UM EVENTO
VOLTADO PARA A SAÚDE NO
JARDIM COLOMBO.

SERÃO VÁRIAS ATIVIDADES
OCORRENDO AO MESMO TEMPO
EM ALGUNS DOS ESPAÇOS
DA COMUNIDADE.

A PROGRAMAÇÃO
COMPLETA
SERÁ DIVULGADA
EM BREVE.

CUIDADO
BEM-ESTAR
MOVIMENTO
ALIMENTAÇÃO

EVENTO REALIZADO
EM PARCERIA:
FAZENDINHANDO
E UNIÃO DE MORADORES
DO JARDIM COLOMBO.

ORGANIZAÇÃO: FAZENDINHANDO, Prefeitura de São Paulo, UNIÃO
APOIO: Prefeitura de São Paulo, CL

Figura 1: convite elaborado pela equipe do Fazendinhando e enviado para a população para o evento de saúde do dia 26 de setembro de 2021. Fonte: FAZENDINHANDO, 2021.

Nos meses seguintes, o pesquisador participou de diversas ações e mutirões realizados pelo Instituto para modificações físicas no entorno do Parque Fazendinha como pinturas nas paredes das casas e limpeza do terreno para retirada de entulhos.

Entre o fim de 2021 e início de 2022, também foi possível participar da idealização do III Festival de Artes do Fazendinho, realizado em 12 de junho de 2022, e que contou com o apoio do Centro de Defesa de Direitos Humanos Aplicados - *Centre for Applied Human Rights* (CAHR), da Universidade de York (UoY) (Reino Unido)¹. Tendo em vista as atividades desenvolvidas pelo Instituto Fazendinho e a chamada aberta do CAHR para financiamento de projetos que associem arte e ativismo, e considerando a colaboração científica entre pesquisadores da USP e UoY, foi realizada uma primeira reunião online que contou com a participação de docentes na qual foram apresentadas as ações desenvolvidas pelo instituto e os detalhes da chamada aberta. Em seguida, foi realizada uma reunião, também de forma remota, com as lideranças do instituto para verificar o interesse de submissão de uma proposta conjunta à chamada. Nesta reunião, as lideranças sinalizaram o desejo de realização de uma terceira edição do Festival, o que poderia ser o escopo central da proposta a ser submetida. Dessa forma, a ideia do Festival foi se consolidando por meio de outras reuniões remotas e de muitas trocas via grupo do WhatsApp, criado para facilitar a comunicação tanto pela distância quanto pela pandemia que ainda exigia precauções de segurança. Com base nas ideias propostas ao longo dessas reuniões e das trocas, foi elaborado o projeto submetido à chamada do CAHR (anexo E), o qual foi aprovado e deu suporte financeiro para a realização do III Festival Fazendinho, coprodução de um vídeo de divulgação do Instituto Fazendinho e do território pelo Instituto, dirigido por Kamilla Baes, moradora e voluntária das atividades do Instituto Fazendinho, que também elaborou as artes a seguir para que fosse possível a divulgação do festival e atividades realizadas para a população. Esta divulgação ocorreu por meio do Instagram, grupo de WhatsApp e fixação nas ruas da favela (figura 2).

¹ <https://www.york.ac.uk/cahr/about-us/>



Figura 2. Arte para divulgação do III Festival Fazendinhando de autoria de Kamilla Baes. Fonte: Kamilla Baes.

A figura 3 sintetiza as atividades e ações desenvolvidas pelo Instituto Fazendinhando e que contaram com a participação do pesquisador. Como forma didática, optou-se por distribuí-las em uma sequência, porém algumas dessas atividades ocorreram simultaneamente de acordo com as demandas do Instituto e da viabilidade de realização das ações. Importante destacar que, ao longo de todo o período, para além das atividades presenciais e reuniões online, houve trocas de mensagens via o grupo de WhatsApp, já que esse foi o meio encontrado para facilitar a comunicação e a definição dos passos a serem seguidos. Por isso, o grupo aparece na imagem separadamente, buscando destacar sua importância ao longo das ações.



Figura 3: Esquematização das participações em atividades e ações realizadas pelo Instituto Fazendinhando. Fonte: Elaboração própria

Nas imagens a seguir (figuras 4 a 10) busca-se ilustrar algumas das atividades e ações do Instituto Fazendinhando em que foi possível a participação do pesquisador.



Figura 4: Produção de marmitas. Fonte: Nathália Nunes.



Figura 5: Mutirão de retirada de entulhos e de pintura de escadaria no Jardim Colombo.
Fonte: Nilton Stanguini



Figura 6: Mutirão de retirada de entulhos e pintura ao redor do Parque Fazendinha. Fonte:
Rafa Mosore.



Figura 7: Mutirão para retirada de entulho e pintura realizado para o III Festival Fazendinho. Fonte: Kamilla Baes.



Figura 8: Oficinas de caricaturas e músicas do III Festival Fazendinho. Fonte: Nilton Stanguini



Figura 9: Oficinas de grafite do III Festival Fazendinho. Fonte: Nilton Stanguini.



Figura 10: Oficinas de plantio do III Festival Fazendinho em parceria com a Horta comunitária da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Fonte: Nilton Stanguini.

1.3.FERRAMENTAS UTILIZADAS NA PESQUISA

Considerando a abordagem de pesquisa participativa, em que se busca construir o conhecimento em conjunto com os atores sociais locais, neste caso participantes do Instituto Fazendinho, e dentro da perspectiva qualitativa, o estudo desenvolvido foi composto das seguintes etapas para atender aos objetivos propostos:

- i) Revisão bibliográfica e pesquisa documental para tratar dos temas de interesse da dissertação, a saber: Segurança Alimentar e Nutricional, DHAA, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição e Vulnerabilidade Social, Movimentos Sociais, com foco no município de São Paulo. Foi realizada também pesquisa em sites e redes sociais de movimentos sociais para compreensão da atuação e enfrentamento da fome, com acesso a diversos documentos, como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais, entre outros.
- ii) Observação participante, por meio da participação ativa em ações do Instituto Fazendinho como preparo de marmitas, curso profissionalizante de culinária e ações de mudanças físicas no território.
- iii) Coleta de dados empíricos por meio da realização de oito entrevistas semiestruturadas (quadro 1), baseadas em roteiro prévio, com lideranças e voluntária(o)s do Instituto Fazendinho. Estas entrevistas buscaram compreender como as ações oficiais governamentais chegam ao território estudado; como emergem as ações do próprio movimento; a percepção de experiência da Segurança Alimentar na pandemia de Covid-19 e a importância do Instituto Fazendinho no momento. MINAYO (2010) afirma que a escolha dos entrevistados deve ser entre aqueles que estejam inseridos no contexto social e que apresentem opiniões mais significativas para o local de estudo. Dessa forma, a inserção do pesquisador nas atividades e ações do Instituto trouxe proximidade com os atores locais, possibilitando identificar pessoas vinculadas ao Instituto Fazendinho e que estiveram à frente desde o início das mudanças dos objetivos iniciais

para o combate a insegurança alimentar. As oito pessoas entrevistadas residem no Jardim Colombo e as entrevistas foram feitas ao longo das visitas do pesquisador ao território. Importante destacar que parte do material das entrevistas, em conformidade com os participantes, também foi utilizado para a coprodução do documentário “Entre becos e vielas: as faces da fome”², cujo roteiro e aspectos da produção está no anexo A. Além do documentário, também foi produzido um vídeo de divulgação do trabalho realizado em conjunto com o CAHR da UoY. Para este vídeo³, foram escolhidas três pessoas do quadro 1 (1, 7 e 8) e o roteiro de perguntas foi elaborado por pesquisador da UoY. Os dois vídeos foram dirigidos por uma artista residente no Jardim Colombo. Além disso, ao longo das imersões no território, foram registradas também fotografias, que compõem o material empírico analisado e realizadas diversas conversas informais, sem a estrutura de entrevistas e que possibilitaram importantes reflexões.

Pessoa	Id	Gên	Filhos	Tempo de residência no território	Ocupação	Função	Atividades
1	27	F	1	27	Arquiteta	Presidente	Cofundadora, coordenação das ações, CEO, organização de mutirões
2	23	M	0	14	Sanitarista	Financeiro	Prestação de contas, cadastro das famílias, distribuição de cestas
3	53	F	2	14	Cozinheira	Voluntária	Distribuição de cestas e produção de marmitas

² Link: Entre becos e vielas: as faces da fome: <https://www.youtube.com/watch?v=Ez6Q-5N-5YI>

³ Link: Documentary art in Jardim Colombo <https://www.youtube.com/watch?v=eFlfcERkeJM> in Jardim Colombo - YouTube

4	43	F	3	3	Cozinheira	Voluntária e aluna	Produção e distribuição de marmitas
5	37	F	1	11	Cozinheira	Voluntária e aluna	Produção e distribuição de marmitas
6	23	F	2	8	Autônoma	Voluntária e aluna	Cadastro das famílias e distribuição de cestas
7	26	F	0	7	Artista, Videomaker, fotógrafa	Videomaker, social mídia	Elaboração de conteúdo midiáticos, social mídias
8	39	M	0	30	Artista, Fotógrafo, beatmaker	Voluntário	Contribuições artísticas, grafites e fotografias

Quadro 1: Entrevistas com lideranças e voluntária(o)s do Instituto Fazendinho. Fonte: Elaboração do autor.

1.4.FORMAS DE ANÁLISE DO MATERIAL

Como formas de análise do conjunto de informações recolhidas, optou-se pela Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 1977) na tentativa de estabelecer relações entre os documentos e produções científicas consultadas, as informações coletadas e anotadas ao longo das atividades e visitas desenvolvidas no território, as imagens registradas e as narrativas do material empírico coletado nas entrevistas semiestruturadas.

Os trechos das entrevistas utilizadas foram analisados segundo a metodologia e etapas proposta por DUARTE (2004), a saber: a) transcrições: feitas logo após encerradas as entrevistas e, de preferência, por quem as realizou, b) conferência de fidedignidade: as gravações foram ouvidas tendo os textos transcritos em mãos, acompanhando e conferindo cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções, c) fragmentação: as falas foram segmentadas em unidades de significado, sendo o mínimo de texto necessário para compreensão do significado por quem analisa, d) Interpretação das entrevistas: com organização das narrativas colhidas em eixos temáticos que se articulam aos objetivos de pesquisa. Segundo a autora, os resultados obtidos com a pesquisa realizada devem ser apresentados aos informantes como uma forma de

devolução permitindo, assim, diminuir ou evitar distorções. Cabe destacar que a inserção do pesquisador no Instituto Fazendinho teve como um dos requisitos iniciais acordados o comprometimento de devolutivas da pesquisa proposta, principalmente, para a população local.

Assim, os vídeos em produção respondem em parte por essa devolução e, também, para contribuir na divulgação e visibilidade do Instituto, inclusive no site do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Aplicados da Universidade de York.

Importante destacar que o documentário não é resultado especificamente desta dissertação, mas sim de um esforço conjunto. A coprodução do documentário envolveu a colaboração das seguintes pessoas: da doutoranda Nathália César Nunes, que teve a ideia inicial de trabalhar com as mulheres do curso de culinária que acompanhou durante o seu trabalho etnográfico; da artista videomaker, Kamilla Baes, que reside no Jardim Colombo e das lideranças e voluntárias do Instituto Fazendinho que a todo momento contribuíram durante o processo e com as entrevistas, inclusive propondo novos olhares e modificando as perguntas para compor o roteiro de forma a deixá-lo mais adequado para a realidade.

1.5.ASPECTOS ÉTICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foram considerados, em todas as suas etapas, os princípios éticos fundamentais que norteiam trabalhos envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução CNS 196/96. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo pelo parecer consubstanciado de número: 5.313.109 (Anexo B). Para as pessoas entrevistadas foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C), oportunidade em que também foram explicados os objetivos da pesquisa.

Como o estudo envolveu a participação de lideranças e voluntárias(os) do Instituto Fazendinho, também foi enviada para o Comitê uma carta de anuência (Anexo D), cuja assinatura foi retirada para manter sigilo dos dados. Na carta, o pesquisador assume

o compromisso de seguir os princípios e a ética do Instituto, podendo ser solicitada a sua retirada do campo em qualquer momento.

CAPÍTULO 2 – APORTES TEÓRICO-ANALÍTICOS

Como recorte teórico-analítico, o presente estudo fundamenta-se a partir de produções interdisciplinares a respeito de temas centrais e correlatos à situação da insegurança alimentar e fome no país, tais como segurança alimentar e nutricional, pandemia de Covid-19, políticas públicas de alimentação e nutrição, movimentos sociais, riscos, vulnerabilidade social, sistemas alimentares e sustentabilidade, com foco no contexto brasileiro e, sobretudo, a partir de experiências vivenciadas no município de São Paulo.

2.1. A PRIORIZAÇÃO E A ELEVAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO COMO UM DIREITO NO PAÍS

Olhar para esta problemática durante a história nos leva a refletir e reconhecer que o país já experimentou outras formas de fazer e cuidar da Segurança Alimentar e Nutricional da população. Nas duas últimas décadas, quando o tema foi prioridade de governo, houve o fortalecimento e a elaboração de um conjunto de políticas públicas que levaram o Brasil a ser reconhecido internacionalmente no combate à pobreza e à fome, culminando, inclusive, com a sua retirada do Mapa da Fome no ano de 2014 (FAO, 2014; RIBEIRO-SILVA, 2020; ZAGO, 2021).

O Relatório “O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional”, publicado em 2014, discute as estratégias de governança que foram adotadas para o sucesso do país no passado. O documento sintetiza quatro eixos de ações que ocorreram devido às políticas estruturais que visavam ao combate direto da fome e da pobreza extrema, especialmente entre os grupos de população mais vulneráveis: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; articulação, mobilização e controle social (FAO, 2014).

Essa priorização permitiu os avanços na agenda da alimentação e a consolidação do DHAA no ordenamento jurídico do país. O conceito com uma visão ampliada de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil foi proposto em 2006, com a publicação da

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (JAIME, 2019), endossando que:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Importante destacar que no Brasil e no mundo os conceitos de Segurança Alimentar e DHAA estão cada vez mais próximos, sendo necessária a adoção de mecanismos de exigibilidade para que este direito seja atingido na sociedade (LEÃO, 2013). As autoras GUERRA et al. (2019, p. 3373) trazem os textos expressos em documentos internacionais da ONU:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os Estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome mesmo em épocas de desastres, naturais ou não.

Por esse texto, nota-se a obrigação estatal de atuar no combate das causas que possam levar à situação de Insegurança Alimentar, inclusive em épocas de desastres. Neste sentido, diante da Pandemia de Covid-19, é imprescindível que governos cumpram com o dever de proteger suas populações contra fome.

Segundo LEÃO (2013), há duas dimensões para que o DHAA exista: “o direito de estar livre da fome e da má nutrição” e “o direito à alimentação adequada”. A autora afirma que, apesar do DHAA ter início pela luta contra fome, ele só se concretiza quando considerados, em conjunto, os diversos aspectos à que se refere o termo “adequada”, a saber: diversidade; qualidade sanitária; adequação nutricional; estar sem contaminantes, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados; acesso a recursos financeiros ou recursos naturais como terra e água; respeito e valorização da cultura alimentar nacional e regional; acesso à informação e realização de outros direitos.

Apesar dos avanços obtidos nas políticas públicas de alimentação nas duas últimas décadas, verificou-se uma tendência de mudança nos padrões alimentares caracterizada pelo aumento de consumo de alimentos ultraprocessados entre os países no mundo globalizado, incluindo o Brasil (LOUZADA et al., 2015; MARCHIONI, et al., 2021). Conforme já apontado por GUERRA, et al. (2018), além de dificultar o acesso aos alimentos, essa mudança traz riscos e danos à saúde e ao meio ambiente, comprometendo a necessária transição para a sustentabilidade. Não à toa, saúde, ambiente e alimentação constituem temas chave nas últimas décadas para o crescimento econômico e desenvolvimento social.

Se, de um lado, o processo de modernização trouxe perspectivas positivas para melhorar a qualidade de vida de parte dos indivíduos, por outro, trouxe também impactos sociais, culturais e econômicos. Dentre eles podem ser destacados: enfraquecimento e desmonte das relações de trabalho que forçam os trabalhadores a aceitarem condições inadequadas; transformações e degradações ambientais; dispersão de poluentes; aumento do consumo de alimentos com produção e processamentos não saudáveis e o aumento da obesidade (FORTES e RIBEIRO, 2014).

2.2. O CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS E A SINDEMIA GLOBAL

Para a saúde da população, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados está relacionado a um ou mais desfechos negativos em saúde como: ganho de peso corporal e morbidades como hipertensão e diabetes, câncer e até depressão (MALTA, 2019; CATEDRA JOSUÉ DE CASTRO e NUPENS USP, 2021). Como observado, há

então no mundo a coexistência da fome com outras formas de má nutrição como excesso de peso, obesidade e deficiência de micronutrientes (MARCHIONI et al., 2021). No Brasil, os dados estatísticos da Secretaria de Vigilância em Saúde demonstraram que a frequência de excesso de peso na população adulta é de 55,7% e a frequência de obesidade é de 19,8% (BRASIL, 2019).

Já para o meio ambiente, o que tem se observado é um declínio nos sistemas como a agricultura familiar e pequenos produtores. Esse tipo de produção utiliza mão de obra local, faz processamento mínimo de alimentos, apresenta uma produção menos prejudicial ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, é socialmente mais justa por proporcionar mais empregos no campo. Em contrapartida, há um aumento dos sistemas de produção que agridem mais o meio ambiente com o uso de monoculturas. Esse sistema opera de forma mecanizada, em grandes extensões de terras, e a maior parte do que é produzido serve de matérias primas para a indústria de alimentos ou entra na composição de rações para a criação extensiva de animais. Além disso, nesse tipo de produção, ocorre utilização de grande quantidade de agrotóxicos que acabam poluindo solos, rios e, ainda, levam à perda de biodiversidade local (BRASIL, 2014; SOUZA e OLIVEIRA, 2016). Neste ponto, WILLET et al. (2020) salientam que a dieta é um elo entre saúde humana e sustentabilidade ambiental que inclusive pode levar ao aumento da situação de insegurança alimentar por conta de mudanças climáticas exacerbadas.

Um relatório publicado pelo The Lancet endossa que vivemos uma Sindemia Global, que inclui as relações sinérgicas e coexistentes no tempo e espaço entre a pandemia de obesidade, a pandemia da desnutrição e a pandemia das mudanças climáticas que estão em curso no planeta (SWINBURN, et al., 2019). As mudanças climáticas podem trazer como consequências o aumento da insegurança alimentar, em especial sobre das populações mais vulneráveis, devido à quebra de safras, redução da produção de alimentos e eventos climáticos extremos que levam a secas ou inundações. (SWINBURN, et al., 2019). A partir da abordagem sindêmica é possível enfatizar o efeito sinérgico entre patologias concomitantes e as condições sociais e estruturais para que essas patologias ocorram juntas em determinadas populações. Esta abordagem possibilita entender o processo de adoecimento a partir das relações humanas com o mundo, com o meio ambiente e interespecies (ARAGÃO, 2021).

Há consenso acerca da necessidade de mudanças urgentes quanto às formas de produzir e consumir (GARCIA e RECINE, 2014; WILLET et al. 2020; MARCHIONI, et al., 2021). Um caminho apontado nesta direção é a valorização e consolidação de circuitos locais de produção e consumo. Estes circuitos são expressos por meio de um sistema agroalimentar descentralizado, baseado em pequenos produtores, assim como é a agricultura familiar, e apresentam potencial para promoção da Segurança Alimentar do país, à medida que fornecem alimentos adequados e saudáveis. No Brasil, em média, 78% do abastecimento alimentar provém desse tipo de produção, apesar de ocupar apenas 13% das terras possíveis para agricultura, representando assim o caráter de desigualdade na distribuição das terras entre pequenos proprietários e os produtores da monocultura do agronegócio (GARCIA e RECINE, 2014). Neste ponto, é interessante trazer a discussão apresentada pela autora AZEVEDO, (2015) a respeito do locavorismo, movimento que apoia o consumo de alimentos produzidos localmente e que atravessa as discussões atuais sobre agricultura, consumo alimentar sustentável e processos decoloniais. Uma das conclusões na revisão feita pela autora é de que a discussão deste conceito é importante no Brasil por conta das distâncias continentais, dos problemas ambientais graves enfrentados e pela precariedade das rodovias no país. Porém, a proposta do movimento ainda não foi assumida formalmente nem pelos grupos de ativismo alimentar e, muito menos, pelas instâncias governamentais.

Outros caminhos possíveis estão relacionados ao fortalecimento de políticas de alimentação e nutrição, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vigentes no Brasil por exemplo (GARCIA e RECINE, 2014), os quais estão em constantes ataques e processos de desmonte.

2.3. SISTEMAS ALIMENTARES

Segundo o glossário “Ambientes alimentares: dos sistemas às escolhas” elaborado pelas autoras ONITA et al. (2022), o sistema alimentar:

“reúne todos os elementos e atividades envolvidos para que um determinado alimento esteja disponível para consumo de cada

indivíduo. Essas atividades envolvem os processos de produção, processamento, distribuição, preparação e consumo dos alimentos.”

Em uma proposta atual, MALUF (2021) traz uma abordagem multiescalar para análises e discussões acerca dos sistemas alimentares. O autor afirma que a todo momento somos atravessados por sistemas em diferentes dimensões e amplitudes. Há o sistema alimentar organizado em âmbito mundial, quando trata do papel das grandes corporações, comércio e controle de preços internacionais, interdependência de países em termos de abastecimento e fusão de padrão de produção e consumo. Também há o sistema alimentar de âmbito nacional, quando trata de como se organizam as atividades de produção de alimentos em um país, distribuição territorial da produção nacional de alimentos, integração entre as regiões, capacidade de estoque e de formação de preços dos alimentos. Por fim, pode-se pensar em sistemas alimentares no plano local, que é onde há a circulação e acesso propriamente aos alimentos (MALUF, 2021, 2022). A abordagem em várias escalas dos sistemas alimentares e a noção de sistemas alimentares descentralizados se estendem a territórios e localidades para capturar atores sociais e as políticas envolvidas na disponibilidade e acesso a alimentos e alimentação, e como os hábitos alimentares são moldados dentro desses territórios (MALUF, 2022).

Para WILLET et al. (2019), os sistemas alimentares são uma das principais causas de problemas em saúde e alterações ambientais. A agricultura ocupa 40% de toda a terra do planeta; a produção de alimentos é responsável por 30% dos gases do efeito estufa e utiliza 70% da água doce. Dessa forma, o próprio processo de produção de alimentos e consumo atual degrada e ameaça os recursos bases (MARCHIONI, et al., 2021). Portanto, é urgente uma grande transformação que envolva esforços conjuntos de atores globais que assumam o compromisso de inúmeras mudanças nas dietas e nos modos de produção de alimentos (WILLET et al., 2019).

Reconhecendo a necessidade de alteração dos modos de produção para formas mais sustentáveis, a ONU realizou a Cúpula de Sistemas Alimentares em setembro de 2021. Contudo, pesquisadores chamam atenção para um processo em curso chamado de “captura corporativa da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional”. Essa captura da agenda se expressa em quatro dimensões. a) captura corporativa da governança da agenda

à medida que passam a ocupar espaços de debates b) captura corporativa da ciência com estudos financiados e com resultados enviesados; c) captura corporativa das políticas públicas com ataques, desmontes e a própria captura da ciência com estudos que dificultam a formulação de políticas; d) captura de narrativas e conceitos que aparecem de formas vazias e desvirtuadas (MACÁRIO, 2021).

No Brasil, um grupo de pesquisadores publicou recentemente o relatório “Diálogo sobre Ultraprocessados: Soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis”. Neste documento são apontadas três possíveis soluções no sentido de reduzir o consumo de produtos ultraprocessados: elaboração de guias alimentares; rotulagem de alimentos e regulação de ambientes alimentares (CATEDRA JOSUÉ DE CASTRO e NUPENS USP, 2021).

2.4. IMPLEMENTAÇÃO E DESMONTE DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A LOSAN, publicada em 2006, criou no País o SISAN que tem por objetivos: formular e implementar políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional; estimular integração do governo e sociedade civil e promover o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional. A lei também estabeleceu que o sistema é composto por: I) Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; II) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); III) Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); IV) Órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e V) Instituições privadas com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2006).

Para implementação e execução do SISAN, foi previsto um modelo de política intersetorial para dar conta das discussões desse tema complexo. Neste sentido, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com o CONSEA apresentavam as importantes funções de coordenar e elaborar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se constitui como ferramenta de planejamento,

gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (GARCIA e RECINE, 2014).

Segundo VASCONCELLOS e MOURA (2018), os Estados e Municípios não têm a obrigação de estabelecer a mesma composição institucional do nível federal, porém, há orientação para criação de estruturas subnacionais similares a do SISAN. No estudo realizado pelas autoras, foi verificado que no ano de 2014 todas as Unidades Federativas contavam com estruturas voltadas para políticas de alimentação e, para os municípios, o percentual encontrado foi de 39,5%. A orientação para a criação de estruturas semelhantes é feita com base na diretriz de “descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo” (BRASIL, 2006).

Particularmente no município de São Paulo, o projeto de lei 723 foi proposto em 2013 e tornou-se a lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013. Esta lei inicia o processo de institucionalização da segurança alimentar e nutricional, estabelecendo os componentes municipais de adesão ao SISAN (CAISAN, 2016), a saber: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, a Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN (SÃO PAULO, 2013).

Esse cenário possibilitou a elaboração do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para o período de 2016 a 2020. Este plano foi fruto de um trabalho intersetorial envolvendo diversas secretarias do governo municipal. Nele foram apresentados objetivos e ações que são divididos em seis diretrizes, a saber: diretriz 1: “promoção do acesso à alimentação adequada e saudável e água, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de INSAN”; diretriz 2: “promoção do abastecimento público e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica e solidária de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos”; diretriz 3: “instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional e cultura alimentar, visando a promoção de hábitos alimentares saudáveis, com ações formativas, a partir do diagnóstico das necessidades locais, com foco nas tecnologias de informação e da educação popular, bem como, incentivar a pesquisa e formação nas áreas

de SAN E DHAA.”; diretriz 4: “Promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para os povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso i, do decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária”; diretriz 5: “fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN, considerando todos os ciclos da vida”; diretriz 6: “monitoramento da realização do DHAA” (CAISAN, 2016)

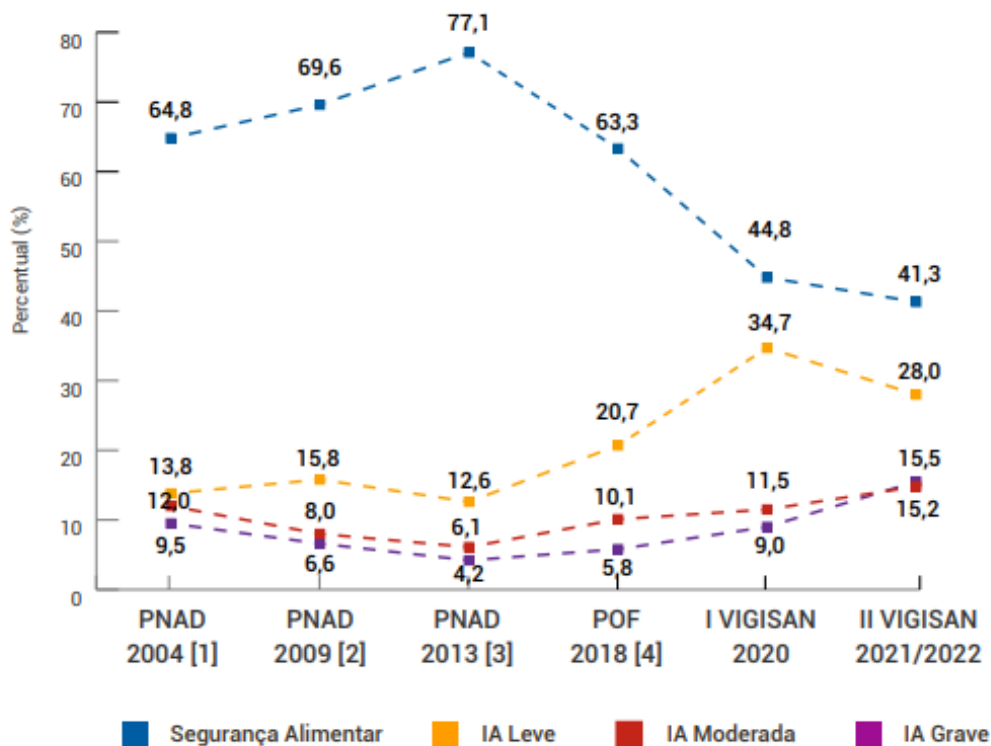
Cabe destacar que havia a intenção de análise deste documento na pesquisa, porém, até a presente data, não houve a publicação do novo plano para o município, fato que também ocorre nacionalmente após instalado o processo de desestruturação do SISAN com a extinção do CONSEA. Outros documentos importantes a serem mobilizados nesta dissertação, como as atas de reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de São Paulo, estão apenas parcialmente disponíveis publicamente nas homepages. Na página virtual do conselho municipal, foram encontradas apenas as atas até o ano de 2018, sendo que a informação constante para os anos seguintes (2019, 2020) é de que as atas estão em fase de aprovação e não há informação sobre as de 2021. Na página da Câmara Intersecretarial⁴, foram encontradas atas até o ano de 2018; para o ano de 2019 não consta nenhuma informação, para o ano de 2020 há duas atas dos meses de junho e maio e, para o ano de 2021, consta a informação de que não houve nenhuma reunião.

Estes dados sugerem as dificuldades de as instituições municipais seguirem o trabalho após instalado o processo de desestruturação do SISAN. Assim como verificado com a extinção do CONSEA por meio da primeira medida provisória do governo federal em 2019 e pelo conflito de interesses verificado no nível estadual, quando João Dornellas, que é presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, concorreu e se

⁴ Os sites do Conselho Municipal e da Câmara Intersecretarial são, respectivamente: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/seguranca_alimentar/index.php?p=207741
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/seguranca_alimentar/participacao_social/index.php?p=270514

elegeu como presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo.

O gráfico da REDE PENNSAN (2022), baseado em uma comparação entre os inquéritos nacionais brasileiros com coleta de dados por meio da mesma metodologia de pesquisa (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), já evidenciava os resultados desse desmonte no decorrer dos anos. Pode-se perceber uma melhora significativa dos resultados até a pesquisa de 2013 e, em seguida, uma piora já a partir de 2018, ou seja, antes da eclosão da Pandemia de Covid-19. Em 2020, os dados revelaram um cenário ainda pior do que foi verificado no primeiro inquérito realizado no ano de 2004, e em 2022 a situação se agrava ainda mais (figura 11).



* Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Figura 11: Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar no Brasil, 2004 a 2022. Fonte: Extraído de REDE PENSSAN, 2022.

Outro ponto que merece atenção, pois tem relação direta com a desestruturação das instituições de proteção social, é a dificuldade de acesso aos dados de saúde. Nacionalmente, isso se expressa, por exemplo, nas incertezas quanto à própria realização do Censo nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que deveria ter sido realizado em 2020 e foi adiado para 2022. Ainda, em relação à falta de acesso a dados do atual Governo Federal, a Rede PENSSAN discute a necessidade de apoiar a geração de informação sobre a segurança alimentar para revelar para a população a real dimensão do problema a ser enfrentado, destacando o papel de *advocacy* dos estudos para retomada e manutenção das políticas públicas que foram desmontadas (REDE PENSSAN, 2022).

A desestruturação das instituições que possibilitavam a participação popular nas questões de segurança alimentar por meio dos conselhos nacional, estadual e municipal vai na contramão do que foi apresentado no relatório da FAO de 2014, que destacava o estímulo à participação e mobilização popular como um dos principais eixos de governança para o Brasil sair do mapa da fome (BRASIL, 2014).

Em uma análise mais aprofundada sobre espaços de participação popular, CISCATI (2022) discute como o governo federal esvaziou também outros espaços que visavam a participação em conselhos referentes a outros direitos. Segundo os dados apresentados no seu artigo “Para onde vai a democracia”, 68% dos conselhos gestores de políticas públicas foram extintos, alterados por meio de decretos ou, ainda, inativados. Em 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (Partido Liberal), havia 96 conselhos gestores de políticas públicas ativos. “Desde então, sempre por força de decretos, o governo Bolsonaro extinguiu 22% desse total. Outros 18% ainda existem, mas estão inativos. E 28% tiveram sua composição e suas funções alteradas”. Os conselhos referentes às políticas sociais e ambientais foram os mais afetados.

Neste sentido, a economista, professora e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, em entrevista para a FIAN BRASIL⁵, discute a

⁵https://fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae-campello/?fbclid=IwAR2ObttaD9Mk6bFJtJ7xHMI5KspLX2AaQn0foVs6tH_eTaiFJuNzilug_o . Acesso em: 31 maio 2022.

situação delicada em que se encontra o PNAE após o rompimento da cadeia de compras de alimentos da agricultura familiar:

“A pandemia interrompeu esses circuitos, o governo não se preocupou em recompô-los, em garantir que, agora que as escolas voltaram a funcionar, como isso deveria ser feito. E na minha avaliação está tirando vantagem disso. Por quê? Como esses circuitos foram interrompidos e como não existe ninguém mais cuidando, olhando, fiscalizando, identificando problemas, tentando cobrar os municípios, vai ser muito fácil ele impor um outro modelo daqui a um tempo. É um modelo que não favorece a escola, não favorece a cultura escolar, não favorece a alimentação da criança, não ajuda a crescer, não ajuda a aprender, não ajuda a nada e favorece única e exclusivamente quem? Os grandes”.

Campello explica que, apesar da difícil mensuração do real desmonte destas políticas, a resistência virá de pessoas que trabalharam, que aprenderam e que participaram do processo e da construção coletiva de programas como o PNAE. Virá do agricultor, da merendeira, da diretora escolar (BIONDI, 2022).

A Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, que representa nacionalmente o conjunto das organizações da Sociedade Civil dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, também publicou uma nota pública sobre o SISAN com o objetivo de revelar a importância deste órgão para garantir DHAA e a segurança e soberania alimentar e nutricional. No documento, os presidentes dos conselhos estaduais declaram que as mudanças atuais realizadas pelo Governo Federal:

“quebram a lógica do Sistema, não valorizam e excluem a participação social organizada, especialmente de organizações sociais com representatividade e participação histórica na construção, criação e funcionamento do SISAN” (COMISSÃO DE PRESIDENTES DE CONSELHOS ESTADUAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2022).

2.5. ALIMENTAÇÃO, PANDEMIA DE COVID-19, RISCOS E INCERTEZAS

A discussão atual sobre alimentação e segurança alimentar e nutricional, num contexto de pandemia de Covid-19, pode ser abordada também a partir da perspectiva da sociologia ambiental e da abordagem da sociedade de riscos proposta por Ulrich Beck. Para o autor, a produção social da riqueza no mundo também é acompanhada pela geração e distribuição social de riscos, incertezas fabricadas ou efeitos colaterais danosos, originados do próprio processo de modernização e dos avanços tecnológicos no mundo (BECK, 2011). Estes riscos, ou incertezas, são produzidos institucionalmente, desencadeiam danos atemporais e irreversíveis, produzem novos desníveis nacionais e internacionais e elevam a lógica capitalista a patamares ainda maiores de desigualdade (BECK, 2011).

Em concordância, GIDDENS (1999) afirma que à medida que o ritmo da inovação aumenta e novas tecnologias são inseridas no cotidiano, também aumenta o grau de incerteza e insegurança para as populações. Para o autor, a sociedade de risco expõe também a chamada “crise de responsabilidade” ou “irresponsabilidade generalizada”, visto que governo, mercado, indústria ou outras instituições não assumem a real responsabilização e as obrigações de suas tomadas de decisões na arena social. O indivíduo, muitas vezes, precisa arcar sozinho com os danos catastróficos gerados. Para MARANDOLA JUNIOR (2008), num mundo cada vez mais globalizado, as consequências das tomadas de decisões chegam rapidamente no nível local. Assim, os riscos produzidos atingem as populações locais sem o acompanhamento de mecanismos de proteção e sem o conhecimento necessário para compreender suas proporções e consequências.

Os danos catastróficos, que surgem dos próprios sistemas desenvolvidos pelo homem, transformam os erros em forças destrutivas com alcance e dimensões de difícil mensuração (BECK, 2011). Nesse contexto, quando os riscos se concretizam, como é o caso da pandemia de Covid-19 e a fome no país, as populações que vivem em situação de vulnerabilidade social sofrem os efeitos de forma muito mais grave e rápida. Como observado no Brasil e no mundo, grande parcela das pessoas fica desamparada diante da impossibilidade de seguir até mesmo as recomendações mais básicas de proteção contra

o vírus, como ficar em casa, lavar as mãos e se alimentar adequadamente, pois há falta de saneamento básico, produtos de higiene e dos alimentos.

No campo da segurança alimentar e nutricional, cabe destacar que o país já vinha sofrendo uma política de desmantelamento nos últimos anos, manifestada em frequentes ataques, cortes orçamentários e desmontes das instituições fundadas com esse objetivo. A Emenda Constitucional 95 de 2016 e a extinção do conselho de segurança alimentar e nutricional, logo na primeira medida provisória de número 870/2019 do atual governo federal, são exemplos desse processo e com importantes reflexos, em especial entre a população que vive em situação de vulnerabilidade (RECINE, E, et al., 2019). Dentre as decisões políticas recentes que evidenciam o desmonte do sistema de segurança alimentar no país, é preciso citar a Medida Provisória de número 1061/21 que extingue o Programa Bolsa família e o PAA, dois programas reconhecidamente importantes para que o Brasil saísse do Mapa da Fome em 2014.

Assim, quando a Pandemia de Covid-19 eclode no país, a partir de fevereiro de 2020, encontra um espaço fragilizado e enfraquecido em termos de políticas de proteção social, o que justifica, em parte, o cenário atual da fome revelado nas pesquisas citadas neste projeto (BICALHO, 2020; SAMBUICHI et al., 2020; REDE PENSSAN, 2021). Ademais, o aumento do valor dos alimentos e a inflação tem afetado itens da cesta básica, novamente atingindo os mais vulneráveis, com renda reduzida pelo isolamento e pela perda de emprego (SCHNEIDER, et al., 2020).

O relatório preliminar “Impacto da Covid-19 na realização do direito humano à alimentação adequada” apontou fatores agravantes da pandemia com reflexos diretos no aumento da fome e da desnutrição, dentre eles: grilagem de terras e destruição de ecossistemas; uso extensivo de agrotóxicos; produção e distribuição agroindustrial de alimentos por empresas transnacionais; promoção de alimentos ultraprocessados; privatização e a financeirização do setor de saúde; desmantelamento da seguridade social pública; redução dos padrões de proteção do trabalho, flexibilidade imposta nas condições de trabalho, contratos de curto prazo e incremento do trabalho informal; desigualdades e discriminação; desigualdade de gênero e violência; conflito, ocupação e guerra (FIAN INTERNATIONAL, 2020).

Reverter esse cenário passa por redefinir a própria arena técnica, política e social que marca o campo da Segurança Alimentar e Nutricional (JAIME, 2019). Passa também por revigorar a discussão e a prática de uma perspectiva crítica e multidimensional de sustentabilidade, considerando diversos aspectos como: diversidade cultural, solidariedade com o planeta e biodiversidade, valores éticos, equidade, direitos, justiça e autonomia (VENTURA et al., 2020). As mudanças nos sistemas alimentares hegemônicos atuais e a garantia do DHAA são necessárias, mas para que ocorram efetivamente é preciso, para além de políticas públicas, um maior engajamento das pessoas, reconhecendo a ligação intrínseca e inseparável entre saúde ambiental e saúde humana (WILLET et al., 2020).

2.6. MOVIMENTOS SOCIAIS E DE RESISTÊNCIA AO CENÁRIO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME

Para tratar sobre engajamento e sobre a importância de movimentos sociais na busca de direitos, é preciso resgatar a participação popular em um momento histórico no Brasil: a promulgação da Constituição Brasileira, em 05 de outubro de 1988. Este marco representa a redemocratização do país. Para PAGLIARINI e FACHIN (2018), é inquestionável a participação dos movimentos sociais nesse processo que foi marcado por muita luta no âmbito da Assembleia Constituinte para criar e garantir direitos para toda a população⁶. Os autores discutem a importância desses movimentos antes e durante a promulgação e destacam os seguintes grupos que foram organizados: clubes de mães, movimentos dos favelados, comunidades eclesiais de base, movimentos do custo de vida, movimentos contra a carestia, movimentos pela saúde, movimentos pelo emprego, movimentos sindicalistas, entre outros.

Porém, após três décadas da publicação da chamada Constituição Cidadã, o cenário atual evidencia uma imensa crise de responsabilidades, na qual os direitos

⁶ Uma síntese acerca do histórico dos movimentos sociais no Brasil pode ser encontrada na tese de doutorado de Juliana Barbosa Zuquer Giaretta, intitulada: Tic e movimentos sociais no urbano do século 21: interfaces e possibilidades na busca pelo direito a cidade – <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6140/tde-28062018-125528/publico/JulianaBarbosaZuquerGiarettaORIGINAL.pdf>AL_JBZG_17-05-18_cinza.doc (usp.br). Acesso em 04 ago. 2022.

constitucionais são frequentemente violados, revelando novamente a importância do engajamento dos movimentos sociais (CALIXTO; CARVALHO, 2020; TONETTO, 2020). Em uma reflexão sobre a situação atual do país, MALUF (2020) afirma que a crise sanitária, acrescida das questões alimentares e econômicas, pode se tornar uma tragédia humanitária, visto que o enfrentamento desses problemas é marcado por negligência, irresponsabilidades, ausência de coordenação e sobreposição de interesses negociais. O autor discute a responsabilidade de pesquisa em segurança alimentar na pandemia, em particular sobre a atuação da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), e destaca a necessidade do diálogo e articulação entre a universidade em seus campos de pesquisa, ensino e extensão com as organizações e movimentos sociais que buscam não apenas a segurança alimentar e nutricional e o DHAA, como também outras questões que afetam a vida da sociedade em geral, inclusive a própria produção do conhecimento.

Os movimentos sociais “são ações sociais de caráter sócio-político e cultural, que revelam formas distintas dos indivíduos e grupos se organizar e expressar suas demandas” (MIRANDA, 2007, p. 1). A autora GOHN (2007) apresenta uma divisão com três formatos de organização e formas como se estruturam os movimentos sociais na atualidade: 1) Identitários: lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. São formados por segmentos sociais excluídos que usualmente fazem parte das camadas populares. Neste formato estão as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), dos grupos portadores de necessidades especiais, dos imigrantes. 2) Movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, (urbano e rural), que buscam acesso à terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário. 3) Movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos. FRANK e FUENTES (1989), que dissertam sobre dez teses acerca dos movimentos sociais, afirmam que a resposta para transformar a sociedade de hoje pode ser encontrada na participação e contribuição dos movimentos para ampliar e redefinir a democracia na sociedade civil. Assim, se o sistema alimentar atual se revela cada vez mais excludente e o DHAA e segurança alimentar e nutricional está constantemente sendo violado, as ações de movimentos sociais que emergem para o enfrentamento dessa situação são importantes formas de resistência neste cenário,

reforçando os ensinamentos do educador e filósofo Paulo Freire: “transformar a realidade opressora é tarefa histórica de todos os homens” (FREIRE, 1987, p. 20).

2.6.1 MOVIMENTOS DO CAMPO

Segundo LUSTOSA et al. (2019), no atual cenário de desmantelamento de importantes políticas públicas e conquistas sociais, a mobilização dos movimentos e organizações sociais se tornam essenciais para a sociedade, em especial para o alcance das múltiplas dimensões do conceito de segurança alimentar e nutricional. Os autores discutem as contribuições e potencialidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta por mais justiça nos meios de produção, e a capacidade do movimento em engajar outros atores sociais que possam somar esforços para o alcance do direito à alimentação.

Outro movimento importante no país e que foi objeto de análise de TANAKA (2019) é o Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA). Segundo a autora, uma revisão histórica sobre o MPA e sua atuação no campo da alimentação permite afirmar que ele ocorre, principalmente, em contraposição ao agronegócio que detém grande parte dos meios de produção. Essa luta fica evidente no objetivo atual do movimento destacado abaixo:

Seu principal objetivo [do MPA] é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais

Dentre os muitos movimentos sociais que surgem no país, cabe também destacar a Marcha das Margaridas. Esse nome é dado em homenagem a Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana, que foi brutalmente assassinada por latifundiários em 12 de agosto 1983. Esta data se tornou símbolo para as marchas de 6 quilômetros de, aproximadamente, 100 mil mulheres rumo ao Planalto. Este grupo vem realizando importantes conquistas, tanto pela capacidade de pressão política quanto pela capacidade de monitoração da execução. O movimento foi importante, por exemplo, para a

institucionalização de políticas da agroecologia no país e, por meio das conquistas, também vem rompendo com o modelo de produção atual, possibilitando mais justiça e igualdade para mulheres no campo (MOREIRA, 2019).

Os movimentos citados, assim como outros menores e de igual importância que já existiam e os novos que emergem no país, vão ao encontro das dimensões do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, na medida em que buscam formas mais justas e igualitárias de produção e que respeitam a biodiversidade e as diferentes culturas do país, além de romper com o agronegócio que definitivamente não contribui para o alcance do DHAA.

Ainda cabe destacar o papel de luta desses movimentos pela reforma agrária no país e conseqüentemente no combate à fome. Segundo apresentado por FURTADO (2022), apesar de as políticas estarem em processo de desmonte no atual governo federal, as famílias pertencentes a movimentos como o MST seguem resistindo. Isso possibilitou a realização de campanhas de solidariedade para distribuição de alimentos pelo país durante a crise sanitária. No texto publicado em janeiro de 2022, a autora afirma que, desde o início da pandemia, foi possível a doação de mais de seis mil toneladas de alimentos e um milhão, cento e cinquenta mil marmitas para pessoas e famílias em todas as grandes regiões do país. Os alimentos, em sua maioria, oriundos de assentamentos e acampamentos do movimento. Para a autora, ainda que essas ações emergenciais tragam um alento emergencial para a insegurança alimentar, é preciso retomar e fortalecer políticas como a da Reforma Agrária Popular e assegurar o direito à terra de comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas.

2.6.2 MOVIMENTOS URBANOS⁷

Ainda como formas de atuação e resistência, cabe destacar a atuação de movimentos sociais em centros urbanos, sobretudo em regiões de alta vulnerabilidade social. A organização desses movimentos sociais envolve um trabalho coletivo com

⁷ Essa subseção é inspirada no capítulo “Movimentos sociais e de resistência ao cenário de fome: alavancas para sistemas alimentares sustentáveis”, produzido por Nilton Santos Stanguini, Nathália César Nunes, Ana Maria Bertolini e Gabriela Marques Di Giulio, em processo de editoração para a publicação do 5º livro do Programa de Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade.

múltiplas dimensões. Em comum, esses movimentos requerem organização interna para tomada de decisão sobre as doações; mapeamento e cadastramento das famílias necessitadas; acionamento das redes de contatos para possíveis parcerias; organização para recebimento das doações e distribuição dos alimentos, adotando medidas para evitar aglomeração; e ainda, prestação de contas (FLEURY; MENEZES, 2020).

A Ação Cidadania é um importante exemplo de movimento social e de abrangência nacional. Fundada por Hebert de Souza, o Betinho, em 1993, para lutar pela erradicação da fome e da miséria no Brasil, alcançou importantes conquistas que contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, como: a criação dos restaurantes populares e do CONSEA, a execução do Programa Fome Zero, a criação do Cadastro Único de Políticas Sociais e o aumento da cobertura dos programas de transferência de renda. Atualmente, foi lançada a Agenda Betinho com objetivo de contribuir para a garantia, desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas municipais de SAN em todo Brasil. A agenda é destinada aos governantes, aos prefeitos e sociedade civil organizada e apresenta propostas divididas em quatro áreas: Produção e abastecimento de alimentos saudáveis; acesso à alimentação saudável; fortalecimento do SISAN e educação alimentar e nutricional (AÇÃO DA CIDADANIA, 2021). Na emergência sanitária de Covid-19, a Ação Cidadania traz toda sua capacidade de articulação e, com as campanhas “#Natalemfome” e “#Açãocontraocorona”, conseguiu apoiar, aproximadamente, 4 milhões de pessoas com distribuição de 10.000.000 quilos de alimentos, o que equivale a 50 milhões de pratos de comida, isso apenas no ano de 2020. Segundo a Rede PENSSAN (2022), a Ação Cidadania também revela a sua força para atuar como indutora para o retorno da valorização das políticas de proteção social no país.

O Movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) surge no final dos anos 1990 e alcança o território nacional em 2009. Segundo GOULART (2011), o MTST enfrenta as dificuldades comuns às ações coletivas que lutam por transformações e tem como base social trabalhadores e trabalhadoras em condições precárias de trabalho, moradia e acesso aos equipamentos sociais da cidade, sobretudo de regiões periféricas com baixo investimento estatal. Condições que se agravam após o processo de desindustrialização e introdução de políticas neoliberais. A autora afirma que o MTST não se define como movimento social, mas sim como movimento popular, cujo elemento central é a classe –

organização dos trabalhadores que buscam os direitos que são negados pelo Estado e pelo capital. O MTST também atuou para proteger a população contra fome. Segundo informações em site próprio, foram criadas 26 cozinhas solidárias com o propósito de ajudar a combater a fome em um período de crise sanitária, social, econômica e política. O movimento busca garantir “uma alimentação rica em nutrientes e cheia de amor para as periferias no Brasil”. No campo de prestação de contas no site, eles informam que, em apenas três meses da pandemia, tiveram mais de 50 mil refeições servidas e mais de mais de 30 toneladas de alimentos distribuídas para as famílias (MTST).

Outro importante movimento social que abrange todo território nacional é o Mães da Favela. Idealizado pela CUFA Brasil, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e tendo algumas empresas privadas como patrocinadoras e parceiras, o projeto abriu um fundo solidário, ou seja, uma campanha de arrecadação de dinheiro para doar cestas básicas físicas e cestas digitais (vale no valor de R\$ 100,00) para mães solo moradoras das 5 mil favelas que a CUFA já atendia antes da pandemia de Covid-19. No total, até o final de 2021, esse movimento conseguiu ajudar 3.663.800 famílias por todo Brasil. Esse fundo solidário permanece arrecadando doações, e objetiva ajudar um número ainda maior de famílias no futuro (MÃES DA FAVELA, 2021).

No município de São Paulo também há exemplos de movimentos que atuam para a transformação social, como SP Invisível e Casa Ecoativa, que em comum ajustaram seus objetivos e formas de atuação para atenderem as demandas emergenciais diante da crise sanitária.

O SP Invisível é uma organização não governamental (ONG) focada na conscientização social que busca transformar a vida de pessoas em situação de rua. O projeto surgiu em 2014, quando seus fundadores receberam o convite para fotografar as invisibilidades da cidade de São Paulo. Desde então, eles objetivam ouvir as histórias das pessoas em situação de rua, na perspectiva de quebrar os paradigmas do preconceito e lutar pela voz dessas pessoas. Por meio de uma campanha de financiamento coletivo, eles arrecadam dinheiro e doam roupas, itens de higiene e alimentos para as pessoas em situações de rua em diversas entregas feitas durante o ano, principalmente, em datas comemorativas como Páscoa, Natal, Dia das Mães, dentre outras. Durante a pandemia de

Covid-19, o projeto distribuiu lanches e kits de higiene para a população em situação de rua e, no inverno de 2021, realizou a campanha Invisível, distribuindo mais de 14 mil kits que incluíam moletons do projeto (SP INVISÍVEL, 2022).

Outro movimento de destacada atuação social no contexto da Covid-19, dentro do município de São Paulo, é o Instituto Fazendinho, cuja atuação solidária e participativa e as vivências experimentadas trazem importantes elementos para as discussões e serão detalhadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1. SÃO PAULO

O Município de São Paulo tem um território de 1.521,11 km² (IBGE, 2020) e está subdividido em 32 subprefeituras, conforme mostra a figura 12. Conta com uma população total de mais de 12 milhões de habitantes, sendo 47,6% do sexo masculino e 52,4% do sexo feminino. A cidade apresenta densidade demográfica de 7,833 hab./km², 2,9 habitantes por domicílio, e grau de urbanização de 99,1% (FUNDAÇÃO SEADE, 2021). Apresentava, em 2010, 92,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 74,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 50,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2021)

Considerando dados do IBGE disponíveis para o ano de 2019, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 4,1 salários-mínimos, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 47,1%. Além disso, a cidade apresentava 31,6% dos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em 2010, foi 0,805 (IBGE, 2021).

No campo da educação, no ano de 2020, a cidade contava com 3.013 estabelecimentos de ensino fundamental e 1.383 estabelecimentos de ensino médio. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos para o ano de 2010 foi de 96%. (IBGE, 2021).



Figura 12: Cidade de São Paulo dividida em suas 32 subprefeituras. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2021.

A capital paulista vem apresentando um aumento de grupos populacionais que vivem em vulnerabilidade social. De acordo com o último censo realizado pela prefeitura,

entre os anos de 2019 e 2021, o contingente em situação de rua passou de 24.344 para 31.884 pessoas. Com este aumento, o quantitativo da população em situação de rua na capital ultrapassou a população total de quase 70% das cidades paulistas. A pesquisa também evidenciou que o número de “moradias improvisadas”, ou seja, barracas instaladas nas ruas da cidade aumentou 330% quando comparado com o último censo realizado em 2019 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022). A desigualdade em distribuição de renda também faz com que São Paulo seja a cidade com maior número de favelas do país, com mais de dois milhões de pessoas vivendo nessa condição (CARTA CAPITAL, 2018). Essa realidade tem reverberações na alimentação da população. No final do ano de 2021, funcionários de postos de saúde do município de São Paulo relataram que muitos pacientes estavam em situação de extrema vulnerabilidade, pedindo doações de alimentos nos postos alegando que não comiam há dias (ZANATTA, 2021).

3.2. O JARDIM COLOMBO

A Favela do Jardim Colombo faz parte do complexo de favelas de Paraisópolis, no município de São Paulo. O complexo é formado predominantemente por núcleos habitacionais, tem extensão de 101,5 hectares, fica situado na Zona Oeste da capital paulista, constitui parte do distrito de Vila Sônia e é administrado pela Subprefeitura do Butantã (área 10 da figura 12). Além disso, moram em Paraisópolis, aproximadamente, 100 mil pessoas, ocupando assim as posições de quinta maior favela do Brasil e de segunda maior da cidade de São Paulo (VAZ, 2021).

A área do Jardim Colombo ocupa 14,9 hectares que hoje abriga em torno de 18 mil pessoas distribuídas em, aproximadamente, 5 mil famílias. A figura 13 mostra a evolução da ocupação do território do Complexo de Paraisópolis durante as décadas e a figura 14 mostra a ocupação atual e a localização do Jardim Colombo.

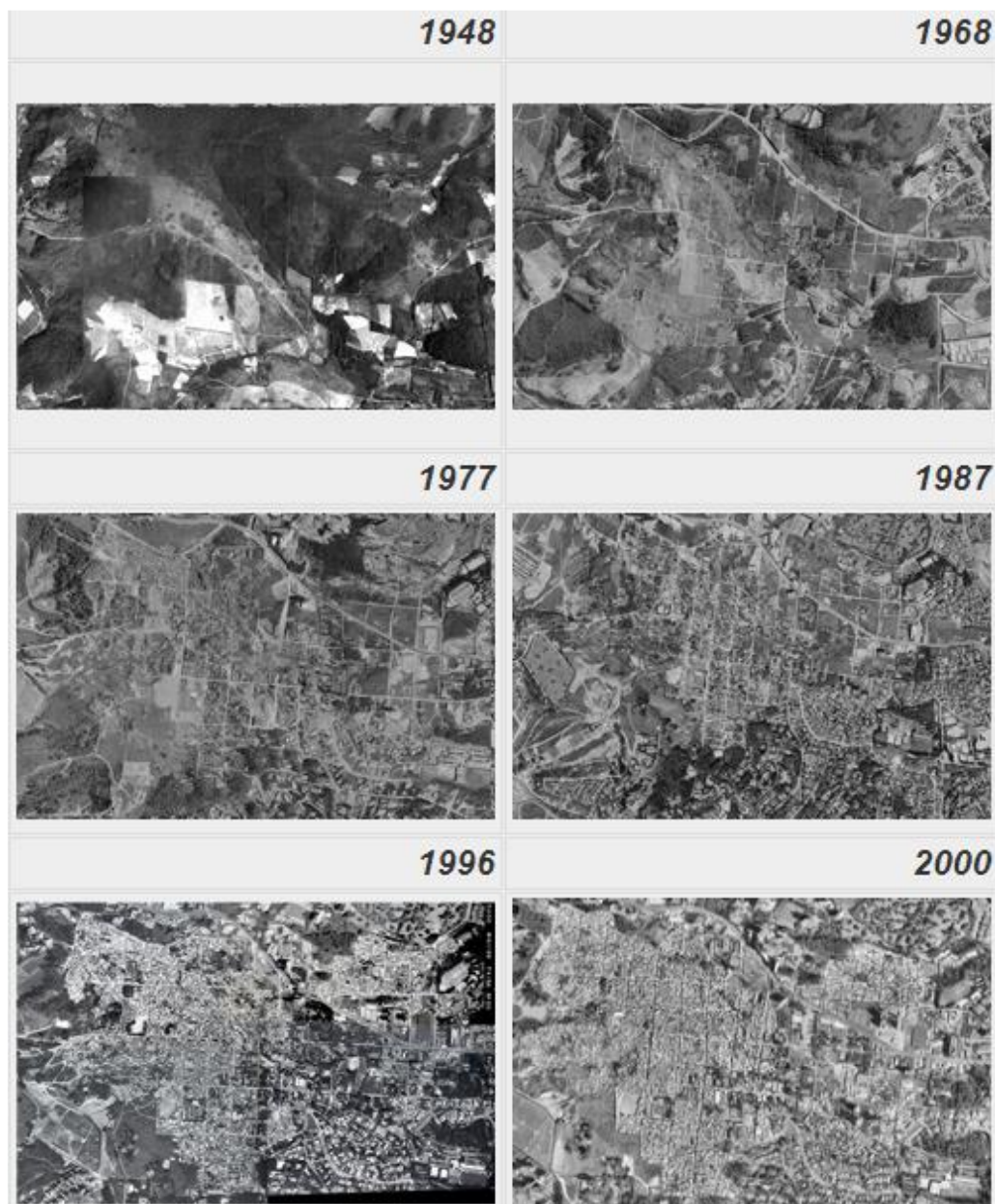


Figura 13: Evolução de ocupação do território. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2009.

A ocupação do complexo iniciou no ano de 1921, quando a área total fazia parte da Fazenda do Morumbi. O terreno foi fragmentado em 2.200 lotes e vendidos pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A. Porém, como muitas vezes foi verificado na história de São Paulo, muitos dos empreendimentos públicos ou privados não foram completamente implementados. Dessa forma, a região acabou ficando abandonada e os espaços foram ocupados informalmente, dando início à formação do Complexo de Paraisópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2009)

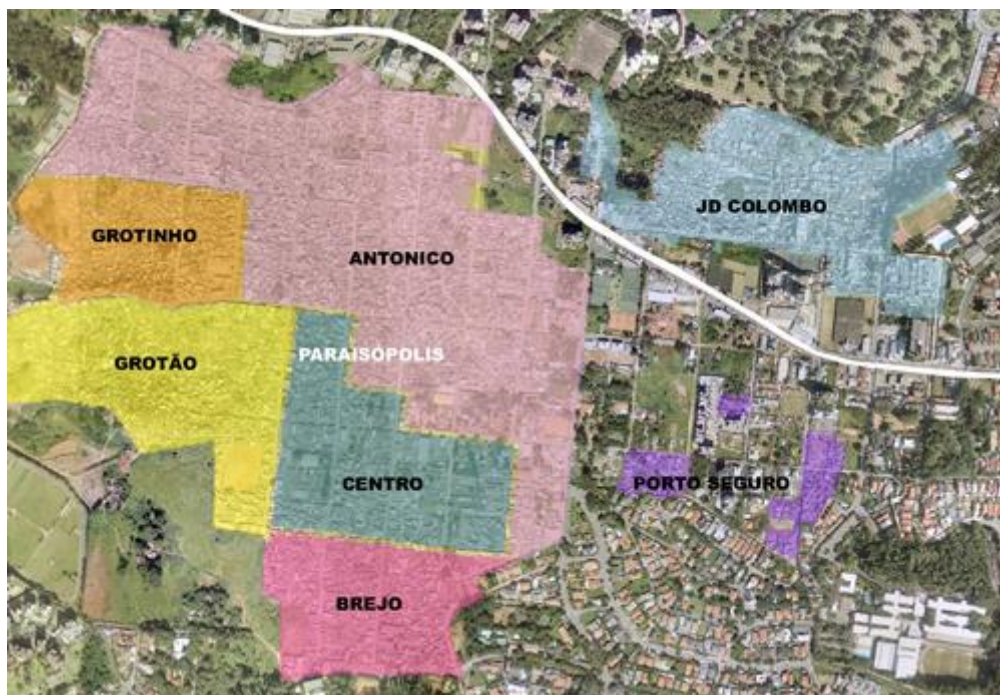


Figura 14: Ocupação atual e localização do Jardim Colombo. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2009.

Segundo relatos de moradores, apesar do Jardim Colombo fazer parte do Complexo de Paraisópolis, a sua localização no outro lado da Avenida Giovanni Gronchi (figura 14) traz algumas consequências para a favela, com algumas dificuldades diante do complexo. Muito da atenção da mídia e mesmo do governo, quando há, volta-se para Paraisópolis.

A principal via de acesso da Favela do Jardim Colombo é a Rua Clementine Brenne, uma transversal da Avenida Giovanni Gronchi. A não consecução dos planos oficiais abriu espaço para a consolidação da condição urbana em que se encontra a população local, que se defronta cotidianamente com sérios e graves problemas, como: ocupação irregular do espaço, inclusive em áreas de risco geológico; degradação dos espaços livres e construídos; desarticulação e fragmentação do tecido urbano gerado; riscos à saúde e ao ambiente pelo depósito irregular de resíduos; contaminação do córrego Itararé que corta a área com a descarga in natura de esgotos e depósito irregular de resíduos; enchentes no leito do córrego; entre outros (Figura 15).



Figura 15: Imagem do córrego dentro da Favela. Fonte: Nilton Stanguini

3.3. O INSTITUTO FAZENDINHANDO

O Instituto Fazendinhando mantém um site⁸ e redes sociais com informações sobre as ações realizadas em contextos normais e, também, sobre as ações realizadas durante o período pandêmico, incluindo formas possíveis para recebimento de doações. Segundo dados do site, o Instituto conta com os seguintes membros e funções específicas: presidente, diretor financeiro, secretária, conselheiro fiscal e conselheiros consultivos. Além dos membros, o Instituto conta com colaboradores como líder comunitário, fotógrafo, mestre de obras e paisagistas. Segundo relatos das lideranças, no ano de 2020, o Fazendinhando recebeu, mais de 40 voluntários que se juntaram à causa, dentre esses moradores e pessoas de fora da favela.

Para abordar sobre a atuação do Instituto, é preciso relatar alguns aprendizados sobre a participação da população nas ações realizadas. A princípio, havia a ideia de que esta participação ocorria, em particular, porque as lideranças do Instituto tinham o

⁸ Link para o Site do Fazendinhando: <https://www.fazendinhando.org/>

objetivo de realizar algo importante e benéfico para o Jardim Colombo. Porém, por meio dos aprendizados que foram possíveis durante as vivências e a imersão nas ações realizadas pelo Instituto, compreendeu-se que, por trás do processo de transformação social no local, há um esforço significativo por parte das lideranças para envolver a população. Grande parte desta dificuldade estaria associada justamente às falsas promessas, não concretizadas, de reurbanização por parte do poder público. A figura 16 sinaliza uma placa de uma possível obra que seria realizada na favela e que não foi implantada. Dessa forma, um morador utilizou a placa para fazer um portão para sua casa. No dia da visita em que foi registrada essa imagem, foi explicado por uma das lideranças do Instituto que os moradores do Jardim Colombo escutam, desde 2012, que a favela receberia um projeto de urbanização. O projeto prevê a construção de unidades habitacionais, a canalização do Córrego do Colombo e um parque linear.



Figura 16: Placa de obra da prefeitura reutilizada por um morador para fazer um portão da residência. Fonte: Nilton Stanguini

Durante o período de acompanhamento das ações, foi possível verificar que estas obras foram retomadas no final de 2021 (figura 17). Porém, em uma das ações e visitas no território, foi revelado por moradores que a obra foi interrompida, pois há um processo

complexo de realocação dos proprietários das casas por meio do aluguel social ou indenização. Uma das moradoras revelou, inclusive, sua preocupação em relação ao aluguel social, pois teria que sair de sua casa sem saber quando poderia voltar e, ainda, revelou medo por não saber onde iria conseguir morar com o valor do aluguel pago. Nas figuras 17 e 18 verificam-se, respectivamente, o comunicado da prefeitura sobre início das obras e o estado em que está até o momento da escrita desta dissertação.



Figura 17: Placa da prefeitura comunicando a obra de reurbanização. Fonte: Nilton Stanguini.



Figura 18: Obra de canalização do córrego do Jardim Colombo.: Fonte: Nilton Stanguini.

Em meio ao Jardim Colombo, existe uma área de aproximadamente 1.000m², com desnível acentuado de 17 metros, conhecida como Fazendinha. O nome Fazendinhando foi proposto, segundo as lideranças do Instituto, com o objetivo de dar a ideia de união da população para transformar o único terreno vazio da região. O uso deste espaço para o plantio de alimentos e criação doméstica de animais era feito até 2007 por alguns moradores, mas, posteriormente, se tornou um grande depósito de resíduos.

A partir de 2017, o Fazendinhando, junto à comunidade e diversas iniciativas externas, possibilitou mudanças no espaço, com mutirões de limpeza, campanhas de conscientização e atividades culturais, com o intuito de torná-lo um espaço de cuidado coletivo. Assim, surgiu o movimento social Fazendinhando, com a missão de engajar, conscientizar, integrar e desenvolver a favela do Jardim Colombo, por meio de uma gestão eficiente e participativa. As lideranças relataram as dificuldades iniciais para envolver a população na transformação territorial. Nas interações com elas, foi informado que, após esforços para conseguirem caminhões da prefeitura para a primeira retirada de entulhos do local, praticamente não apareceu nenhum morador. Foi por meio de trabalhos das lideranças em conjunto com o grupo da Arquitetura do Futuro e União dos Moradores

do Jardim Colombo que as primeiras mudanças foram iniciadas no local, repercutindo em maior confiança da população nas propostas e ações do Instituto.

Assim, a ideia inicial do movimento foi transformar o antigo depósito de lixo na região em uma praça e um espaço de convivência para a população local. Buscava, ainda, contribuir para que as crianças e jovens se engajassem nas atividades do instituto, evitando que fossem aliciados pelo tráfico de drogas no meio da favela.

Atualmente o espaço ainda conta com uma quantidade de resíduos (Figura 19), mas está consideravelmente mais acessível do que em meados de 2017 e em processo constante de melhorias. As figuras 20 e 21 ilustram esse processo de transformação em curso no território.



Figura 19: Imagem superior do parque Fazendinha. Fonte: Nilton Stanguini.



Figura 20: Imagem da frente do parque Fazendinho. Fonte: Nilton Stanguini



Figura 21: Parque Fazendinha antes da atuação do Instituto Fazendinho. Fonte: Fazendinho.

Ao serem atravessados pela crise sanitária da Covid-19, no início do ano de 2020, as lideranças do Fazendinho perceberam as necessidades da região quanto a alimentação e segurança alimentar e nutricional por conta dos impactos socioeconômicos

da pandemia. Atenção especial foi dada ao grande número de mulheres que haviam perdido seus empregos e, conseqüentemente, a renda. Elas ocupavam cargos como trabalhadoras domésticas ou cuidadoras, sem carteira assinada, atuando no bairro ao lado, o Morumbi.

Dessa forma, os objetivos do Instituto Fazendinho foram adaptados no sentido de atenderem as demandas emergenciais de combate à fome e ao vírus, com a realização de ações como distribuições de cestas básicas, distribuição de frutas, legumes e verduras, pães e marmitas. As marmitas e os pães eram fabricados localmente em uma cozinha de uma igreja que cedeu o espaço para o projeto (figura 22).



Figura 22: Cozinha da Igreja. Fonte: Nilton Stanguini.

O cadastro das famílias para posterior retirada das cestas e dos alimentos foi feito pelos próprios líderes e voluntários que demonstram conhecimento e proximidade com as pessoas do Jardim Colombo. Atualmente, o instituto tem as famílias da região cadastradas e um grupo no WhatsApp em que é possível a comunicação e envio de informações dos eventos e ações realizados.

Quanto à distribuição de marmitas, elas ocorreram nos períodos em que a Pandemia de Covid-19 se manifestava de forma mais grave no país, provocando maior restrição de locomoção. Segundo relato coletado durante as visitas ao território, nesse período em que as recomendações para ficar em casa eram mais intensas, a fome afetava ainda mais as famílias da região, pois muitas mulheres ficaram sem os empregos informais que atuavam antes da Pandemia de Covid-19. Nesse período mais crítico da pandemia também ocorriam maiores quantidades de doações, seja de alimentos ou de dinheiro. Diariamente eram produzidas 200 marmitas para distribuição na hora do almoço.

Além das ações emergenciais, o Fazendinho passou a realizar cursos profissionalizantes para as mulheres que perderam o emprego. Dessa forma, o instituto atua também em potentes medidas para mudanças estruturais nas vidas dessas pessoas. Os cursos ofertados atualmente são nas áreas de culinária, construção civil e artesanato. Todos eles já vêm apresentando resultados favoráveis nas vidas das mulheres inscritas.

Nos relatos dos líderes e voluntários, é possível extrair a percepção de que o engajamento em ações de combate à fome, como a produção de marmitas durante fevereiro de 2021 a maio de 2021, reforçou a necessidade de luta pela manutenção e fortalecimento das políticas públicas de alimentação e nutrição. Apesar do esforço das lideranças para angariar doações para a produção das duzentas marmitas diárias, pode-se perceber que, após o período de maior restrição de locomoção, as doações diminuam. Em maio de 2021, por exemplo, a produção das 200 marmitas diárias foi encerrada, pois os estoques estavam vazios.

Outro ponto a ser destacado é a atuação da indústria de alimentos que, frequentemente, é um dos atores sociais que coloca entraves na formulação e manutenção de importantes políticas públicas na arena da segurança alimentar e nutricional. Não são poucos os exemplos de entraves feitos pela indústria na formulação ou na continuação de importantes políticas públicas de alimentação e nutrição do país. Recentemente, foi proposto na Câmara dos deputados o projeto de lei de número 3292/20 em um ataque a Lei 11.947/2009 do PNAE que, entre outros objetivos, busca incluir leite fluido e carne suína nas escolas, além de tirar a prerrogativa técnica de elaboração do cardápio dos cuidados dos nutricionistas. Foi proposta ainda, pela Associação Brasileira de Indústria

de Alimentos, uma revisão do Guia Alimentar Para a População Brasileira, em especial quanto à recomendação de evitar os alimentos ultraprocessados. Neste caso, o problema fica ainda mais evidente quando, logo depois, o presidente desta associação, João Dornellas, concorre e se elege como presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, refletindo claros conflitos de interesses neste espaço de discussão da Sociedade Civil.

Tais investidas da indústria de alimentos também se reverberam nas ações emergenciais de combate à fome como as realizadas em níveis locais, já que parte dos alimentos doados em cestas básicas e em marmitas são industrializados, evidenciando que, além de dificultar a estruturação das políticas de proteção social, a indústria se vale, em momentos de crise, como o atual, para promover potente marketing social com a distribuição de alimentos. O “Dossiê big food: como a indústria interfere em políticas de alimentação”, publicado pela ACT promoção de saúde e IDEC (2022), apresenta oito casos em que foram evidenciados conflitos de interesses e interferência comprovada da indústria de alimentos em políticas de alimentação e nutrição. Os casos apresentados são: 1) ataques feitos pela indústria de alimentos ao guia alimentar para a população brasileira, 2) interferência na política de rotulagem nutricional de alimentos embalados, 3) publicidade infantil e o marco legal da primeira infância, 4) tributação de bebidas adoçadas, 5) programa nacional de alimentação escolar, 6) doações na pandemia de covid-19, 7) conselho estadual de segurança alimentar e nutricional sustentável do estado de São Paulo, 8) cúpula de sistemas alimentares da ONU. No caso específico de doações de alimentos na pandemia de covid-19, é discutido no documento que este tipo de estratégia aumenta em momentos de calamidade pública e que tais ações podem funcionar como forma de autopromoção. Além de melhorar a imagem da empresa diante dos consumidores, da sociedade em geral, de tomadores de decisão e de autoridades públicas, também leva os produtos para populações, criando potenciais consumidores em outros momentos. Além disso, aumenta as menções às marcas nas mídias e os benefícios fiscais das corporações, sendo que o valor das doações se torna irrisório quando comparado aos benefícios.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO COTIDIANO⁹

Esta seção busca trazer reflexões sobre a atuação do Fazendinho frente à insegurança alimentar no contexto de antes e durante a pandemia, e sobre as possibilidades de atuação do movimento no futuro, destacando a relevância das ações realizadas para o alcance da segurança alimentar no Jardim Colombo e entorno.

No Brasil, a partir da perspectiva histórica dos inquéritos alimentares realizados entre os anos de 2004 e 2021/2022, é possível observar que, em geral, houve uma melhora significativa nos momentos em que a alimentação da população esteve na pauta do governo e em que se buscou consolidar importantes políticas públicas de alimentação e nutrição (REDE PENSSAN, 2021, 2022). Contudo, a insegurança alimentar em seus diferentes níveis e formas de manifestação, incluindo a fome, nunca deixou de existir. Em 2013, por exemplo, ano em que o país alcançou os melhores resultados, que culminariam, inclusive, na retirada do Brasil do Mapa da Fome da Food and Agriculture Organization (FAO) em 2014, verificou-se que 12,6% da população ainda estava em insegurança alimentar leve, 6,1% em insegurança alimentar moderada e 4,2% em insegurança alimentar grave (REDE PENSSAN, 2021, 2022). Em uma conta aritmética simples, o número de pessoas que estava em insegurança alimentar grave, ou seja, que enfrentava a fome diariamente, era de, aproximadamente, 9 milhões de pessoas. No ano em que o Brasil alcançou seu resultado mais expressivo no combate à fome, o quantitativo registrado ainda era muito superior ao único número que deveria ser considerado aceitável em se tratando de insegurança alimentar: zero. Número que, de forma apropriada, deu nome a um importante programa de governo criado em 2003, o Fome Zero. Seu objetivo principal era agir sobre a extrema pobreza no país, com vistas à garantia do direito à alimentação, a partir de uma série de articulações institucionais e de políticas públicas. Suas ações repercutiram positivamente, ainda que não tenham sido suficientes para eliminar o problema da fome no Brasil (BELIK, 2022).

⁹ Esta seção foi apresentada no V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que há um processo de submissão em curso de artigo por Nilton Santos Stanguini, Nathália César Nunes, Ana Maria Bertolini, Gabriela Marques Di Giulio e Fernanda Scagliusi para a revista Segurança Alimentar e Nutricional da Unicamp.

Tal realidade tem reverberações na vida das pessoas em territórios de alta vulnerabilidade social. Na vivência e nas experiências junto ao Fazendinho e com as mulheres dos cursos profissionalizantes ofertados, foi possível ouvir histórias que refletem a realidade da fome na vida destas pessoas, mesmo antes da pandemia, e em diferentes formas. Um relato de duas alunas do curso, com idades entre 20 e 30 anos, e amigas desde infância, ilustra essa afirmação. Em uma das pausas da aula no curso de culinária (figura 23), elas contaram que, quando crianças, tinham o costume de brincar de “casinha”. Uma das mulheres explicou como era a dinâmica da brincadeira. Uma delas pegava escondido da família alguns alimentos como biscoito, salgadinhos ou algo que tivesse na despensa de casa e levava para um local da favela. Elas pegavam algumas madeiras e simulavam que era um fogão para cozinhar os alimentos levados e, com outras madeiras, montavam uma mesa para comer. Após a explicação da dinâmica da brincadeira, a outra mulher revelou que no fundo ela não gostava da cena montada, mas sempre brincava, pois era um dos momentos do dia em que poderia comer, já que na sua casa muitas vezes faltavam alimentos. De forma descontraída e rindo, contou que, assim que a comida acabava, a brincadeira terminava e ela voltava para casa. A outra mulher disse que sempre soube dessa situação, mas que mantinha a brincadeira, porque amava a amiga e não queria que ela passasse fome quando criança. Um olhar sobre a história de infância dessas mulheres evidencia a presença da insegurança alimentar em seus diferentes graus mesmo antes da pandemia de Covid-19.



Figura 23: Fazendeiras e doutoranda Nathália Nunes no curso de culinária. Fonte: cedida por Nathália Nunes.

Segundo relatos das lideranças do Instituto Fazendinho, a eclosão da pandemia no país, em março de 2020, explicitou que seria necessário mudar e adaptar os métodos de trabalho e os objetivos iniciais das ações que vinham sendo desenvolvidas. Isso porque a pandemia e as formas de combate a ela, como restrições de locomoção e necessidade de isolamento social, impuseram uma realidade ainda mais difícil para as populações que vivem em vulnerabilidade social.

“Foi um desafio também pra gente porque a gente vinha num histórico de realizar eventos mensalmente. A gente teve essa pausa. A gente teve que parar e voltar a atenção para outro foco. Dar outro foco agora, que seriam as próprias famílias mesmo. A questão da fome mesmo. Toda essa questão que a pandemia acabou atingindo em cheio todos nós” (pessoa 7)

Já no início da pandemia, as lideranças do movimento perceberam e relataram situações que enfatizam as necessidades das famílias no Jardim Colombo em relação à garantia da alimentação e segurança alimentar. Assim como revela os relatos a seguir:

“Quando entrávamos nas casas das pessoas para realizar visita e cadastro com o instituto, víamos situações muito complicadas e que fica até difícil de contar sem me emocionar. Vimos armários vazios e despensas sem nenhum alimento nas casas. Mães sem alimentos para darem para seus filhos” (pessoa 7)

“Através do cadastro que a gente tava fazendo. A gente soube ver e entender a necessidade de cada um. Quando eu entrei, ela falou: Você caiu do céu. Foi um anjo que Deus enviou aqui na minha porta. Porque ela não tinha nada, nada, nada para comer. Foi daí que eu quis aprender, a entrar mais e me envolver mais com o Fazendinho para poder ajudar outras pessoas. A gente vê cada coisa. Eu fiquei me perguntando quantos dias ela já estava sem as coisas para dar para os filhos dela. Porque eu tenho dois filhos e se eu fico sem uma bolacha ou um pão para dar para eles de manhã eu já fico preocupada, imagine ela sem nada. Eu chorei junto com ela. Eu me coloquei no lugar dela como ser humano, como mulher e como mãe” (pessoa 6)

Acompanhando de perto e de dentro essa realidade e os riscos concretizados na vida das pessoas que residem no Jardim Colombo e entorno, as lideranças entenderam que precisavam atuar para atenderem as novas demandas emergenciais, principalmente para o combate à fome. Contudo, também estavam com medo e assustados com os efeitos da crise sanitária, pois não sabiam exatamente o que poderia ser feito e nem como fariam.

“Nós sabíamos que tínhamos que trabalhar para proteger a comunidade. As notícias da pandemia deixaram todos desesperados e sem saber o que fazer. Muita informação e dificuldade, inclusive pela quantidade de informação quanto à proteção que eles não poderiam seguir. Na favela tem famílias com muitas pessoas que moram em casas de apenas um cômodo. Então nós sabíamos que precisávamos ajudar aquelas pessoas e

ainda não sabíamos como, porém era preciso começar e dar um pontapé inicial.” (pessoa 1)

No início da pandemia, ao realizarem a primeira ação de distribuição de cestas básicas, os participantes do Instituto Fazendinhando perceberam a complexidade dos desafios enfrentados pelos moradores do Jardim Colombo. O artigo da autora CARRO (2021), sobre a atuação do Fazendinhando durante a pandemia, evidencia essa problemática ao revelar que as casas visitadas no Jardim Colombo se encontravam em estados precários e que as pessoas realmente não tinham o que comer.

Em março de 2020, houve a realização da primeira campanha de financiamento coletivo que possibilitou ajudar as primeiras 28 famílias cadastradas pelo movimento. Essas famílias receberam cestas básicas, roupas e itens de higiene. Durante essa ação, os voluntários observaram que muitas outras famílias moradoras do Jardim Colombo também precisavam de auxílio naquele momento. Assim, os integrantes do Fazendinhando decidiram continuar com a campanha para alcançar mais famílias moradoras da favela. Com a colaboração de pessoas e empresas, de dentro e de fora do Jardim Colombo, durante cinco meses contínuos em que essa campanha foi realizada, foi possível a doação de 650 cestas básicas e mais 650 cestas de legumes orgânicos, por semana, beneficiando, aproximadamente, cinco mil famílias no total. Como relatou uma das integrantes do instituto sobre as ações sociais que foram realizadas no ano de 2020:

“Como suporte para inúmeras famílias durante a pandemia, vários coletivos e organizações sociais já atuantes nos bairros periféricos focaram sua atenção em uma questão fundamental e tão preocupante quanto o próprio coronavírus: a comida, ou no caso, a falta dela em muitas panelas e armários” (anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

Nas fases em que a pandemia de Covid-19 se agravava no país e exigia maior isolamento, as lideranças do Instituto também passaram a realizar a ação de produção e de distribuição de marmitas. A participação do pesquisador na produção das 200 marmitas diárias, que eram distribuídas para a população no horário do almoço, trouxe aspectos importantes para compreender a dificuldade que muitas pessoas tinham para

garantir a própria alimentação. Foram diversos os relatos de voluntárias afirmando que poderiam estar passando fome, caso não estivessem de alguma forma vinculada ao Instituto Fazendinho.

Nesse período, também foi possível observar a dinâmica da fila para a entrega das marmitas (figura 24). As voluntárias para esta tarefa, também moradoras do Jardim Colombo, conheciam de perto a realidade das pessoas que aguardavam as refeições e contavam que muitas delas tinham naquelas marmitas a única oportunidade de comer no dia, especialmente porque neste período de maior isolamento também ocorria a perda de empregos informais que realizavam como domésticas, cuidadoras e babás, entre outros. Por conta do tamanho da fila e da quantidade limitada de marmitas, era possível a entrega de até duas marmitas por pessoa. Algumas pessoas com famílias maiores dividiam a comida da marmita com os outros membros da casa.

“Eu sou grata a Deus e grata por ter conhecido o Fazendinho porque a gente estava indo de casa em casa. Então a gente sabia da necessidade de cada um, sabe? A gente sabia que tinha dias que eles não tinham um prato de comida. A gente sabia que aquela comida que eles pegavam, eles podiam tipo repartir e comer uma de dia ou uma a noite. Ou repartir uma só para comer uma refeição da tarde e uma da noite” (pessoa 6)



Figura 24: Fila para distribuição das marmitas: Foto: Nathália Nunes

As filas para a entrega de marmitas e cestas básicas e as narrativas colhidas confirmam os dados das pesquisas atuais da fome e insegurança alimentar e a forma mais grave que a população vulnerável é atingida (SAMBUICHI et al., 2020; REDE PENSSAN, 2022; SCHNEIDER, et al., 2020). Porém, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Erick Alencar de Figueiredo, publicou um relatório refutando os dados de insegurança alimentar do Brasil:

“O conjunto de evidências aqui expostas indica que não foram observadas manifestações associadas à insegurança alimentar, à má nutrição e à fome. Uma possível explicação é a ampliação da rede de proteção social estabelecida pelo Auxílio Brasil e por programas associados desde o início da pandemia da covid-19” (FIGUEIREDO, 2022, p. 17).

Nas experiências e nas interações do pesquisador com as lideranças do Fazendinho, é possível extrair que a preocupação com a segurança alimentar e nutricional da população no Jardim Colombo é recorrente e estará presente nas ações também no período pós-pandemia e futuro. Neste sentido, cabe destacar os esforços para a continuação e ampliação dos cursos profissionalizantes para as mulheres Fazendeiras. Segundo relatos colhidos, a importância de dar continuidade a esses trabalhos está, sobretudo, relacionada ao fato de que os postos ocupados no mercado de trabalho nas diferentes áreas dos cursos ofertados poderiam contribuir para a garantia do sustento de suas famílias.

A atenção da equipe do Fazendinho com o futuro das Fazendeiras também foi percebida durante a participação do pesquisador da cerimônia de encerramento do primeiro curso de gastronomia ofertado. Nesta data, uma das líderes do movimento destacou a importância de dar continuidade às trocas entre o grupo de mulheres para que elas pudessem, inclusive, formar uma rede para divulgação dos produtos que aprenderam a fazer. Um desses produtos é o pão de mel, com venda expressiva, inclusive em datas específicas como a Páscoa. Foi sugerido, também, encontrar locais na região como pequenos comércios em que elas poderiam estabelecer parcerias para a venda dos produtos e, também, a criação de uma página virtual no Instagram para que elas pudessem divulgar seus trabalhos. A atuação de movimentos sociais como o Fazendinho, frente à percepção e preocupação com a segurança alimentar e nutricional nos momentos distintos da pandemia, atravessa os quatro eixos de governança sintetizados e apontados no relatório da FAO como estratégicos para o Brasil alcançar o sucesso no combate à fome e a pobreza até o ano de 2014, a saber: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; articulação, mobilização e controle social (FAO, 2014).

4.2. AS REAÇÕES ÀS DESIGUALDADES



Figura 25: Painel bem-vindo ao Jardim Colombo do artista Joséf, localizado na divisa com o cemitério Gethsêmani Morumbi. Fonte: Nilton Stanguini.

Nesta seção são apresentadas reflexões sobre a atuação do Instituto Fazendinhando frente às desigualdades estruturais que marcam a história do Brasil. O país é considerado o segundo mais desigual do mundo em distribuição de renda e é marcado por inúmeras assimetrias em todo seu território (PNUD, 2019). Segundo CAETANO (2020), essas desigualdades são consequências das relações coloniais e neocoloniais, do racismo, da desigualdade econômica regional, do processo de urbanização e suas formas de empobrecimento, da consolidação de modelos de gênero vinculados ao capitalismo, da geografia de todo território, de fatores socioculturais, dentre outras questões. Essas desigualdades, e suas articulações e reverberações, foram postas em evidências nas notícias sobre a disseminação da pandemia de Covid-19, desde março de 2020 (CAETANO, 2020; OXFAM, 2022).

Algumas imagens de registros feitas logo no início dos trabalhos com a equipe do Fazendinhando escancaram essas desigualdades. O painel escrito “Bem-vindo ao Jardim Colombo”, feito pelo artista Joséf, traz diversos significados (figura 25). Como os próprios moradores relatam, pode ser entendido como uma recepção a quem chega no

Jardim Colombo e como um convite para conhecer as ações e reações colocadas em prática no cotidiano da população dentro do território.

A impressão nas primeiras visitas ao Jardim Colombo era de que o território tinha, por exemplo, áreas verdes, assim como visto no painel. Porém, o muro em que ele está pintado é uma divisa entre a favela e o cemitério chamado Gethsêmani Morumbi. Foi neste local que uma das mulheres fazendeira e voluntária do Instituto trouxe a seguinte fala:

“Olha o luxo em que estão os mortos neste cemitério e olha as casas e a situação da favela em que vivem e moram as pessoas e as famílias daqui do Jardim Colombo. Isso não é de Deus não. Você sabia que aí dentro deste cemitério estão enterrados o Gugu e a Hebe?” (anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

No relato a seguir, uma entrevistada sinaliza como é ser moradora da favela. Podemos extrair, da sua fala, os preconceitos e as contradições que a população local enfrenta, inclusive durante a procura de emprego. A fala revela também que dentro da favela as pessoas de fora são bem recebidas, fato que foi vivenciado nas ações em que houve participação durante a pesquisa realizada:

“Pra muitas pessoas é pouca coisa, mas para mim significa muito. Eu amo morar na favela. Até porque tipo morar na favela é bom. Bom e ruim, né? Ruim porque as vezes você sai para fazer uma entrevista de serviço e quando você fala que você mora numa favela, você não é bem-visto. Sendo que essas pessoas, quando vêm na favela, são bem recebido” (pessoa 4)

O Jardim Colombo está cercado pelo bairro Morumbi. Assim, diariamente, os moradores se defrontam com imagens da área verde do cemitério que eles não têm acesso com a realidade de condomínios de luxo ao redor. A foto tirada da parte de trás do parque Fazendinha expressa esse contraste (figura 26):



Figura 26: Vista da parte de trás do parque e do Jardim Colombo, com os condomínios na avenida Giovanni Gronchi. Fonte: Nilton Stanguini.

A figura 27, feita de uma entrada lateral do Jardim Colombo, também evidencia essa desigualdade. No fundo podemos observar a área verde do cemitério e os condomínios do bairro Morumbi ao lado.



Figura 27: Vista da entrada lateral do Jardim Colombo com áreas verdes ao redor dos condomínios do Morumbi. Fonte: Nilton Stanguini.

Por fim, a figura 28 mostra outra lateral do Jardim Colombo. Nela pode observado um muro e uma grade que separa o Jardim Colombo de uma Escola particular na região. Segundo relatos colhidos em visita na região, este muro alto foi construído para que alunos e alunas da escola não tenham contato visual com a Favela durante o tempo em que permanecem em aula.



Figura 28: Muro e grade na divisa entre uma escola e o Jardim Colombo. Fonte: Nilton Stanguini.

Os contrastes verificados nas quatro imagens revelam que a atuação do Instituto Fazendinho no combate à fome neste território e no momento emergencial de crise sanitária é uma reação direta às desigualdades estruturais do país. Essa desigualdade é discutida no relatório “A desigualdade mata: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19”, que em linhas gerais aponta como as desigualdades econômicas, de gênero e raciais, somadas as desigualdades entre os países estão devastando o mundo (OXFAM, 2022). Nas falas das pessoas entrevistadas e transcritas a seguir, podemos extrair as dificuldades, por exemplo, dos moradores do Jardim Colombo seguirem as recomendações mais básicas de proteção durante a pandemia, confirmando o apresentado na literatura da sociedade de riscos sobre estes atingirem populações vulnerabilizadas de forma mais grave (MARANDOLA JR, 2008):

“Quando chega a pandemia, a gente já sabia que a situação das famílias já estava muito ruim, tava faltando comida antes de tudo começar, a questão da estrutura da casa já tá mal, enfim, as coisas não estavam tão boas antes da pandemia. Quando chegou a pandemia a gente já sabia que ia intensificar por causa do aumento do desemprego, provavelmente aumento da fome, exposição das crianças, exposição das pessoas que trabalham como entregadores... ..então a gente começa a se mobilizar antes disso tudo acontecer, já em março, ainda em março” (pessoa 2)

“Claro, a pandemia pegou todo mundo de surpresa e ela atingiu principalmente, às vezes até mais, às vezes não, mais mesmo territórios vulnerabilizados. Contando também o próprio Jardim Colombo, onde a gente teve que lidar com alto índices de desemprego, com a fome batendo na porta de muitas pessoas. Se falava muito de isolamento, mas a gente tem que entender também que são muitas moradias nas quais as pessoas não conseguiam fazer o isolamento. Pegar um cômodo e se isolar em muitos casos não é possível. Então foi um desafio também para a gente” (pessoa 7)

Ao olhar para as ações emergenciais frente à insegurança alimentar, é possível verificar os trabalhos complexos realizados e as decisões difíceis tomadas por parte das lideranças e das pessoas voluntárias na tentativa de reduzirem os efeitos das desigualdades dentro do território:

“Na forma de distribuição a gente acabou fazendo um cadastro das famílias, sempre cadastrando o responsável pela residência. Esse responsável deixava o documento, nome, a gente pedia algumas informações sobre a família para poder depois fazer uma classificação a partir do número de pessoas em casa, do número de crianças, se tava desempregada, se morava de aluguel, então a gente foi tentando priorizar as pessoas que tavam em uma situação de vulnerabilidade ainda maior dentro de uma situação de vulnerabilidade. **O que era bem duro também de saber que**

tinha gente passando fome, mas saber que tinha mais gente há mais tempo passando fome e ter que fazer esse manejo porque demoraria mais uma semana para chegar mais uma remessa de cestas básicas” (pessoa 2 – grifos do pesquisador)

Na fala a seguir, a entrevistada conta como foi que entrou no Instituto Fazendinho e é possível verificar o esforço necessário para a realização deste cadastro com as famílias do Jardim Colombo:

“Eu cheguei por meio da prima do meu marido. Estava acontecendo as entregas da cesta básica, que foi assim, já no início da pandemia. Se eu não me engano, fevereiro ou março. E aí ela falou assim: vamos ali fazer uns cadastros de cestas para o pessoal. E eu falei assim: Mas a gente vai de casa em casa? E ela é. Eu falei, então tá. Aí como eu tava com o dia livre. Eu peguei e fui ajudar. Aí nesse dia a gente pegou e fez, nossa, a gente fez muito cadastro. Cara, a gente andou muito nesse Colombo, viu.”
(pessoa 6)

O papel da arte para engajar a população local nas atividades do Instituto e conscientizá-las das dificuldades enfrentadas pelo Instituto para conseguir recursos também é apontado por uma das entrevistadas. A narrativa mostra que, para muitos moradores, havia a compreensão de que os auxílios vinham do governo e que o trabalho dos voluntários era remunerado.

“Então que que a gente fazia? Quando tinha ação a gente ligava para a pessoa. E chamava: vem cá, ajuda a gente aqui. Venham auxiliar. Daí eles falavam. Nossa, é difícil mesmo. Nossa, eu não sabia como era, me desculpa. Eles começaram a passar pelo que a gente passava. Tiveram vezes que a gente ficou até quase uma hora da manhã. Isso das oito da manhã até quase uma hora da manhã fazendo doação. E não é fácil. E eles pensavam, pensam que a gente ganha e não era remunerado. Sabe? Era de coração mesmo. Chegavam e às vezes a gente estava tirando foto. E diziam não, porque a foto e não sei o que. Aí a gente falava. A foto justamente é para defender o projeto e para mostrar para as

“pessoas, olha aquele ponto, está vendo? Está quebrado.” (pessoa 8)

Essas dificuldades apontadas nas entrevistas em relação às mudanças nos objetivos iniciais do Instituto Fazendinho também foram verificadas em outros movimentos sociais que atuam em territórios vulneráveis (FLEURY e MENEZES, 2020; OLIVEIRA et al. 2022). Quanto à desigualdade social e à insegurança alimentar, os relatórios atuais sobre a fome revelam que, entre os domicílios incluídos na pesquisa, os que tinham como referência principal uma mulher, ou uma pessoa de raça/cor da pele autodeclarada como preta ou parda, ou baixa escolaridade, ou que estão na região norte e nordeste, possuíam menor condição de segurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021, 2022). Os dados e resultados da POF (2017-2018) já mostravam informações semelhantes ao abordado pela Rede PENSSAN revelando que mulheres e pessoas pretas e pardas compreendiam grupos populacionais mais vulneráveis em relação à segurança alimentar. Segundo essa pesquisa, realizada em 2017-2018, 61,4% dos domicílios em condição de segurança alimentar eram chefiados por homens. Para SALLES-COSTA et al. (2020) a insegurança alimentar em residências chefiadas por mulheres está relacionada, sobretudo, à desigualdade de renda e à dificuldade de acesso a condições estáveis de trabalho.

Em consonância com as pesquisas citadas, durante as entrevistas realizadas com as mulheres voluntárias do Instituto, foi apontado que conseguir trabalho era uma das maiores dificuldades no momento. Além disso, essas mulheres vieram do Nordeste para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida. Ou seja, no território analisado, há um somatório e um atravessamento das condições apontadas nas pesquisas para agravamento da insegurança alimentar, assim como relatado nas falas a seguir:

“Eu vim da Paraíba. Eu vim da Paraíba procurar um trabalho, né. Uma vida melhor porque lá não tem.” (pessoa 5)

“Eu nasci em Mãe d’Água, Paraíba. Sou paraibana. Meu companheiro veio na frente nove meses. Daí eu vim pra procurar emprego. Lá no Nordeste é difícil. O custo de vida lá é barato, mas o trabalho em si não tem” (pessoa 4)

“Nasci e me criei no Nordeste, numa cidade pequenininha chamada Arara. A situação lá é muito difícil para nós nordestino e a maioria da minha família estava aqui em São Paulo. Então aqui sempre a gente acha que é mais fácil” (pessoa 3)

Apesar da dificuldade enfrentada, durante as ações em que houve participação, verificou-se que a maioria do trabalho voluntariado do Instituto Fazendinhando é exercida por mulheres. Fato que se repete em outros coletivos como a Ação Cidadania que revelou, em redes sociais, que as mulheres constituem a base dos seus trabalhos voluntários.

Ainda durante as vivências, constatou-se que o trabalho voluntário de várias dessas mulheres traz jornadas duplas ou triplas. Muitas mães solo precisam se organizar para deixar os filhos aos cuidados de terceiros para que possam também dedicar parte de seu tempo às ações do movimento. Uma das mulheres voluntárias, por exemplo, trabalhava em uma lanchonete no período da noite e, muitas vezes, participava da produção de marmitas sem ter dormido. No relato a seguir, podemos extrair a visão de uma das entrevistadas sobre as mulheres ficarem ainda mais sobrecarregadas neste momento pandêmico:

“A gente cuida de tudo. Meu, acho que a gente é guerreira. É uma palavra que define nós mulheres. Porque olha, a gente tá ali, embaixo de chuva, embaixo de sol, embaixo de tudo. A gente está sempre na frente. A gente tá sempre querendo ser melhor. Eu acho que todas as mulheres tinham que se vê como guerreira. Eu me vejo como guerreira por ter passado por muitas coisas que eu passei e está aqui até hoje.” (pessoa 6)

Acompanhando a realidade dessas mulheres voluntárias e por meio do cadastro realizado com as famílias, as lideranças do Instituto começaram a pensar em alternativas que pudessem também atuar de forma estrutural na vida dessas pessoas, assim como verificado nas falas a seguir:

“Só que com essa coleta de dados também, a gente descobriu que tinham muitas pessoas que tinham perdido emprego. A maior parte dessas pessoas responsáveis pela residência eram mulheres, mães, muitas vezes solo e desempregadas. Então a gente começa

pensar em alternativas que pudessem de certa forma ajudar, não só na entrega assistencial, mas também, como tentativa de capacitação e uma emancipação que a própria pessoa pudesse fazer renda através de um curso, às vezes uma ponte depois de um curso... ...a adaptação das mudanças foi meio que essa análise do território, a análise desses dados e das pessoas que a gente já conhecia de longa data que eram moradores da região” (pessoa 2)

“uma outra coisa também que foi assim extremamente importante para gente durante este momento pandêmico. Foi que nós tínhamos um grande número de mulheres trabalhando com a gente e a gente não queria abandonar essas mulheres... ...Foi aí o momento que surgiu essa ideia de criar o projeto das Fazendeiras que visa qualificar as mulheres na área da gastronomia, construção civil e artesanato. Nós começamos com a parte da capacitação da gastronomia porque a cozinha já estava ali, voltou a ser utilizada, então as mulheres já estavam produzindo marmitas e aí pensamos porque não aproveitar esse momento e aqui propor uma vez por semana, um curso, em que as mulheres vão poder receberem aulas, serem acompanhadas por nutricionistas” (pessoa 1)

Neste ponto, cabe discutir que as ações do Instituto, na medida em que atuam diretamente com essas mulheres, vão ao encontro do que ensina MACHADO (2017) ao afirmar que o Estado deve levar em consideração as questões de gênero para a elaboração das políticas públicas de proteção social. Um exemplo de política que teve esse fator como pano de fundo e que trouxe resultados, comprovadamente, benéficos para a população é o Programa Bolsa Família (BELIK, 2022). Neste programa de transferência de renda, o dinheiro era entregue nas mãos das mulheres e as condicionalidades do programa cumpriam ainda o papel de impulsionar o Estado a entregar outros direitos como, por exemplo, implantar postos de saúde ou escolas em territórios onde não havia. Isso porque duas das condicionalidades eram a necessidade de que as crianças passassem pelas consultas médicas e frequentassem as escolas. As pesquisas no campo da economia mostram que a cada um real que era gasto com o Bolsa Família, havia um estímulo de

crescimento do produto interno bruto no país de um real e setenta e oito centavos, demonstrando que as contas com políticas públicas não são diretas. (CAMPELLO e BRANDÃO, 2020).

Em relação ao curso de construção civil, as lideranças ensinam que há um desafio ainda maior, pois este campo de trabalho é majoritariamente ocupado por homens no Brasil. Outro ponto que as lideranças destacam é que as aulas deste curso acontecem dentro das residências dessas mulheres. Assim, ao mesmo tempo em que elas aprendem uma nova profissão, elas têm a oportunidade de realizar pequenas reformas em suas residências como, por exemplo: instalar parte elétrica, retirar mofos da parede, colocar azulejos em suas casas, instalar parte hidráulica, entre outras reformas possíveis. Atuando, assim, em outro direito social constitucional que é a moradia digna (BRASIL, 1988).

Em uma das ações, houve a oportunidade de conhecer o trabalho realizado para reforma de uma casa na região. Nesta casa de apenas um cômodo, reside uma família de quatro pessoas. As paredes estavam com excesso de mofo, havia apenas um ponto de água e as pessoas dormiam em uma única cama. Neste dia, foi percebido nas falas da liderança que esta reforma tem uma relação direta com a segurança alimentar, já que seria instalado outro ponto de água, trazendo melhores condições para higienização e preparo dos alimentos. Cabe destacar que, em um artigo de revisão, MELLO et al. (2020) revelaram que a falta de acesso ao saneamento básico refletiu no alto impacto que a pandemia de covid-19 teve em populações mais vulneráveis do país. Na fala da entrevistada a seguir, é revelada esta preocupação quanto à falta de saneamento básico em territórios como o Jardim Colombo:

“Então a gente voltou a atenção para as famílias do Jardim Colombo, para busca de insumos. Sejam através de cestas básicas, cestas de legumes, distribuição de álcool gel, máscaras. A gente falava muito de lavar as mãos também, mas a gente ainda tem em 2022 casos de casas que diariamente faltam água no final do dia. Então o trabalhador, trabalhadora chega tarde e não ter acesso à água. É muito grave ainda.” (pessoa 7)

Durante as vivências e realizações das entrevistas, foi possível verificar que os cursos ofertados trouxeram condições melhores de vida para as famílias durante a pandemia de Covid-19. Assim como revelam as falas a seguir:

“A gente fez o curso de culinária. Cada semana a gente fazia algo diferente. Foi muito bom, eu aprendi bastante. Nossa, aprendi muito.” (pessoa 5)

“Eu fiz o curso de eletricista, fiz o de pintura que foi só um dia na Casa Cor e agora eu estou fazendo o de trançista que eu estou amando. É muito bom. E o de eletricista foi eu e as outras Fazendeiras que fizemos aqui na minha casa. E também a reforma do banheiro que estava um horror. Mas gente, olhando para trás, eu acho que tenho que falar que tenho que passar uma borracha no passado. Porque está sendo tanta gratidão, por ter passado tudo que passei, por ter conhecido o Fazendinho e o pessoal de lá é muito bom” (pessoa 6)

“Acho que um detalhe do curso de artesanato que chamou muita atenção é que as professoras deste curso trabalham muito com materiais reciclados. Então, elas estavam ali fazendo mobiliário com papelão. E papelão é descartado assim, as pessoas não dão valor pra papelão. Nós temos uma galeria aqui que está fechada por conta de obras, mas quando essa galeria reabrir, ela terá uma biblioteca e as estantes e mobiliários são o que as fazendeiras já produziram, o que elas fizeram.” (pessoa 1)

Por fim, na fala a seguir, verifica-se como os aprendizados no curso de culinária, ofertado pela professora Hayde, contribuíram para garantir alguma renda para essas mulheres:

“O que eu vendi bastante foi trufa, foi pão de mel, foi torta, bolo. Então tudo isso a gente aprendeu aqui. Eu fazia, meu marido levava e vendia na obra e eu ganhava um dinheirinho com os pães de mel. Ele levava tipo se ele levasse 30, ele vendia os 30. Se levasse 40, ele vendia os 40.” (pessoa 4)

4.3. A INAÇÃO DO PODER PÚBLICO JUNTO AO MOVIMENTO

No Brasil, a população que vive dentro de favelas é de 11,4 milhões de pessoas. Na cidade de São Paulo, são mais de 2 milhões de pessoas nesta situação (CARTA CAPITAL, 2018). Como abordado no capítulo 3, contextualização do território, o Jardim Colombo faz parte do segundo maior complexo de favelas da cidade e abriga uma população expressiva. Assim, nesta seção buscou-se olhar para a interação do poder público no território e possibilidades de atuação em conjunto com atores sociais locais - como integrantes do Instituto Fazendinho - evidenciando a necessidade de as políticas públicas chegarem no território e alcançarem essas populações.

Das narrativas coletadas, é possível compreender que as ações colocadas em prática no território buscaram responder e amenizar a ausência do Poder Público, sobretudo no que se refere a entrega de direitos constitucionais para a população local (BRASIL, 1988). Tais ações, mesmo aquelas promovidas antes da pandemia de Covid-19, se alinham à perspectiva de buscar condições de vida mais digna e evidenciar dificuldades enfrentadas tanto para a população local quanto para os representantes do Estado:

“Olha, está vazando. E se eu tirar a foto e mandar para a prefeitura, a prefeitura vai ver que de fato tem em tal rua um buraco, está vazando e tal. Foi aí que começou a interação da foto com a comunidade. Enfim, a participação por meio da foto” (pessoa 8)

“Então nós temos algumas intervenções artísticas em calçadas que tinha muito lixo. A partir do momento que essa calçada passou por um processo de revitalização, teve a pintura dos artistas. Os moradores não jogam mais lixo ali. Essas intervenções artísticas, elas jogam mais beleza naquilo que foi abandonado pelo poder público. Então, isso é muito importante para gente. Saber que a arte, essas intervenções, elas trazem mais dignidade, elas evidenciam mais, contam histórias” (pessoa 1)

Como já apresentado nos capítulos anteriores, os movimentos sociais enfrentaram desafios coletivos multidimensionais frente à emergência sanitária no sentido de garantir alimentos para as populações atendidas (FLEURY; MENEZES, 2020). Se para movimentos como a Ação Cidadania, constituídos há tempos no país e que sempre atuaram contra a fome, esse foi um momento complexo, para outros movimentos recentes, que vinham se consolidando e definindo suas pautas, esse foi o momento de também aprenderem a captar recursos para este fim e de ampliar redes parceiras.

“Não tinha nada e bateu aquele desespero. Porque era muito disso. Era muito aquela coisa de assim, meu e agora? Que que a gente vai fazer? Nós também não tínhamos aquela experiência, né, dessa parte do assistencialismo. Como fazer? O que fazer? Como começar? [...] Quando chegou esse momento, aquela fase de um olhar para o rosto do outro, a gente falou: a gente vai ter que dar um passo. A gente vai ter que fazer alguma coisa. A gente não vai poder esperar o poder público. A situação que está chegando pra gente está cruel. Vamos fazer alguma coisa” (pessoa 1)

“A questão do poder público é muito complicada principalmente aqui, eu vou dizer aqui em São Paulo de forma mais local. A gente não teve muito apoio do poder público” (pessoa 7)

Ao investigar sobre as origens das doações, nota-se que no início os alimentos distribuídos para a população foram obtidos por meio dos esforços da mobilização de lideranças e de pessoas voluntárias.

“No começo a gente fez uma vaquinha online tentando arrecadar dinheiro pra gente mesmo comprar. Só que com o dinheiro que a gente conseguiu arrecadar, a gente conseguiu o que 27 cestas básicas [...] Isso porque a gente ainda desmontou, eram 25. A gente desmontou e tentou criar cestas menores para tentar chegar em mais famílias naquele início. Na sequência a gente recebeu duas vezes seguidas uma remessa de oitenta cestas básicas. No dia 27 de março a gente entrega as primeiras oitenta cestas básicas que vieram de um casal e na outra semana o mesmo casal

doou mais oitenta. Só que as filas começavam a dobrar a esquina”
(pessoa 2)

A partir das primeiras ações emergenciais e assistenciais de doações de alimentos, integrantes do Instituto perceberam a dimensão do que poderia ser alcançado dentro e fora do Jardim Colombo e buscaram ampliar as parcerias estabelecidas com empresas que destinaram fundo social para o combate à fome.

“Mas a gente percebeu que a demanda era três vezes maior. Aí a gente foi atrás de empresas mesmo que fizeram essas doações. A gente passou a receber depois semanalmente em média de 650 cestas básicas” (pessoa 7)

“Logo na sequência, o Itaú Social. Eles liberaram uma verba que eles chegaram a destinar para algumas instituições e a gente acabou recebendo um aporte financeiro para montar as cestas básicas de acordo com o que a gente entendia que era a realidade e o que seria necessário para uma família sobreviver nesse período. Então, do Itaú Social a gente recebeu o dinheiro, montamos as cestas básicas e os kit de higiene e a gente fazia essas distribuições” (pessoa 2)

Ao mostrar os trabalhos realizados dentro do Jardim Colombo por meio de redes sociais, divulgação em mídias e campanhas de financiamentos, o movimento conseguiu estabelecer uma organização para receber as doações, contudo foram obtidos poucos recursos do poder público.

“Isso só foi possível porque a gente tava ali, paralelo a todas essas ações que nós estávamos desenvolvendo antes na Fazendinha, a gente tava falando sobre governança, a gente tava trabalhando sobre com a parte jurídica, com a parte administrativa pra deixar nossa organização o mais transparente possível, pra deixar nossa organização ali, correta, com os trâmites legais, enfim, deixar ela totalmente redondinha. E quando foi o momento mais difícil, a gente conseguiu, a gente tinha ali uma organização, capaz de

receber recursos seja público, seja de fundações, seja de qualquer âmbito” (pessoa 1)

“Durante o começo a gente não recebeu cestas da prefeitura, a gente conversou, tentou bastante. Alguns meses depois que a gente já tava fazendo as entregas, a gente recebeu um lote de cinco mil cestas básicas” (pessoa 2)

“Nós tivemos mais ou menos, se eu não me engano no mês de julho, mas só também [...] A maioria das doações de cestas básicas vinha do poder privado. Então, a gente fez campanha de financiamento” (pessoa 7)

Foi também no cenário das crises sanitária e de fome que o Fazendinho se fortaleceu, aumentou parcerias e mudou a nomenclatura e o status de movimento social para Instituto. Tal mudança tem possibilitado a expansão e aprimoramento dos cursos ofertados para as mulheres do Jardim Colombo.

O Instituto Fazendinho surgiu no finalzinho de 2017. Ele não tinha ainda este nome Instituto, nós começamos ali muito como um movimento, com a junção da União de Moradores, que é uma das organizações aqui do Jardim Colombo, com a Junção do Arq. Futuro, que é uma plataforma digital que estuda um pouco o futuro das cidades e do planejamento urbano e mais as mãos aqui dos moradores (pessoa 1)

Enquanto as transformações realizadas no Jardim Colombo e as ações de combate à fome são custeadas com os recursos obtidos por meio da solidariedade de instituições e pessoas, os integrantes do instituto sinalizam a necessidade de contar com apoio do poder público para maior capilaridade e duração. Estudos têm discutido a ausência da atuação governamental em territórios vulneráveis. OLIVEIRA et al. (2022), por exemplo, ao investigarem as ações de saúde e combate à pandemia de Covid-19, revelaram que não foram encontrados registros oficiais sobre as especificidades de territórios vulneráveis. Na pesquisa, foram entrevistados informantes de oito capitais brasileiras e analisados documentos oficiais do Ministério da Saúde e de secretarias municipais de saúde de cada capital. Os autores concluem que, apesar da atuação de lideranças de movimentos locais

para a promoção de ações nestes territórios, há falta e limitações de infraestrutura que poderiam ser superadas por meio de políticas públicas coordenadas entre governo e movimentos sociais. Em concordância, FLEURY e MENEZES (2020) reconhecem que não ocorreram medidas de políticas públicas para mitigar o impacto econômico devastador na economia das favelas e que muitos moradores de favelas e periferias, se dependessem apenas da atuação governamental no país, teriam morrido de fome.

RIBEIRO (2022), ao descrever ações de mobilizações sociais em cozinhas solidárias do MTST pelo país, afirma que o movimento não pode contar com contribuições do governo federal, estadual e municipal. A autora ainda discute que, contrariamente, a ação governamental não investiu e ainda diminuiu as formas de distribuição de alimentos. Essa mesma apreensão também foi reproduzida nos discursos das pessoas entrevistadas, em particular sobre o recebimento do novo Auxílio Brasil por conta da extinção do Bolsa Família, política de transferência de renda que estava em vigor no país (CAMPELLO e BRANDÃO, 2020):

“Era o Bolsa Família que ele custava no valor de R\$ 269 e atualmente agora a gente não sabe o quanto vai receber, né. Porque foi cancelado pra vir esse novo Auxílio Brasil... ..E como as coisas estão, eu acho que hoje em dia duzentos reais, a gente não faz a festa igual nós fazia antigamente. Nós ia no mercado, voltava cheio de sacola. Agora a gente volta com cinco sacolas contando e abandonando coisas. Coisas que fazia muito sentido, né. Então acho que não tá sendo muito bom. Até mesmo porque tem muitas famílias que estão na extrema, extrema pobreza e necessita dessa renda, mas com o governo né? O governo que a gente tem. É difícil” (pessoa 6)

Outra voluntária entrevistada demonstrou que não poderia contar com auxílio do governo durante a pandemia de Covid-19 e que sabia que se precisasse, teria que buscar ajuda em movimentos sociais como o Instituto Fazendinho, assim como revelado na fala:

“Eu particularmente não porque eu graças a Deus eu não precisava mesmo, mas se fosse o caso de eu precisar, com

certeza. Eu tinha recebido apoio. Governo é? Governo só pensa mais nele. É ruim heim. Governo não, eu tinha recebido em relação a apoio tipo assim: benefício, mas em relação aos trabalhos feitos através da Fazendinha. Eu sei que talvez aí eu conseguiria apoio, ajuda. Mas de governo não.” (pessoa 3)

Ainda na fala da entrevistada a seguir é relatado o caso de uma família atendida pelo Instituto Fazendinho que não recebia nenhum auxílio por conta do local de difícil acesso em que mora na favela, evidenciando processos de invisibilização destas pessoas em territórios vulnerabilizados, assim como revelam MALUF e BURLANDY (2022) ao tratarem do desmonte de políticas e das falhas dos sistemas alimentares hegemônicos atuais. Segundo a entrevistada, o acesso da residência dessa família era difícil até mesmo para integrantes do Instituto que moram e conhecem a região.

“Pela conversa que eu tive com ela não. Porque era um local que ela mesma chegou a falar para mim que muitas pessoas não iam. Até mesmo pra entrega de ovos da Páscoa. Tempo de Páscoa para as crianças dela. Tipo, nunca chegou brinquedo, essas coisas. Nunca chegava. Então, eu fiquei muito chocada com isso. Aí eu peguei e falei pra ela que seu cadastro agora tá no sistema. Você pode ter certeza que o que tiver lá na associação, no Fazendinho, vai chegar até você. Porque tem muitos lugares aqui da comunidade que é desvalorizado. Muitos lugares que eles não vão. Eu falo porque eu cheguei a passar por esses locais.” (pessoa 6)

Nas próximas imagens, busca-se ilustrar as dificuldades de locomoção em uma escada na região. No dia do registro, a idosa carregava uma sacola com peso e estava com dificuldade para subir os degraus altos, que na parte superior se encontram ainda danificados (figura 29). Em outras ações, soube-se que a escada só existe porque foi construída pelos esforços do presidente da associação dos moradores do Jardim Colombo, também por meio da mobilização social, revelando novamente a ausência de atuação do poder público no território.



Figura 29: Escada danificada e com alto declive no território. Fonte: Nilton Stanguini.

Apesar dos esforços de quem estava à frente do Instituto Fazendinho, observou-se que as doações tenderam à significativa redução nos momentos em que a pandemia ficou mais controlada no país, impossibilitando, inclusive, a continuidade destes trabalhos. Essa constatação, observada também em outros movimentos sociais e organizações em âmbito nacional, acena inquietações quanto à segurança alimentar das populações atendidas, uma vez que o relatório mais recente da REDE PENSSAN (2022) revela um agravamento no cenário de fome, mesmo com a situação da pandemia controlada por conta das vacinas. Por exemplo, a Ação Cidadania realiza um esforço de mobilização nacional por meio da campanha e do pacto pelos 15% da população que passa fome, demonstrando que o enfrentamento da fome, no cenário atual, é impulsionado e efetivamente colocado em prática pela capacidade de mobilização popular.

Segundo informações disponibilizadas pelo Fazendinho em suas redes sociais, durante o período de maior gravidade da pandemia, o instituto conseguiu alcançar e beneficiar cerca de 13 comunidades por meio da distribuição de 26 mil cestas básicas; 20 mil kits de higiene e limpeza; 8 mil cestas de frutas, legumes e verduras; 20 mil marmitas; aproximadamente mil pacotes de fraldas descartáveis e mil pacotes de leite em pó e produção e distribuição de mais de 200 mil máscaras descartáveis.

Por meio da vivência e aprendizados com a equipe do Instituto, nota-se que outros territórios como a Favela Jardim João XXIII, localizada no distrito Raposo Tavares, na região do Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo, enfrenta situações mais complicadas, inclusive pela ausência de coletivos como o próprio Instituto Fazendinho. Assim, a atuação ultrapassa os limites do Jardim Colombo e alcança territórios em que as populações vivem em situações ainda mais difíceis. Fato que reforça a relevância da atuação do poder público em conjunto com movimentos sociais.

4.4. A EXPERIÊNCIA LOCAL E OS SISTEMAS ALIMENTARES MULTIESCALARES

Dentro da lógica proposta por MALUF (2021), podemos olhar para os sistemas alimentares a partir do prato, do cardápio, dos hábitos de compras, enfim, dos alimentos que estão na alimentação das pessoas. Com isso, torna-se possível identificar atores e possíveis conflitos que moldam o acesso aos alimentos nas localidades. Como já apresentado na introdução, no levantamento bibliográfico e em ações de movimentos sociais como o Instituto Fazendinho, grande parcela da população brasileira passou a contar, por um lado, com a mobilização social e a solidariedade e, por outro, com as políticas públicas para terem comida em suas mesas. Tal fato reforça que a pandemia de Covid-19 evidenciou ainda mais a desigual exposição aos riscos na sociedade, que segue inversamente proporcional a distribuição da riqueza produzida (BECK, 2010; MALUF e BURLANDY, 2022).

O Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014 apresenta as razões biológicas, ambientais e sociais para a priorização dos alimentos in natura e minimamente processados (legumes, verduras, frutas, grãos, carnes, leite, água, entre outros) como forma de promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (BRASIL, 2014). Em sintonia, MALUF e BURLANDY (2022) reforçam os debates atuais que relacionam os riscos embutidos nos alimentos produzidos com uso de tecnologia (ultraprocessados) e uso extensivo de agrotóxicos justificando, assim, esforços para promoverem aproximação entre consumo e produção de alimentos. Os autores afirmam que direitos civis, politização do desenvolvimento e a própria noção de risco estão presentes no campo do DHAA, marcado por diversos conflitos. Dessa forma, nesta seção, buscou-se trazer algumas reflexões sobre o atravessamento das diferentes amplitudes dos sistemas alimentares.

Produção e distribuição de marmitas

Na participação do processo de produção e distribuição de marmitas para a população local, puderam ser verificados esforços de atores que integram o Instituto Fazendinho para que alimentos in natura e minimamente processados estivessem presentes nas refeições (figura 30). Alguns dos alimentos como batata, cenoura e chuchu,

que têm um tempo de duração maior, eram doados diretamente por pequenos comerciantes, feirantes ou pessoas físicas. Enquanto outros alimentos como alface, rúcula, repolho ou legumes, cujo tempo de duração é menor, eram comprados diariamente com o dinheiro das doações pelas pessoas voluntárias que estavam presentes no dia. Em algumas ocasiões, estes alimentos eram distribuídos integralmente para a população, assim como preparações de arroz e de feijão produzidas além da quantidade utilizada nas 200 marmitas diárias.



Figura 30: Alimentos in natura e minimamente processados na produção das marmitas distribuídas para a população local. Fonte: Kamilla Baes e Nathália Nunes

Próximo à cozinha onde eram produzidas as marmitas, há dois pequenos estabelecimentos que comercializam frutas, legumes e verduras (Figura 31). Nestes estabelecimentos eram comprados as verduras e legumes com tempo de duração menor e que compunham diariamente as marmitas. Segundo relatos da voluntária que efetuava essas compras dos proprietários destes estabelecimentos, a produção das marmitas contribuiu para que estes pequenos comerciantes não fechassem as portas durante os períodos de maior gravidade da pandemia, uma vez que as vendas para a população local tinham diminuído, comprometendo o orçamento mensal. Estes dados dialogam com o conceito de locavorismo AZEVEDO (2015), ainda que não ocorra a utilização e reconhecimento do termo entre integrantes do Instituto Fazendinho.



Figura 31: Pequenos estabelecimentos que comercializam frutas, legumes e verduras no Jardim Colombo. Fonte: Nilton Stanguini.

É interessante observar que, numa perspectiva analítica sobre sistemas alimentares globais (MALUF, 2021), supermercados e hipermercados aumentaram seus lucros no período de pandemia. ROUBICEK (2020) evidencia o desempenho do setor de supermercados em meio à crise e argumenta que estes estabelecimentos de portes maiores receberam mais movimentos à medida que a população passava mais tempo em casa por conta dos períodos de maiores restrições.

Outro fato observado durante o tempo de produção de marmitas e que se relaciona com os circuitos curtos de produção e consumo refere-se às parcerias que o Fazendinho realizou com outras organizações, como a Solidariedade Vegan. Por meio desta parceria, foi possível ofertar marmitas veganas para a população uma vez na semana. Nos dias das marmitas veganas, a própria equipe desta organização produzia as marmitas com o apoio das mulheres voluntárias do Instituto. Esforços para incluir alimentos como frutas, legumes e verduras nas ações emergenciais de combate à fome também foram verificados em outros movimentos sociais, como os citados no capítulo 2. RIBEIRO (2022), coordenadora do MTST, relata as parcerias formadas pelo movimento com agricultores familiar para levar alimentos saudáveis à mesa das pessoas que moram em periferias e favelas, destacando a relevância destas ações para a relação campo-cidade.

Na produção das marmitas, também foram observados outros fatos que se relacionam com os sistemas alimentares globais. Grande parte dos alimentos doados, por exemplo, são ultraprocessados. Em algumas situações, era realizada uma mistura de carne moída com hambúrgueres ou almondegas para atingir a quantidade necessária para as marmitas produzidas no dia. Ainda em relação ao processo de preparação das marmitas, é interessante pensar no caso de doações de embutidos como linguiças ou salsichas. A cozinha comunitária foi cedida por uma Igreja Adventista que, por tradição, não há ingestão de carnes suínas. Esses alimentos que têm este tipo de carne na lista de ingredientes eram distribuídos diretamente para a população prepará-los em suas residências, quando doados para o Instituto Fazendinho.

Dia da saúde

A participação no evento promovido pelo Instituto Fazendinho e denominado como Dia da Saúde, em 21 de setembro de 2021, também evidenciou localmente os conflitos presentes nos sistemas alimentares hegemônicos atuais. Para o almoço que seria distribuído para a população neste dia, o Instituto recebeu doações de hambúrgueres de proteína de soja e com sabores de carne e frango. O produto vinha em formato de pó e no rótulo constavam as instruções de preparo. Cada embalagem tinha um rendimento médio de 150 hambúrgueres. Com adição de óleo e água gelada nas quantidades especificadas, o produto era misturado em uma panela até dar o ponto adequado para modelar e, em seguida, fritar (figura 32). Em relação às informações nutricionais, é importante destacar a quantidade de aditivos alimentares e a quantidade de sódio que, em uma porção, continha 100% da recomendação diária para um indivíduo, ou seja, quantidade elevada, assim como grande parte dos produtos ultraprocessados que estão no mercado (BRASIL, 2014; LOUZADA et al., 2015).



Figura 32: Preparo dos hambúrgueres à base de soja para o almoço do dia da saúde. Fonte: Rafa Mosore.

No dia deste evento, por meio de parceria estabelecida com a Horta Comunitária da FMUSP, foi realizada uma oficina de plantas alimentícias não convencionais (PANCS), conforme mostra a figura 33.



Figura 33: Oficina de PANCs realizada em parceria com a Horta Comunitária da FMUSP. Fonte: Nilton Stanguini.

Durante a oficina, as pessoas puderam conhecer e provar diversas PANCs e, então, elas próprias sugeriram utilizá-las como salada para os sanduíches. No dia, foram produzidos em torno de 300 lanches (figura 34), que foram distribuídos para a população participante das diversas atividades realizadas.



Figura 34: Produção dos lanches para distribuição para a população no dia da Saúde.
Fonte: Nilton Stanguini.

Durante o evento, foi possível ouvir relatos que relacionavam as PANCS com aspectos de saúde e sustentabilidade. Porém, muitas pessoas também relacionaram o hambúrguer a base de soja como sendo mais saudável por conta da troca da proteína animal por vegetal. Também tiveram relatos sobre o sabor acentuado, a aparência e a textura dos hambúrgueres. Muitas pessoas afirmaram que eles se assemelhavam aos de carne vermelha ou de frango, quando assados. Este tipo de conflito vem sendo discutido na literatura que aponta quais são os interesses por trás do aumento da produção de produtos veganos pela indústria de alimentos. A autora ALMEIDA (2021) discute, por exemplo, as grandes corporações que investem no “veganismo sem veganos” por conta do mercado em ascensão. A autora demonstra que a multinacional Cargil do setor agrícola e a Tyson, uma das maiores produtoras de carnes do mundo, investiram 161 milhões de dólares em uma empresa de tecnologia de alimentos chamada Memphis Meats.

Almoço para o III Festival Fazendinhando

Durante as reuniões online para planejamento das ações e atividades do III Festival Fazendinhando, muitas das tarefas foram divididas de acordo com as afinidades e habilidades dos integrantes. Por conta da formação do pesquisador e da doutoranda Nathália César Nunes em nutrição, houve a possibilidade de planejar o cardápio do

almoço e lanches para o evento que tinha como expectativa receber entre 300 e 350 pessoas, entre moradores e visitantes.

Desde o início, ficou evidenciado o objetivo do Instituto Fazendinhando em envolver artistas do Jardim Colombo e entorno no festival, buscando valorizar a arte local. O objetivo do Instituto de envolver a população local se estendeu também para a alimentação, pois a todo momento era apontada a necessidade de buscar, sempre que possível, fornecedores do próprio território, pois assim seria possível contribuir com a renda do mês dos pequenos comerciantes locais ou de pessoas que vendem alimentos como os jujus/geladinhos nas portas de suas casas e que foram utilizados como sobremesa (figura 35). Após diversas reuniões, inclusive para acertos e divisão do orçamento, foi destinado para a alimentação o valor¹⁰ de três mil reais.



Figura 35: Jujus/geladinhos comprados de três mulheres do Jardim Colombo. Fonte: Nilton Stanguini.

¹⁰ É interessante destacar que foram necessários ajustes financeiros durante o percurso do festival. Com a eclosão da guerra na Ucrânia, a libra teve uma desvalorização, reduzindo o valor final quando a moeda foi convertida para o real.

Considerando o valor destinado para a alimentação e a data de realização do Festival (12 de junho de 2022), houve a intenção de montar um cardápio com alimentos comuns em festas juninas e que fosse bem aceito pelas pessoas participantes, especialmente pelas crianças. Dessa forma, o almoço foi composto por: churrasco de frango, churrasco de carne e churrasco de legumes em forma de espeto; cachorro-quente; juju/geladinho; doces juninos e suco.

Para fazer os orçamentos, foram priorizados fornecedores dentro do Jardim Colombo. Os jujus/geladinhos foram fornecidos por três famílias da região que, segundo os relatos de uma voluntária do Instituto, estavam com dificuldades financeiras. A maior parte dos legumes utilizados no churrasco foi comprada de pequenos comerciantes do Jardim Colombo (figura 37). Segundo os relatos das lideranças do Instituto, essa priorização da população local gera oportunidades para promover um maior envolvimento das pessoas nas ações realizadas, além de contribuir com a renda.

Por outro lado, alguns alimentos como as carnes e as salsichas foram comprados em estabelecimentos de porte maior por conta da quantidade necessária e do valor. Dentro do Jardim Colombo não foi encontrado açougue que pudesse entregar a quantidade de espetos necessários. Assim, os espetos de carne e de frango foram encomendados na região central de São Paulo (figura 36).



Figura 36: Espetos de carne e frango comprados na região central de São Paulo. Fonte: Nilton Stanguini.

Os espetos de legumes e os cachorros-quentes foram montados na cozinha do Instituto Fazendinhando no dia do Festival, com apoio de voluntários conforme mostram as figuras 37 e 38.



Figura 37: Espetos de legumes servidos no almoço do Festival. Fonte: Nilton Stanguini.



Figura 38: Cachorros-quentes servidos no almoço do Festival. Fonte: Nilton Stanguini e Erick Luan.

Neste ponto, cabe apresentar algumas reflexões do grupo durante a produção dos cachorros-quentes, especificamente sobre as salsichas. Grande parte das marcas desse produto alimentício, assim como a maior parte das marcas das linguiças, apresentam a carne suína na lista de ingredientes. Portanto, também foi preciso pensar em alternativas para que os cachorros-quentes pudessem ser preparados dentro da cozinha da Igreja Adventista. A primeira opção era comprar salsichas de alguma marca vegana, porém, o valor seria elevado. Após algumas pesquisas e leitura de rótulos, foi encontrada uma marca composta por carne de frango e de soja e que, assim, poderia ser utilizada na cozinha.

Durante o preparo dos cachorros-quentes, estavam presentes outros profissionais de saúde, como dentista, sanitarista, fisioterapeuta e nutricionista, que destacaram aspectos controversos comuns no campo da alimentação, em particular relacionados à interferência de grandes corporações da indústria de alimentos:

O que estamos fazendo? Somos todos profissionais de saúde e estamos servindo salsichas para as pessoas. (anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

Um primeiro ponto levantado é que a ideia era manter um cardápio típico de festas juninas e que, portanto, fazia sentido o cachorro-quente. Num segundo momento, a discussão entrou no campo de políticas públicas que poderiam estar combatendo a fome no país e no território. Era de conhecimento do grupo que essas políticas estão em claro processo de desmonte no Brasil, o que impacta na estatística de insegurança alimentar, obrigando as pessoas a consumirem alimentos de menor qualidade como os ultraprocessados. JAIME (2022) discute que no Brasil há uma forte cultura alimentar que faz as pessoas relacionarem a expressão do tipo “hoje quero comer comida” com alimentos como arroz, feijão, salada e carne. Porém, a situação atual do país está mudando essa realidade. No artigo com título emblemático e que evidencia os mesmos conflitos sobre o tema - “Aos pobres, as salsichas” – é discutido como a alimentação mais cara, a crise climática e a visão neoliberal do atual governo federal estão beneficiando políticas para corporações da indústria de alimentos e obrigando o consumo destes alimentos pela população, interferindo no DHAA. Somado a este desmonte, MIALON et al. (2021) discutem o poder da indústria alimentícia para colocar entraves na formulação ou manutenção de políticas de saúde e alimentação. As autoras apresentam cinco estratégias mais utilizadas pela indústria para promoverem o que é chamado na literatura de atividade política corporativa, sendo elas: gestão de coalizão; gestão de informação; envolvimento direto e influência nas políticas; estratégias legais; e estratégias discursivas. As autoras reforçam que o objetivo principal da atividade política corporativa é exatamente criar um campo político favorável para as decisões no país em prol da indústria de alimentos.

As interações entre as amplitudes dos sistemas alimentares que foram verificadas nas ações locais do Instituto Fazendinho reforçam também as denúncias da captura corporativa da agenda de segurança alimentar e nutricional, assim como foi revelado por pesquisadores durante a Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU (MACÁRIO, 2021). Inclusive, por meio da ação política corporativa que busca invalidar estudos que associem alimentos ultraprocessados com impactos ambientais e saúde (MALUF e BURLANDY, 2022). Em algumas medidas governamentais, mesmo antes da pandemia, nota-se a valorização direta destas corporações e uma tentativa de apresentar a indústria de alimentos como solucionadoras dos problemas que elas mesmas geraram. O projeto Farinata, proposto por João Dória em 2017, período em que era prefeito de São Paulo, é um exemplo. Na época, previa-se reprocessar alimentos industrializados que estivessem

próximos ao vencimento para produzir um granulado que seria distribuído para a população pobre como forma de assistência social. Foram necessários esforços conjunto da sociedade e de especialistas do campo da segurança alimentar para impedir o projeto (CARTA CAPITAL, 2017).

Dessa forma, ao mesmo tempo que vivenciamos o desmonte atual das políticas públicas de alimentação e nutrição (RECINE, E, et al., 2019), que visavam a garantia das duas dimensões do DHAA (LEÃO, 2013), observamos as ações do Instituto Fazendinho e de outros movimentos do campo e urbanos que buscam inserir alimentos in natura na mesa das populações atendidas. Neste sentido, a autora NIEMEYER (2022) apresenta resultados semelhantes e traz o termo solidariedade ativa para se referir as ações de movimentos sociais urbanos e rurais que apoiaram populações em vulnerabilidade social, sobretudo em periferias. Segundo a autora, a doação dos alimentos por esses movimentos promoveu uma aliança entre o campo e a cidade, fortalecendo e deixando legados que superam o tempo das ações emergenciais. Em consonância, RIBEIRO (2022) afirma que se não for possível viabilizar e discutir a chegada de alimentos saudáveis à periferia, também não será possível consolidar o trabalho de pequenos agricultores, destacando, assim, a importância da relação entre roça e favela formada pelo MTST.

Denominar estas ações como solidariedade ativa é ainda uma forma política para diferenciar as ações dos movimentos sociais das ações com fundo apenas filantrópicas (NIEMEYER, 2022). Assim como foi visto o combate à fome durante o período em que a alimentação não era um direito expresso na Constituição Federal. Deste ponto de vista, as pessoas que atuam em movimentos sociais se somam ao grupo apresentado por Tereza Campello que irá resistir ao desmonte de políticas públicas como o PNAE (BIONDI, 2022).

O desmonte dessas políticas reflete num evidente paradoxo do sistema alimentar hegemônico atual. As pesquisas recentes sobre insegurança alimentar revelaram que, em dezembro de 2020, estavam nesta condição 60% dos domicílios no meio rural, sendo que o percentual dos domicílios em insegurança alimentar no meio urbano foi de 54,4%. Quanto à fome, o percentual de domicílios no meio urbano e rural era, respectivamente, 8,5% e 12% (REDE PENSSAN, 2021). Paradoxalmente, a população do campo, que é responsável por quase 80% de todo abastecimento alimentar do Brasil (GARCIA e

RECINE, 2014), é mais atingida pela fome, não conseguindo prover seus próprios alimentos. Para MALUF e BURLANDY (2022), as causas desse paradoxo estão na base dos sistemas alimentares do Brasil que é um dos maiores exportadores de produtos agroalimentares. Os autores afirmam que as iniquidades entre os sistemas alimentares são os fatores condicionantes dos problemas de saúde, sendo que a elevada concentração nas práticas produtivas, mercantis e processos decisórios governamentais priorizam maior utilização de agrotóxicos; expansão de monoculturas e de cadeias de valor agroindustriais; e marginalização de diversos segmentos de produtores, especialmente a agricultura familiar e camponesa. Para estes autores, os sistemas alimentares hegemônicos reforçam a invisibilidade dos problemas econômicos, sociais e de saúde que são vivenciados por determinados segmentos populacionais, em particular aqueles que vivem em zona rural e em favelas em centros urbanos. Os autores ainda destacam que estudos que envolvem essas populações (como habitantes de periferias dos grandes centros urbanos, famílias rurais empobrecidas, trabalhadores sem-terra, povos e comunidades tradicionais) ocorrem em menor proporção quando comparados aos segmentos populacionais chamados de mais “visíveis”

4.5. AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA PESQUISA PARTICIPATIVA

Conforme apresentado no capítulo 1, que trata da abordagem metodológica, na pesquisa participativa busca-se um diálogo e relações simétricas entre diversos saberes (GIATTI et al. 2021), a fim de estabelecer a *dialogicidade* como base para as trocas e aprendizados, uma vez que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39). Compreender como poderiam ser construídos esses diálogos foi, portanto, um dos primeiros desafios para a realização da pesquisa. Durante as primeiras conversas com as lideranças do Instituto, entendeu-se também a necessidade de que a pesquisa empírica proposta trouxesse algum retorno para a comunidade local. Cabe destacar que este retorno não é visto como uma obrigação, mas sim como um compromisso ético com as pessoas que permitiram estabelecer relações e conexões importantes para as análises. Neste sentido, destaca-se um post publicado na rede social da ativista ambiental e comunicadora Samela Sateré Mawé que expressa o significado daquilo que foi se estabelecendo ao longo da pesquisa realizada (figura 39)

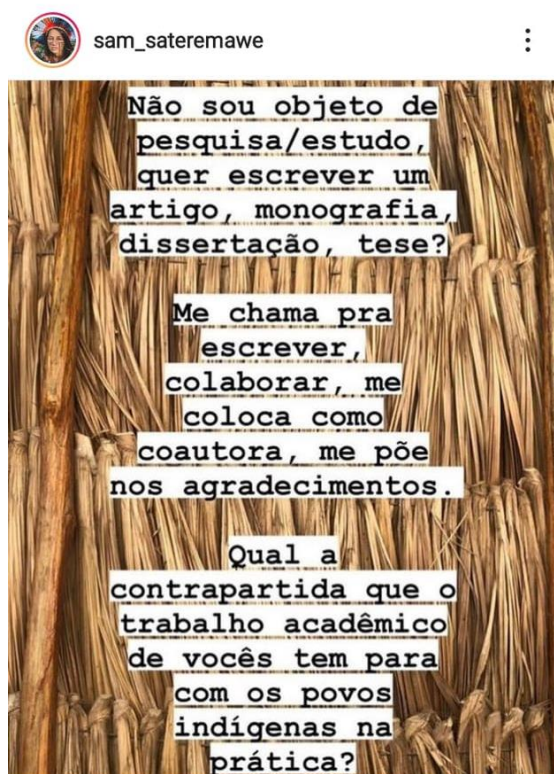


Figura 39: Post da ativista ambiental Samela Sateré Mawé em que questiona a contrapartida das pesquisas com povos indígenas. Fonte: extraído do Instagram de MAWÉ, 2021.

Foi por meio da própria participação e envolvimento nas ações do Instituto Fazendinho, em particular durante o processo de produção e distribuição de marmitas, que objetivos comuns entre lideranças, pessoas voluntárias, comunidade local e pesquisador foram sendo traçados e ressignificados, possibilitando, assim, estabelecer uma relação de confiança mútua. Essa relação de confiança foi percebida, inclusive, na forma como as pessoas se referiam ao pesquisador. Aos poucos, expressões impessoais do tipo “ele é da USP”, “Mestrando de Nutrição” ou “estudante” deram lugar para expressões que trouxeram mais proximidade como “nosso amigo”, “companheiro” e mesmo o próprio nome.

Quanto aos desafios, é pertinente destacar que foi preciso lidar com mudanças e adaptar estratégias planejadas inicialmente. Como esquematizado anteriormente na figura 3, a estratégia inicial do estudo foi acompanhar as mulheres que realizavam o curso de culinária, ofertado pelo Instituto Fazendinho. Porém, por conta da própria imprevisibilidade da pandemia de Covid-19, ocorreram mudanças na atuação do Instituto e, conseqüentemente, na participação do pesquisador nas ações. Essas mudanças corroboram com dois dos princípios norteadores deste tipo de pesquisa: a ação humana como fonte do conhecimento e a viabilidade dos procedimentos (THIOLLENT e TOLEDO, 2012). Ao mesmo tempo, é possível reconhecer que tais mudanças possibilitaram uma melhor compreensão das diversas facetas de atuação do Instituto Fazendinho dentro do Jardim Colombo.

Transpostos os primeiros desafios da pesquisa, foi possível *experenciar* o princípio de que pesquisas participativas se apresentam e se estruturam enquanto uma ponte entre a teoria e a prática (THIOLLENT e TOLEDO, 2012). A literatura descreve como a desigualdade social reflete a forma como as pessoas vivem em territórios vulneráveis (FLEURY; MENEZES, 2020; OXFAM, 2022; OLIVEIRA et al. 2022). Contudo, a inserção no território, a vivência com os moradores, a participação da vida social e cultural – características da observação participante (MINAYO, 2010) – trouxeram elementos que permitiram um aprofundamento da realidade e um

tensionamento, inclusive, sobre os arranjos conceituais acerca da vulnerabilidade. A vivência mostra, por exemplo, que atividades triviais em outros territórios, como utilizar Uber, se tornam delicadas no Jardim Colombo por conta do preconceito, assim como revelado nas narrativas que mostram as dificuldades que as pessoas que moram em favelas enfrentam quando procuram por empregos. Os autores MARANDOLA JR. e HOGAN (2009), buscando explorar uma pergunta recorrente em estudos sociológicos “vulnerabilidade a que?”, sublinham que esta pergunta nos estudos populacionais se direciona aos grupos sujeitos a determinados perigos ou “populações em situação de risco”. Neste caso, riscos podem estar relacionados às características da dinâmica demográfica, à situação socioeconômica, ligados ao ciclo vital, à estrutura familiar ou aos aspectos migratórios. Segundo os autores, o campo de estudo que relaciona população e ambiente acrescentou a dimensão espacial como componente dos elementos que produzem perigos ou que fornecem condições de enfrentá-los. No relato a seguir de uma das lideranças, nota-se como esses fatores estão relacionados com o local de moradia:

“Em geral, as pessoas não sabem que nós temos problemas de saúde como asma, sinusite e bronquite por conta da forma como moramos” (anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

Na tese intitulada “Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana”, o autor MARANDOLA JUNIOR (2008) discute que uma das perdas da sociedade moderna é a casa. Se antes podia ser vista como lugar de proteção, na atualidade, vem se tornando, também, um lugar de risco. O autor destaca que as dificuldades de mobilidade em metrópoles levam ao aumento das distâncias e do tempo de deslocamento. Assim, as pessoas que moram em regiões periféricas permanecem mais tempo fora de casa, o que causa um enfraquecimento da identidade comunitária e dos laços de proteção que eram estabelecidos com as vizinhanças. Na narrativa a seguir, estas observações são destacadas, revelando as dificuldades e os medos enfrentados por entregadores, ou outros trabalhadores, que não puderam seguir a recomendação de permanecerem em casa durante a pandemia e que precisavam se locomover por grandes distâncias:

“[...] exposição das pessoas que trabalham como entregadores, né, porque entregadores continuaram trabalhando, mas são essas pessoas que estavam na rua indo de um lugar para o outro e que chegavam em casa, acabavam tendo contato com os familiares”
(pessoa 2)

Como abordado na seção “Alimentação, pandemia de Covid-19, riscos e incertezas”, os riscos concretizados alcançam populações em territórios vulneráveis de forma muito mais grave por conta da distribuição social desigual dos riscos (BECK, 2010), fato que, no Brasil atual, se soma ao desmonte de políticas de proteção social como as de alimentação e nutrição (RECINE, E, et al., 2019). Se, de um lado, o Estado não se mostra capaz de fornecer serviços básicos, os movimentos sociais, como a experiência do Fazendinho revela, buscam soluções para amenizar os efeitos dessa ausência.

Contudo, por estarem atuando na linha de frente, muitas vezes, pode ocorrer um tipo de transferência de responsabilidades, já que a população passa a enxergar tais movimentos (e em particular suas lideranças) como responsáveis pelos direitos que deviam ser entregues pelo Estado. Na experiência de pesquisa participativa foi possível observar como as lideranças e pessoas voluntárias eram comumente cobradas individualmente por cestas básicas ou por outros produtos que estavam sendo distribuídos e que, por algum motivo, não chegaram para todas as pessoas. Fatos similares também são observados em outros contextos, como é o caso dos profissionais de saúde que atuam na ponta, em Unidades Básicas de Saúde ou hospitais. No final do ano de 2021, por exemplo, funcionários de postos de saúde do município de São Paulo relataram que muitos pacientes estavam em situação de extrema vulnerabilidade, pedindo doações de alimentos nos postos e com pessoas solicitando internações, alegando que não comiam há dias (ZANATTA, 2021).

Por conta das ações e dos trabalhos desenvolvidos, integrantes de movimentos sociais se tornam conhecidos dentro e fora do território. Este fato, ao mesmo tempo em que pode beneficiar as ações coletivas, pois contribui para a visibilidade e oportunidade para obtenção de novos recursos, também influi na responsabilidade de integrantes que precisam aumentar esforços para comunicar e sensibilizar as pessoas que as ações são colocadas em prática por meio da própria mobilização do movimento e não

individualmente, de forma personificada. Para algumas ações, inclusive, como os Festivais de Artes, as lideranças do Fazendinho precisaram não apenas estabelecer estratégias antecipadas de comunicação com o intuito de garantir maior adesão e participação da comunidade, como também obter um tipo de permissão, pois muitas ações ocorrem nas ruas e nos arredores das residências. Alguns grafites, por exemplo, são realizados nas paredes das casas, sendo necessária autorização dos moradores.

Quanto ao tempo de pesquisa e permanência no Jardim Colombo, desde o início as lideranças e as pessoas voluntárias buscavam acompanhar e apresentar o pesquisador para diversas pessoas e em locais diferentes do território, comunicando o que estava sendo feito e o porquê da inserção no local. Ainda assim, houve questionamentos que relacionavam o pesquisador com representantes do Estado. Neste sentido, a comunicação e esclarecimento das ações foram fundamentais, não apenas para promover maior engajamento, mas também para desvincular as ações realizadas pelo movimento, e foco de atenção e atuação desta pesquisa, do poder público. Isso se torna ainda mais relevante em territórios em que a população está habituada a promessas, como as de obras de reurbanização, que demoram ou que não se concretizam.

Na pesquisa realizada, cabe discorrer sobre a relevância da culinária como instrumento e bagagem para a inserção em um caso concreto de enfrentamento da fome. Os conhecimentos na área trouxeram ferramentas para que houvesse uma transição do sujeito social na função de voluntário, em ações desenvolvidas pelo Instituto Fazendinho, para o sujeito pesquisador, que buscava aprender e compreender as próprias ações e as estratégias de mobilização para enfrentamento da insegurança alimentar. Um olhar crítico sobre tais ações e estratégias revela a relevância dos esforços que emergem numa lógica *bottom-up*, diante de um cenário de desmontes no qual nem o governo e nem as políticas públicas acenam concretamente para minimização das causas e dos efeitos da fome e que, inevitavelmente, impulsiona um posicionamento político. Revela também a complexidade em torno dos diferentes tempos que são demandados nas interações entre pesquisa, sociedade e política. O tempo da pesquisa, em todo seu percurso metodológico, e o tempo da política certamente não corresponderam a urgência que a temática da fome exigia.

Contudo, à medida que o envolvimento nas ações crescia, foram vislumbradas oportunidades que demonstram a potência quando há uma interação e articulação entre universidades e movimentos sociais, reforçando os ensinamentos de MALUF (2020), que discute a responsabilidade das pesquisas em soberania e segurança alimentar e articulação da universidade com os movimentos sociais. Como exemplo, pode ser citada a experiência exitosa do III Festival Fazendinho que contou com conexões entre USP, UoY e o Instituto Fazendinho. Nesta experiência, foi possível acompanhar todo o processo de concepção, incluindo os desafios para pensar em como alocar recursos e envolver a população local. Considerando os atores envolvidos e o alcance das instituições, é interessante a discussão de GIATTI et al. (2021) que apontam como a ecologização de saberes e a busca conjunta de ações dentro de uma realidade concreta impulsiona uma diversidade de respostas rumo a própria sustentabilidade, viabilizando a conexão entre o local e o global. Em contrapartida, também houve uma tentativa frustrada de envio de uma proposta para o edital “Inclusão social e diversidade na USP em municípios de seus campi” e que financiaria projetos em territórios vulneráveis que estivessem relacionados à Agenda 2030 da ONU. Para este edital, a ideia central era criar uma rede sustentável, contribuindo para a estruturação da cozinha e de uma horta comunitária no parque Fazendinha. Havia a possibilidade, inclusive, de solicitar bolsas de pós-doutorado, pós-graduação e graduação para atuação no território. Porém, por questões burocráticas, não foi possível a finalização do envio, uma vez que era preciso o envolvimento de duas unidades da USP. A não conclusão do envio trouxe um sentimento de frustração para a equipe que havia se empenhado para elaborar o projeto. A apresentação dessas experiências em eventos científicos de universidades públicas e particulares levantou a possibilidade de formar uma rede ou um site em que possa concentrar instituições financiadoras de projetos, universidades e movimentos sociais. Ainda que esteja no campo das ideias, a presença da universidade poderia contribuir com movimentos sociais de diversas formas: elaboração e escrita da proposta, prestação de contas ou pensar, em conjunto com a população, novas ideias que possam ser sustentáveis e que ultrapassem o período da pesquisa realizada. Assim como foi a oportunidade de participação da elaboração do III Festival Fazendinho que, ao final, conseguiu ser exitosa na sua proposta de fortalecer a vida comunitária, deixar um legado estético e promover a melhoria sustentada de qualidade de vida.

Sobre a possibilidade de observar teoria e prática na pesquisa participativa, após reconhecidos os atores sociais da arena da segurança alimentar e nutricional (JAIME, 2019), pode-se notar a presença de parte desses atores durante as ações, assim como reforçam as figuras 40 e 41.



Figura 40: Mutirão para retirada de entulhos e melhorias no parque Fazendinha para o III Festival Fazendinhando. Fonte: Kamilla Baes e Nilton Stanguini



Figura 41: Mutirão de limpeza e plantas crescendo no parque Fazendinha. Fonte: Fazendinhando e Nilton Stanguini.

Nas ações ilustradas nestas imagens, estão presentes pessoas desempregadas, crianças, arquitetas, jornalistas, da construção civil, artistas, fotógrafas, acadêmicas de nutrição e outras áreas, cozinheiras, professores, entre outras. A primeira impressão é de que estas profissões seguem por caminhos diferentes e de que não há pontos de intersecção entre as áreas. Talvez, a visão tradicional destas profissões realmente as coloca cada uma em “seu lugar”. Como exemplo, atuação tradicional da nutrição para pensar a relação entre nutrientes e funcionamento do organismo. Porém, durante as ações, numa perspectiva transdisciplinar, observa-se que todas as pessoas estavam no território, refletindo e aprendendo com o grupo como mudanças físicas no parque Fazendinha poderiam trazer impacto social. Aprendendo, inclusive, como a arte, que atravessa as ações do Instituto Fazendinhando, é importante para o enfrentamento da fome e de outros problemas sociais, assim como revela uma das narrativas de uma entrevistada:

“O papel da arte eu entendo que assim é transformar vidas. Eu respeito muito a arte por causa disso, porque transformou a minha vida com o grafite lá atrás. Eu tive um processo de vida assim que eu podia tá segurando uma arma agora, eu podia tá igual muitos jovens com droga na mão. Usando droga. E a arte fez isso comigo, me educou. E eu conheci uma galera também,

muito tempo atrás, da CUFA e eles eram no rap e uma galera.”
(pessoa 8)

A participação nas ações do Instituto Fazendinhando, como as diversas trazidas na dissertação, vai ao encontro do argumento apresentado por WILLET et al. (2019) sobre a necessidade do engajamento das pessoas para as mudanças necessárias nos sistemas alimentares hegemônicos atuais. Este envolvimento revela as características da solidariedade ativa como forma de promover melhorias contínuas para populações em situação de vulnerabilidade (NIEMEYER, 2022). As ações remontam a definição crítica e multidimensional para a sustentabilidade, que traz para o debate questões como direitos, solidariedade e justiça (VENTURA et al., 2020).

Sobre solidariedade, em particular, cabe narrar o episódio da panela de pressão industrial quebrada. Naquele dia, o estoque já estava vazio por conta da redução de doações e enquanto era pensado em algum substituto para o feijão – algo comum para nutricionistas nestes casos – as mulheres voluntárias conseguiram oito panelas menores emprestadas com a população vizinha e resolveram a situação.

É por este caminho que falas recorrentes de duas lideranças do Instituto e a arte do grafite feito pela artista Lau Guimarães durante o III Festival Fazendinhando (figura 42) reforçam e ensinam que:

“Se eu posso fazer, se eu sei fazer, e não faço. A responsabilidade também é minha.” (anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

“A transformação pode até ser sonhada sozinha, mas ela só acontece de fato com o envolvimento de muitas pessoas.”
(anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

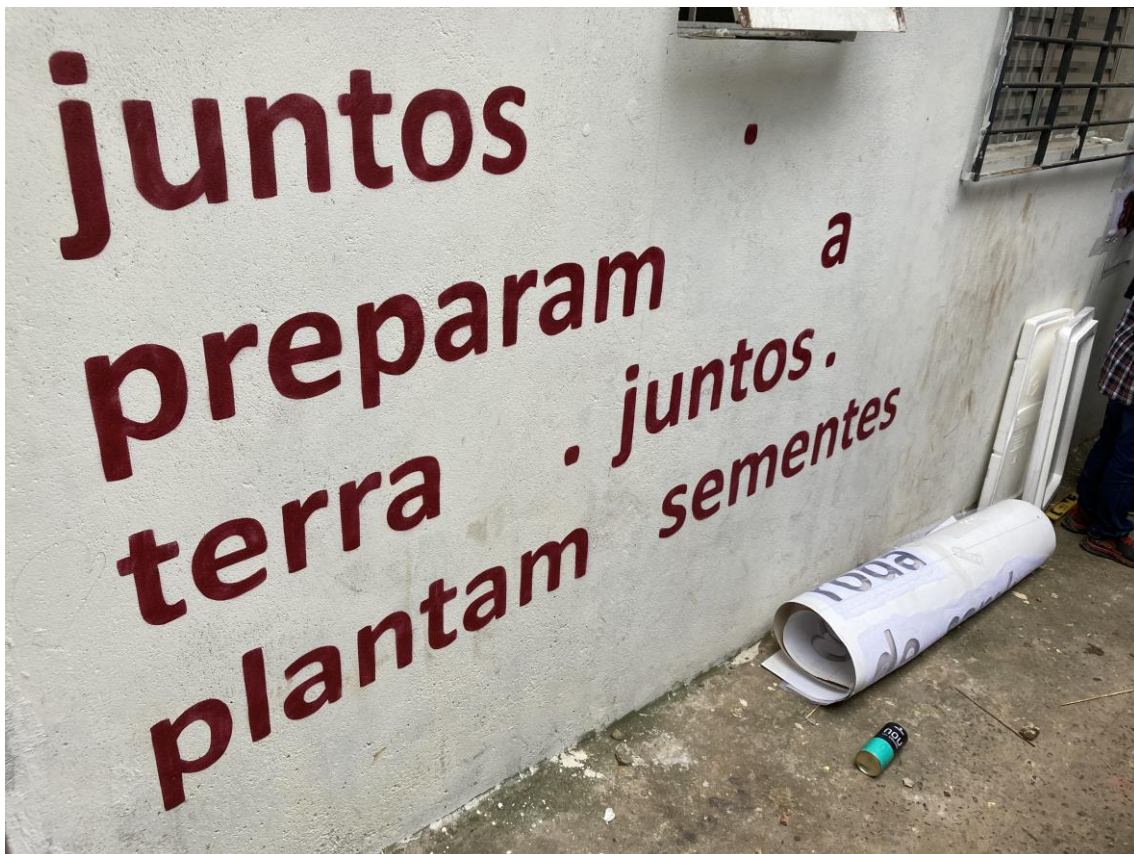


Figura 42: Grafite da artista Lau Guimarães criado no III Festival Fazendinhando. Fonte: Nilton Stanguini.

A participação em eventos em diferentes datas permite ainda observar resultados como os evidenciados na figura 41. Na imagem, nota-se o crescimento de algumas PANCs, que foram plantadas durante a oficina com as crianças no III Festival Fazendinhando e, também, de algumas outras plantas que continuam crescendo no parque Fazendinha. Além disso, durante a ação, as crianças evidenciaram que elas próprias se tornam agentes de mudanças com os aprendizados dentro do Instituto Fazendinhando e uma delas trouxe a seguinte fala:

“Nossa! Tem gente que não cuida do planeta. Jogaram lixo aqui”
(anotação registrada durante a interação do pesquisador com integrantes do Fazendinhando)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu evidenciar que interesses em jogo na arena da alimentação impactam o DHAA, sobretudo de populações que vivem em situação de vulnerabilidade social. Olhar para a atuação do Instituto Fazendinho permitiu estabelecer relações diretas com questões de governança apontadas como estratégicas para o êxito do país no combate à fome no passado. O conjunto de informações recolhidas e analisadas permite apontar que a participação e mobilização social constituem a própria essência do Instituto Fazendinho. A busca pelo acesso aos alimentos, por exemplo, reflete a urgência de atuação do movimento diante da crise alimentar, agravada pela pandemia. Contudo, evidencia também os esforços empreendidos para incluir alimentos como frutas, legumes e verduras nas cestas e marmitas distribuídas. A preocupação das lideranças quanto à geração de renda para a população, tanto nos momentos de maior gravidade sanitária quanto para o futuro nos cursos profissionalizantes, também denota a atuação do Instituto para promover autonomia para que as mulheres atendidas possam prover, por meios próprios, alimentação adequada de suas famílias.

O Jardim Colombo expressa as desigualdades sociais históricas e estruturais do país e que são apontadas como agravantes para a situação de insegurança alimentar, trazendo para atualidade os ensinamentos de Josué de Castro. Particularmente no município de São Paulo, as imagens utilizadas nesta dissertação revelam o contraste social deste território, mas que certamente estão presentes em outros tantos territórios dessa megacidade (e de outros grandes centros urbanos brasileiros). Buscar reduzir os impactos dessas desigualdades, num contexto de pandemia e de agravamento da crise econômica, impôs desafios ao Instituto Fazendinho e necessidades de ajustamentos nas ações em curso. Nas ações emergenciais e diretas de combate à fome, as lideranças e pessoas voluntárias identificaram famílias que estavam em situação de maior vulnerabilidade e de fome. Esse reconhecimento possibilitou que o Instituto atuasse priorizando essas famílias para as entregas de remessas de cestas básicas. A oferta dos cursos profissionalizantes, como sinalizado na dissertação, possibilitou identificar neste movimento ações que atuam diretamente sobre condições sociais que são consideradas agravantes para a insegurança alimentar no país.

Lideranças e integrantes de movimentos sociais, que atuam em territórios em situação de vulnerabilidade social, conhecem de perto a realidade local, por isso conseguem alcançar até mesmo localidades com maiores dificuldades de acesso. Como evidenciado, há um grande esforço destes movimentos para conseguir doações de alimentos e para superar problemas de infraestrutura, já que a fome e a crise sanitária levaram as mudanças dos objetivos iniciais. Com a melhora da pandemia, as doações em dinheiro ou de alimentos praticamente não ocorrem, impossibilitando o trabalho de movimentos sociais como o Fazendinho para entregas de marmitas e cestas básicas, por exemplo. Assim, considera-se que o poder público poderia somar esforços a movimentos sociais nestes aspectos, sobretudo no cenário atual em que há o aumento da fome, mesmo com a pandemia controlada.

Olhar e analisar o combate à fome em períodos de crises, como a experienciada pelo mundo com a pandemia de Covid-19, traz reflexões sobre o que é realizado emergencialmente para atender a demanda de milhões de pessoas que tiveram o sustento ameaçado, assim como ocorreu no Brasil. Porém, por outro lado, é preciso debater e refletir sobre as raízes e as causas desse mal que sempre esteve presente na sociedade e que atinge grande parte da população. Como evidenciado nas discussões e literatura da área, o Brasil já foi referência no combate à extrema pobreza e à fome por meio da elaboração e fortalecimento de políticas públicas. Dessa forma, ao final deste estudo, propõe-se a retomada deste caminho, incluindo políticas que valorizem a agricultura familiar, os povos tradicionais, os quilombolas, os pequenos produtores, que, paradoxalmente vêm sendo mais afetados pela insegurança alimentar. É necessária a retomada de políticas que valorizem quem trabalha no campo, em detrimento das políticas que valorizam grandes corporações de indústria alimentícia, como verificado atualmente. Dito de outra forma, retomar as políticas que de fato são de alimentação e nutrição e que levam comida de verdade na mesa das pessoas, como o CONSEA, PAA, PNAE, PRONAF, Bolsa família, entre outras.

As experiências de movimentos sociais apresentadas durante os capítulos, sobretudo as vivenciadas no Jardim Colombo, revelam o papel indutor que a sociedade civil e as organizações de controle social exercem nas políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Em comum, tais experiências buscam também atuar na defesa do

fortalecimento de programas estratégicos, como os citados anteriormente, com vista à garantia do DHAA, sobretudo em tempos de grave crise sanitária. Assim, pensar em soluções para reverter o cenário de insegurança alimentar e fome no país, para além de debater questões chave e de ampla abrangência como as políticas públicas de alimentação e nutrição, direitos, justiça social e sustentabilidade, passa por olhar e aprender com as experiências vivenciadas de ações coletivas locais, desenvolvidas antes e durante a pandemia de Covid-19, dentro de movimentos sociais.

Ao final desta pesquisa, pode-se concluir que, ainda que a sustentabilidade seja vista como algo utópico, as transformações territoriais, culturais e sociais vivenciadas no território do Jardim Colombo e dentro do Instituto Fazendinho somadas as experiências de outros movimentos sociais urbanos e do campo, que foram apresentadas na dissertação, caminham rumo ao desejável e ao apontado na literatura para as transformações nos sistemas alimentares hegemônicos, sobretudo na possibilidade de fortalecer a relação campo-cidade. Tais ações desempenhadas pelos movimentos do campo e urbano, chamadas de solidariedade ativa, são potentes para atenuar a insegurança alimentar e colocar os alimentos produzidos no campo nos diversos territórios.

A análise dessa experiência lança luz, ainda, à necessidade de reestruturação de políticas públicas para que, em trabalhos conjuntos, poder público e movimentos sociais tais políticas possam alcançar as populações nestes territórios de maior vulnerabilidade, muitas vezes invisibilizadas durante a história do país. É nesta perspectiva que se destaca a relevância do estudo realizado e de pesquisas participativas futuras, que busquem explorar as diferentes realidades de territórios vulneráveis no Brasil numa perspectiva de diálogo com os saberes dos atores sociais locais e de coprodução de conhecimento.

Diante do cenário de desmonte de políticas públicas de alimentação e nutrição e, conseqüentemente, violação de direitos, por vezes, pode ocorrer uma transferência de responsabilidades e a população pode enxergar as pessoas que atuam em movimentos sociais ou na linha de frente como sendo as responsáveis pelos direitos que o Estado deveria entregar, contribuindo para uma espécie de personificação das ações coletivas. Por isso, destaca-se a relevância dos esforços de comunicação, sensibilização e esclarecimento da população local sobre as ações que são colocadas em práticas nos territórios e sobre as responsabilidades e negligências que estão em jogo.

Ainda que a pesquisa realizada tenha lançado luz às diversas facetas do problema da fome e sobre as potencialidades e desafios colocados aos movimentos sociais, como o Instituto Fazendinho, no contexto atual brasileiro, reconhecem-se aqui algumas importantes lacunas e limitações do estudo. Em particular, a necessidade de envolver atores institucionais para compreender e discutir a atuação do poder público dentro de territórios vulnerabilizados para o enfrentamento da insegurança alimentar. Assim, sugere-se que novos estudos investiguem as políticas de acessibilidade à alimentação saudável que emergem em contextos de crise, como a pandemia de Covid-19, e em territórios vulneráveis. Sugere-se, também, estudos que acompanhem os desdobramentos de atuações dos movimentos sociais, como o Fazendinho, e suas articulações com os setores público e privado, elucidando os conflitos, negociações e perspectivas de ação que emergem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO DA CIDADANIA. **Eleições municipais**: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Rio de Janeiro: Ação da Cidadania, 2020. Disponível em: [AgendaBetinho2020.pdf \(strikinglycdn.com\)](#), Acesso em: 15 ago. 2021.
alimentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE; IDEC. Dossiê big food: como a indústria interfere em políticas de alimentação. Disponível em: [DOSSIE https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf \(actbr.org.br\)](#). Acesso em: 30 set. 2022.

ARAGÃO, B. #Hemosleído – sindemia covid-19: ¿Es sindemia otra palabra más para hablar de lo mismo? Disponível em: <https://www.semfyec.es/sindemia-covid-19-inequidades-semfyec/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

AZEVEDO, E. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 81-98, 2015

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa. 1977.

BECK, U. **Sociedade de risco rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 383 p.

BELIK W. Dilemas do abastecimento e da distribuição de alimentos no Brasil. In: Campello T, Bortoletto, AP (org.) **Da Fome à Fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022. p. 164-169.

RIBEIRO, A. P. Cozinhas solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST. In: Campello T, Bortoletto, AP (org.) **Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 130-132.

BICALHO, D.; LIMA, TÁCIO M. O programa de alimentação escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia do Covid-19. Demetra: alimentação, nutrição e saúde, Rio de Janeiro, v. 15, p.1-9, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/852/1184>. Acesso em: 26 maio 2021.

BIONDI, P. Entrevista: Tereza Campello: O desmonte das políticas é difícil de medir, mas parte da resistência virá das pessoas que elas envolveram. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae-campello/?fbclid=IwAR2ObttaD9Mk6bFJtJ7xHMI5KspLX2AaQn0foVs6tH_eTaiFJuNzilug_o. Acesso em: 31 maio 2022.

BOSCO, E.; DI GIULIO, G. M. Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em ambiente e sociedade e desafios. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 149-160, abr./jun. 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2018:** vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. 131 p. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BURITY, V. *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.

CAISAN. 1º plano municipal de segurança alimentar e nutricional: 2016/2020. São Paulo: CAISAN-Municipal, 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio emergencial 2021.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 21 maio 2021.

CALIXTO, A. J.; CARVALHO, L. C. Movimentos sociais como instrumentos de tutela de direitos humanos na América Latina. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 27, n. 10, pp. 31-50, set./dez. 2020.

CAMPELLO, T.; BRANDÃO, S. M. C. Mais Bolsa Família, um salto para a renda básica. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/revistas/arquivos/conjuntura-economica-2020-10-baixa.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CAMPOS, A. *et al.* Aos pobres, as salsichas. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2022/Aos-pobres-as-salsichas>. Acesso em 29 jun 2022.

CARTA CAPITAL. Mais de 2 milhões de pessoas ainda moram em favelas. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/> Acesso em: 22 mar. 2022.

CARTA CAPITAL. Mais de 2 milhões de pessoas ainda moram em favelas. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/> Acesso em: 22 mar. 2022.

CASTRO J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 318 p.

CATEDRA JOSUÉ DE CASTRO. **Quem somos.** São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, [2021?]. Disponível em: catedrajc.fsp.usp.br/quem-somos/. Acesso em: 18 maio 2021.

CATEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS USP. Diálogo sobre ultraprocessados: soluções para sistemas sustentáveis e alimentares. São Paulo: Cátedra Josué de Castro, NUPENS USP, 2021. 45 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1e3BY0Chz00Rbp8IPWz4MXY3I2N4CFCB2/view>. Acesso em: 1 jul. 2021.

CISCATI, R. Para onde vai a democracia?: Governo federal esvaziou espaços de participação social, dizem pesquisadores. Disponível em: https://brasilledireitos.org.br/atualidades/governo-federal-esvaziou-espacos-de-participao-social-dizem-pesquisadores?fbclid=IwAR0be95g7DPAwDp2Kaf_T8SBmXecNAo2-zHcZc1x2pIg1T85WtziaGa0wXY

COMISSÃO DE PRESIDENTES DE CONSELHOS ESTADUAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Nota pública sobre o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN). 2022.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos: safra 2020/21, 8º levantamento.** Brasília, DF, v. 8, n. 8, maio 2021.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ENCONTRO autônomo: o que está em jogo e os processos paralelos na Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares. [S.l. : s.n.], 2021. 1 vídeo (163 min). Publicado pelo canal Conferenciapopularssan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cpBt7CquYUE>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FACHIN, Z. A.; PAGLIARINI, A. C. Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: a construção da democracia e dos direitos humanos. **Direitos Humanos e Democracia, Ijuí**, n. 12, p. 150-160, 2018.

FAO. In brief to the state of food security and nutrition in the world 2021: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb5409en>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional relatório 2014.** Brasília, DF: FAO, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets.** Rome: Food and Agriculture Organization of the

United Nations, 2020. Disponível em: www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html. Acesso em: 26 maio 2020.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FIAN INTERNATIONAL. **Impact of COVID-19 on the human right to food and nutrition**: preliminar monitoring report. [S. l.] : Fian International, 2020.

FIGUEIREDO, E. A expansão do programa auxílio Brasil: uma reflexão preliminar. Brasília, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11331/1/n_12_Expansao_Programa_Auxilio.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 4, pp. 267-280, dez., 2020.

FORTES, P. A. C.; RIBEIRO, H. Saúde global em tempos de globalização. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 366 – 375, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p. 19-48, 1989.

FUNDAÇÃO SEADE. **Seade Municípios**. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 2, p 219 – 230, 1997.

FURTADO, L. MST ultrapassa marca de 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia,as%20grandes%20regi%C3%B5es%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GARCIA, G. S.; RECINE, E. Perspectiva do fornecimento de produtos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal. **Demétria: alimentação, nutrição & saúde**, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p. 411-429, 2014.

GIARETA, J. B. Z. **Tic e movimentos sociais no urbano do século21**: Interfaces e possibilidades na busca pelo direito à cidade. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2018.

GIATTI, L *et al.* Pesquisa participativa reconectando diversidade: democracia de saberes para a sustentabilidade. **Estudos Avançados**. V. 35, n. 103, p. 237-253, 2021.

GIDDENS, A. Risk and responsibility **The Modern Law Review**, Nova Jersey, v. 62, n. 1, p. 1-10, , January, 1999.

GOHN, M. G. Mulheres dos movimentos sociais: relações politico-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, n. 1, p. 41-70, 2007.

GOULART, D. B. **O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto. MTST**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

GUERRA, L. D. S.; MANCUSO, A. M. C.; BEZERRA, A. C. D. Alimentação: um direito humano em disputa – focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 3369-3394, 2019.

IBGE. Conheça cidades e estados do Brasil. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acesso em: 20 ago. 2021.

IBGE. **Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

JAIME P. C. (org.). **Políticas públicas de alimentação e nutrição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

JAIME, P. C. Alimentos ultraprocessados e a insegurança alimentar no Brasil. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/Alimentos-ultraprocessados-e-a-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil>. Acesso em: 29 jun 2022.

LEÃO, M. (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2013.

LIMA, M. M. T.; VASCONCELLOS, B. M.; JALIL, L. Mulheres populares e a sustentabilidade da vida na América Latina: recontar histórico e importância na atualidade. **Revista Interstícios de la política y la cultura**. Córdoba, v. 19, p. 07-29, 2021.

LIST D. Action research cycles for multiple futures perspectives. **Elsevier**, v. 38, p. 673-684, 2006.

LOUZADA, M. L. C. *et al.* Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, n. 38, p. 1-11, 2015.

LUSTOSA, M. M. A.; PEITER, G. M. C.; DE OLIVEIRA, J. C. Soberania alimentar, movimentos sociais, cidadania e processo emancipatório. **Revista Scientiarum História**, Rio de Janeiro, v 1, p 1-9, 2019.

MACÁRIO, C. **Pré-Cúpula da ONU sobre sistemas alimentares busca respostas para aumento na insegurança alimentar**, 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/07/30/pre-cupula-onu-sistemas-alimentares/>. Acesso em: 09 set. 2021.

MACHADO, A. L. R. **Direito Humano a Alimentação Adequada**. [S. l.]: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017. Disponível em: www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada. Acesso em: 25 maio 2021.

MALTA, D. C. *et al.* Tendência temporal da prevalência de obesidade mórbida na população adulta brasileira entre os anos de 2006 e 2017. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 9, p. 1-8, 2019.

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de economia e sociologia rural**. v. 59, n. 4, p. 1-19. 2021.

MALUF, R. S. Renato Maluf: abordagem multiescalar dos sistemas alimentares. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/pergunte-a-um-pesquisador/2021/05/04/Renato-Maluf-abordagem-multiescalar-dos-sistemas-alimentares>. Acesso em 18 jul. 2022.

MALUF, R. S. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-5, 2020.

MALUF, S. R.; BURLANDY, L. Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo a sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

MARANDOLA JUNIOR, E. J. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2008.

MARANDOLA JUNIOR, E. J.; HOGAN D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Bras. Est. Pop.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, 2009.

MARCHIONI, M. D. et al. Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública. **Revista USP**, São Paulo, n. 128, p. 61- 76, 2021.

MARTINS, B. S. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 43, p. 116-148, 2016.

MELLO, R. R. P. B. *et al.* Desafios no acesso à água e saneamento básico no Brasil e o controle da covid-19. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 281-293, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MIRANDA, A. P. M. Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado. **Revista do Programa de Pós-graduação em direito UCP**, Petrópolis, n. 1, p. 218-237, 2009.

MOREIRA, S. L. S. **A contribuição da marcha das margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Meio

Ambiente e Desenvolvimento Rural), Faculdade UNB Planaltina, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2019.

MMM. Mulheres em movimento sustentam a vida: as ações de solidariedade da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/12/A%C3%A7%C3%B5es-de-solidariedade-web.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MTST. Cozinha solidária. Disponível em: [Cozinha Solidária - MTS](https://cozinhasolidaria.com/T) <https://cozinhasolidaria.com/T> (cozinhasolidaria.com). Acesso em 08 jun 2022.

NIEMEYER, C. B. Solidariedade ativa e combate à fome: movimentos sociais em ação pela soberania alimentar e sanitária nas periferias. Disponível em: <https://abori.com.br/artigos/solidariedade-ativa-e-combate-a-fome-movimentos-sociais-em-acao-pela-soberania-alimentar-e-sanitaria-nas-periferias/?fbclid=IwAR1KEH1Juk3P96UrVYBMzKEcmWcw9oZgK6mEnMwv419RnJ3lzo0l7yEPDoc>. Acesso em 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, *et al.* Actions during the COVID-19 pandemic to protect the most vulnerable population: what is the potency amid chãos? **Health Promotion International**. v. 37, n. 2, p. 1-17. 2022.

ONITA, B. M. *et al.* Ambientes alimentares: dos sistemas às escolhas. Glossário. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/Ambientes-alimentares-dos-sistemas-%C3%A0s-escolhas>. Acesso em 13 jul 2022.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. . Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html. Acesso em: 14 maio 2021.

POMPEIA, C. **Formação política do agro-negócio**. [São Paulo]: Elefante, [2021].

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Censo da prefeitura revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos. Disponível em: <https://imprensa.prefeitura.sp.gov.br/noticia/censo-da-prefeitura-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 28 jan. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Como surgiu Paraisópolis**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo 2017. Disponível em: [História | Secretaria Municipal de Subprefeituras | Prefeitura da Cidade de São Paulo](#), Acesso em: 15 ago. 2021.

QUINTENELLA S. **Estudo aponta que 68% de moradores de favela não tem dinheiro para comprar comida**, 2021. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/estudo-aponta-que-68-de-moradores-de-favelas-nao-tem-dinheiro-para-comida>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

RECINE, E. *et al.* Reflections on the extinction of the national council for food and nutrition security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, n. 33, p. 1 - 8, 2020.

REDE PENSSAN. **Vigisan**: II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. (S. 1.): Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/> Acesso em: 08 jun 2022.

REDE PENSSAN. **Vigisan**: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. (S. 1.): Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: [VIGISAN Inseguranca alimentar.pdf \(olheparaafome.com.br\)](#). Acesso em: 11 abril 2021.

RENN, O. **The Social Arena Concept of Risk Debates**. In: S. Krimsky and D. Golding (eds.): *Social Theories of Risk*. Westport, CT (Praeger 1992), pp. 179-197.

RIBEIRO-SILVA, R. C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

ROUBICEK, M. O desempenho do setor de supermercados em meio à crise. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/11/25/O-desempenho-do-setor-de-supermercados-em-meio-%C3%A0-crise> | Nexo Jornal. Acesso em 05 ago. 2022.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Brasília, DF, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 15.920, de 19 de dezembro de 2013. Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. São Paulo: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15920-de-19-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortêz, 2008.

SOUZA, J. O. L.; OLIVEIRA, P. H. Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006. **Espaço Plural**, Cascavel, ano 17, n 35, p. 187 – 211, jul./dez. 2017.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 1. ed. São Paulo. 1991.

SWINBURN, B. *et al.* . The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791-846, Feb. 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext).

Acesso em: 22 jun. 2021.

TANAKA, J. H. “**Comer é um ato político**”: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) e a politização do consumo. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

THIOLLENT M.; TOLEDO R. F. Participatory methodology and action research in the área of health. **International Journal of Research**, v. 8, n. 2, p. 142-158, 2012.

TONETTO, M. C. Ética global, direitos humanos e a pandemia da COVID-19. IN: REICH, E; BORGES, M. L.; XAVIER, R. C. (Org.) *Reflexões sobre uma pandemia*. Florianópolis: NÉFIPONLINE, 2020, pp. 124-134.

VASCONCELLOS, A. B. P. A.; MOURA L. B. A. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**. Brasília,DF, v. 34, n. 2, p. 1–13, 2018.

VAZ, L. **Paraisópolis, 2ª maior comunidade de SP, completa 100 anos com festa e arrecadação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/16/paraisopolis-2a-maior-comunidade-de-sp-completa-100-anos-com-festa-e-campanha-de-arrecadacao.ghtml>. Acesso em 31 marc. 2022.

VENTURA, D. F. L. *et al.* Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 1-5, abr. 2020.

WILLET, W. *et al.* Food in the anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447 – 492, 2019.

ZAGO M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-14, 2021.

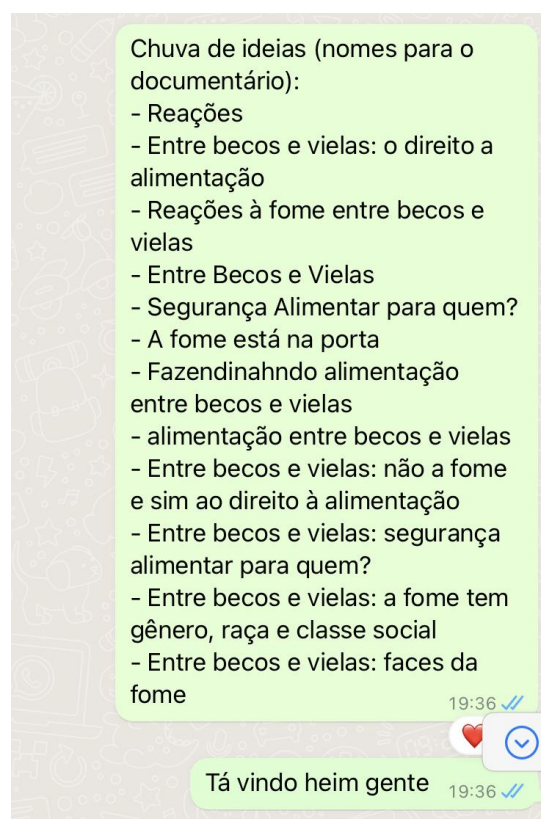
ZANATTA, P. Situação econômica leva moradores de SP a pedir alimentos em postos de saúde. *CNN Brasil*, São Paulo, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/situacao-economica-leva-moradores-de-sp-a-pedir-alimentos-em-postos-de-saude/> Acesso em: 28 jan. 2022.

ANEXO A: ELABORAÇÃO DO PRODUTO

ASPECTOS DA COPRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO: “ENTRE BECOS E VIELAS: AS FACES DA FOME”

Tendo em vista a característica do Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade que tem como requisitos para a obtenção do título, para além da entrega da dissertação, a elaboração de um produto técnico com base nos estudos e trabalhos desenvolvidos. Neste anexo, apresentamos os aspectos da produção e o roteiro do documentário intitulado: “Entre becos e vielas: as faces da fome”.

Seguindo a linha de coprodução, cabe informar que a escolha do título para o vídeo também ocorreu por meio de uma chuva de ideias realizadas via grupo de WhatsApp, conforme o print da tela do grupo revela.



A princípio, como tentativa de devolução dos trabalhos realizados para a população local, a primeira versão do documentário seria exibido durante o III Festival do Fazendinhando. Porém, por conta do barulho da própria participação da população

local no evento e por conta da claridade do ambiente aberto, não foi possível com os equipamentos que foram conseguidos emprestados para a exibição. Assim, há a ideia de realizar um novo evento para a exibição, além de levar o documentário para eventos científicos e página do próprio Instituto.

A primeira versão está disponível neste link do Youtube: [\(118\) Entre Becos e vielas: As Faces da Fome - YouTube](#)

Após assistirmos esta versão, consideramos que seriam necessários alguns ajustes como a apresentação dos dados sociodemográficos do Jardim Colombo, ajustes nos sons e destacar que ocorreu o agravamento da fome durante a realização do documentário.

Roteiro Documentário:

Início: Contextualização da situação no Brasil: pandemia, segurança alimentar e questões de gênero no cuidado

Imagens da Faculdade de Saúde Pública para falar sobre os estudos e contribuições (não realizado)

Texto inicial que será narrado: “Todos aqui neste vídeo gostariam de ter o dom da fala para quem sabe ganhar a sua atenção para os próximos minutos que se passarão, mas como essa não é realidade, contamos com a sua compreensão e trazemos aqui um pouco da história de um país que, por meio de suas escolhas políticas, jogou mais da metade da sua população para enfrentar o medo de não ter o que comer e, ainda mais grave, abandonou 19 milhões de brasileiros e brasileiras na situação de fome diária.”

Ideias para o desenvolvimento

- Contextualizar o Fazendinho, o projeto das Fazendeiras (surgido com a pandemia)
- E quem atuou nele. (começar a colorir com a placa Jardim Colombo)
- Imagens do Colombo, da exposição no container, das cores do container, da escada pintada e colorida, da cozinha comunitária (não realizado)

- Cenário atual de insegurança alimentar: Denúncia, mostrando imagens de reportagens de pessoas na fila de ossos e outras com a narração do texto, tudo em preto e branco;
- Placa Bem-vindo ao Jardim Colombo em preto e branco e vai colorindo essa placa, contando a história do Fazendinho, e entrevistado Kamilla, Ester e Erik;
- Imagens da FSP falando do desmonte das políticas públicas, e fazendo link com os estudos que são feitos dentro da universidade.
- Entrevistas com as Fazendeiras da culinária e construção civil.

Roteiro de Entrevistas do documentário:

O que levou vocês a adaptarem o projeto Fazendinho pensando nas consequências da pandemia?

O que te move a trabalhar no projeto?

De onde vem as contribuições? Hoje quem mais contribui?

Como surgiu a ideia do curso de culinária para as Fazendeiras

Como é ser mulher moradora de uma favela?

Como foi trabalhar no projeto das Fazendeiras?

Por que em grande parte são sempre as mulheres que são as responsáveis pelo cuidado da família, da alimentação, das crianças?

Como você chegou no projeto Fazendinho? (Como chegou em SP?)

Se você tivesse a oportunidade de seguir uma profissão qual seria?

A pandemia afetou você e sua família de alguma maneira? Ou alguém que você conheça?

Sua alimentação na pandemia precisou ser adaptada?

ANEXO B: Termo consubstanciado

USP - FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FSP/USP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano à alimentação adequada no contexto da Pandemia de Covid-19: um estudo no município de São Paulo, SP

Pesquisador: NILTON SANTOS STANGUINI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55584922.5.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.313.109

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação de Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo de informações básicas do projeto intitulado "informações básicas do projeto" (15/03/2022) e do projeto de pesquisa intitulado "projeto" (01/02/2022). Versão 1.

Trata-se de resposta à pendência apresentada anteriormente.

O objetivo geral do projeto é investigar estratégias de resistência e ações de indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social frente ao cenário de insegurança alimentar, agravado pela pandemia de Covid-19.

O projeto se ancora na perspectiva de pesquisa participativa. Etapas: 1) Revisão bibliográfica para tratar dos temas de interesse da dissertação, a saber: Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição e Vulnerabilidade Social, com foco no município de São Paulo. 2) Observação por meio da participação ativa em ações do projeto Fazendinho como preparo de marmitas, curso profissionalizante de culinária e ações de mudanças físicas no território. 3) Coleta de dados empíricos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiro prévio, com coordenadora(e)s e voluntária(o)s do Movimento Social Fazendinho.

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715, localizado no prédio principal da Faculdade de Saúde Pública, andar térreo, sala de
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 01.246-904
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 **Fax:** (11)3061-7779 **E-mail:** coep@fsp.usp.br

Continuação do Parecer: 5.313.109

Objetivo da Pesquisa:

"O objetivo geral do projeto proposto é investigar estratégias de resistência e ações de indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social frente ao cenário de insegurança alimentar agravado pela pandemia de Covid-19, de modo a contribuir para o debate atual sobre políticas públicas de proteção social, alimentação e nutrição".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: A pesquisa oferece riscos mínimos, inerentes a algum desconforto no fornecimento de informações. Benefícios: O envolvimento dos participantes no processo de pesquisa contribuirá oferecendo benefícios para o combate ativo da fome em região de vulnerabilidade social e para a discussão atual sobre políticas públicas de alimentação e nutrição".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa.

Financiamento próprio.

15 participantes.

Projeto Fazendinho - Comunidade do Jardim Colombo.

Não haverá armazenamento de amostras.

Previsão de início do estudo: janeiro/2022.

Estudo nacional.

Unicêntrico.

Pesquisa de caráter acadêmico para obtenção do título de mestre.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de resposta ao parecer pendente nº 5.257.117 emitido pelo CEP em 22/02/2022.

PENDÊNCIA: Anexar carta de anuência referente a autorização do Projeto Fazendinho.

RESPOSTA: Foi solicitado carta para juntada ao processo, conforme consta em anexo.

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715, localizado no prédio principal da Faculdade de Saúde Pública, andar térreo, sala de
Bairro: Cerqueira Cesar CEP: 01.246-904
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 Fax: (11)3061-7779 E-mail: coep@fsp.usp.br

USP - FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FSP/USP



Continuação do Parecer: 5.313.109

ANÁLISE: Atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais (de 6 em 6 meses) e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente analisados pelo CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1884504.pdf	15/03/2022 15:45:38		Aceito
Outros	carta.pdf	15/03/2022 15:39:10	NILTON SANTOS STANGUINI	Aceito
Outros	formularioesposta.pdf	08/03/2022 18:32:06	NILTON SANTOS STANGUINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	03/02/2022 13:33:21	NILTON SANTOS STANGUINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	01/02/2022 09:51:08	NILTON SANTOS STANGUINI	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	01/02/2022 09:48:13	NILTON SANTOS STANGUINI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 25 de Março de 2022

Assinado por:
Kelly Polido Kaneshiro Olympio
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715, localizado no prédio principal da Faculdade de Saúde Pública, andar térreo, sala de
Bairro: Cerqueira Cesar CEP: 01.246-904
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 Fax: (11)3061-7779 E-mail: coep@fsp.usp.br

ANEXO C: Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: “Políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano à alimentação adequada no contexto da Pandemia de Covid-19: um estudo no município de São Paulo, SP”.

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS: Este projeto, em linhas gerais, tem o objetivo de investigar estratégias de resistência e ações de indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social frente ao cenário de insegurança alimentar, agravado pela pandemia de Covid-19, de modo a contribuir para o debate atual sobre políticas de proteção social, alimentação e nutrição.

Para tanto, além de utilizar dados secundários disponíveis, esta pesquisa inclui coleta de dados empíricos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiro prévio, com coordenadora(e)s e voluntária(o)s do Movimento Social Fazendinho, para explorar: como e se chegam ações oficiais governamentais no local de estudo; como emergem as ações do próprio movimento; a percepção de experiência da Segurança Alimentar na pandemia de Covid-19 e a importância do projeto Fazendinho no momento. Com relação à participação e andamento do projeto:

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: A pesquisa oferece riscos mínimos, inerentes a algum desconforto no fornecimento de informações, contudo, salienta-se que a qualquer momento o(a) sr. (a) poderá recusar-se a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento de uso das informações coletadas sem que ocorra qualquer tipo de prejuízo a sua pessoa, familiares ou quaisquer pessoas próximas. Todas as informações coletadas serão sigilosas.

Como benefícios, espera-se, além da colaboração ativa com as ações do projeto Fazendinho no enfrentamento da fome e da Pandemia de Covid-19, alcançar resultados que evidenciem a relevância de movimentos como este, que emergem nos territórios e a partir das necessidades e estratégias dos atores locais.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Durante todo o período de estudo o(a) sr. (a) será acompanhado(a) pelo grupo de pesquisa que ficará à sua disposição para quaisquer tipos de esclarecimentos que o(a) sr. (a) necessite envolvendo informações mais aprofundadas do que está sendo estudado e do modo (metodologia) de como está sendo feito o estudo. Para informações, esclarecimentos e quaisquer outras demandas, pode-se entrar em contato diretamente com o aluno de Mestrado: Nilton Santos Stanquini, telefone (11) 973131915, e-mail: niltonstanquini@usp.br. Orientado pela Profa. Gabriela Marques Di Giulio, telefone: 11 – 3061-7896, e-mail: ggiulio@usp.br.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O Sr(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O Sr(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a sua recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de qualquer benefício, você possui garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa que absorverá qualquer gasto relacionado garantindo assim não oneração de serviços de saúde. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com respeito e seguirão padrões profissionais de sigilo, assegurando e garantindo o sigilo e confidencialidade dos dados pessoais dos participantes de pesquisa. Seu nome, ou qualquer material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. O Sr(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via assinada deste termo de consentimento livre e esclarecido será arquivada no arquivo do grupo de pesquisa outra será fornecida ao Sr(a). O estudo poderá ser interrompido mediante aprovação prévia do CEP quanto à interrupção ou quando for necessário, para que seja salvaguardado o participante da pesquisa.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____,

R.G. _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. O pesquisador _____ certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão

confidenciais e somente os pesquisadores terão acesso. Também sei que caso existam gastos, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar o pesquisador Nilton Santos Stanguini no telefone (11) 973131915.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa e localiza-se na Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP, horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 15h telefone, (11) 3061-7779, e-mail: coep@fsp.usp.br, que tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Assinei duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi assinado pelo pesquisador que me fez o convite e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Uma via deste documento, devidamente assinada foi deixada comigo. Declaro que concordo em participar desse estudo.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Pesquisador	Assinatura do Pesquisador	Data

ANEXO D: Carta de anuência

São Paulo, 08 de março de 2022

A Comissão de Ética e Pesquisa,

Eu, _____, cofundadora do Instituto Fazendinho, no Jardim Colombo, São Paulo, informo que o aluno Nilton Santos Stanguini do Programa de Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade desenvolve o seu estudo com anuência do Instituto. Há comprometimento do aluno em seguir os princípios e a ética do Instituto, podendo ser solicitada a sua retirada do campo, caso contrário.

Instituto Fazendinho

ANEXO E: Proposta elaborada em conjunto com o Instituto Fazendinho e UoY



www.fazendinho.org

ARTISTIC INTERVENTION, URBAN REGENERATION AND FOOD SECURITY IN JARDIM COLOMBO, SÃO PAULO, BRAZIL

BACKGROUND

Fazendinho is a movement of territorial, cultural and social transformation in vulnerable territories, carried out by and for the residents, through the recovery of public spaces and housing, art and culture actions, professional qualification and social entrepreneurship. We started activities at the Jardim Colombo Educational and Sports Union (*União Educacional e Esportiva do Jardim Colombo*), created in 2012, but effectively gained strength in 2017, when the movement was restructured, creating strong and shared governance to develop transformative projects. In 2021, the movement became the Fazendinho Institute, which will continue with all the projects started, but also take on new endeavours.

The community of Jardim Colombo has a population of approximately 17,000 inhabitants, in an area of 14.9 hectares. It integrates the Paraisópolis Complex, which in turn is made up of four nuclei - Paraisópolis, Jardim Colombo, Porto Seguro and Pinheiral - covering an area of 101.5 hectares. It is located in the west side of São Paulo, in a place of strong real estate expansion and next to a consolidated middle to high income neighborhood. It is a vibrant and dynamic place, but with several fundamental needs. The landscape is dominated by solid waste left on the streets by residents, for lack of a better solution. The stream, which crosses the entire space, is polluted and at various times passes under houses, causing flooding and health problems for residents. The community did not have a square or a park, but a dump. Thus came the Union's first challenge: from a social pact, the residents of Colombo, with the support of Arq.Futuro, began a

mobilization to remove waste and debris from the land and transform it into a park: the Parque Fazendinha.

The construction of Parque Fazendinha is based on two parallel processes that sustain each other. On the one hand, the movement carried out the physical transformation of the land: it cleaned the dump and, following a project developed from a participatory process, offered the community a leisure space with the necessary infrastructure, creating accessibility, vitality, identity and resilience. On the other hand, the Fazendinhando movement was clear from the start that this space should be occupied and appropriated by the community. For this, a program of activities based on art and culture was carried out, with the aim of increasing the awareness of residents around issues such as the importance of caring for the environment, respect and collective work, thus promoting a culture of peace within the community.

THE JARDIM COLOMBO ART FESTIVAL: TRAJECTORY

In 2018, the need arose to carry out some type of cultural project in Jardim Colombo. At first, we proposed a cultural program that would show residents the site of Parque Fazendinha (the former dump) and its potential as a public and community space. Thus, the I Arts Festival – Farming in Jardim Colombo was developed to display cultural content, while recovering the memory of the place, strengthening community ties and offering a space for the externalization of the residents’ needs and wishes. People of all ages were encouraged to participate in the various activities.

On July 28, 2019, the II Arts Festival took place, with the support of small contributions from volunteers and family members working in the project. This second festival aimed to carry out more activities and promote greater community engagement. On the street parallel to Parque Fazendinha, the workshop “Here passes a river” took place, in order to motivate the population to rethink their habits, promote environmental awareness and recognize the importance of a clean stream, which has its source in the community. We also tried to demonstrate the absence of public power in solving the community's problems.



Tactile urbanism activity carried out with children at Travessa Boa Esperança. Photo: Kamilla baes



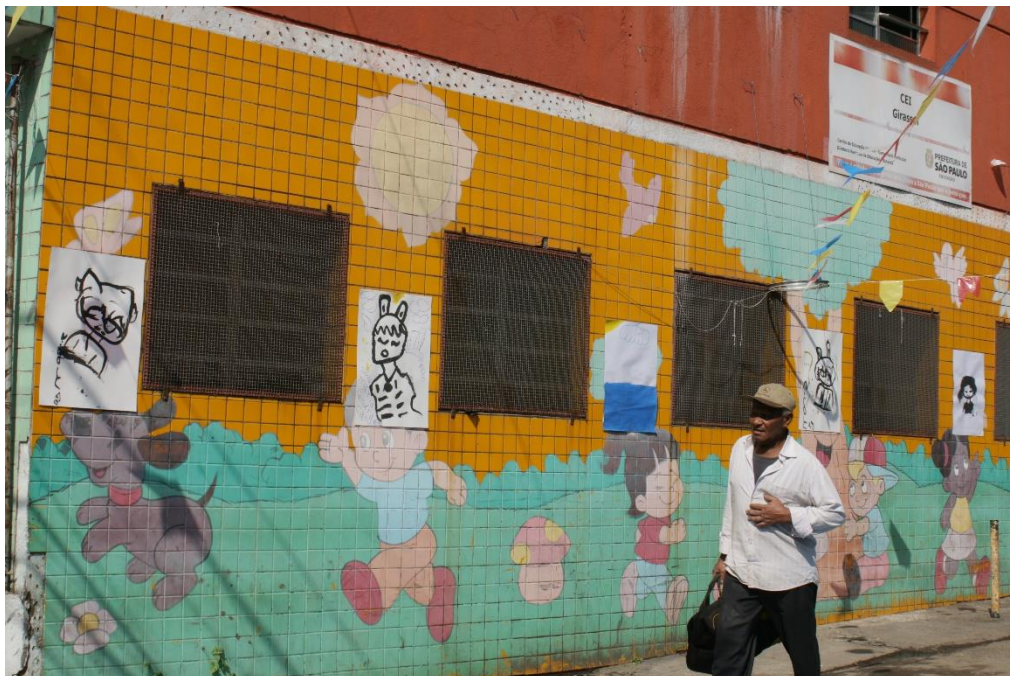
Tactile urbanism activity carried out with children at Travessa Boa Esperança. Photo: Kamilla baes

The result was a mosaic, which sparked the interest and curiosity of residents. This short-term, low-cost intervention proved to be efficient in valuing art as an element to improve the quality of public spaces. At the same time, we sought to catalyze long-term change and promote the strengthening of local identity. We also had an art exhibition with paintings made by approximately 22 children. Other activities took place, such as: face

painting, dancing, music shows, snacks made by residents, dream trees and lots of games, always stimulating creativity and emotions.



Art exhibition held with works by approximately 22 children, exhibited on the route between Travessa Boa Esperança and Parque Fazendinha. Photo: Kamilla baes



Art exhibition held with works by approximately 22 children, exhibited on the route between Travessa Boa Esperança and Parque Fazendinha. Photo: Kamilla baes

The event was a success. It was attended by many children, young people, parents and grandparents. It was a moment of change in perception, of community engagement, with art acting as a trigger for a better awareness of community identity and human rights, which are so often neglected by public authorities.



Painting workshop with children, where they created posters making the population aware of the need to care for the Parque Fazendinha space and the environment. Photo: Kamilla bae



Painting workshop with children, where they created posters making the population aware of the need to care for the Parque Fazendinha space and the environment. Photo: Kamilla baes



Dream tree in the Parque Fazendinha space. Photo: Kamilla baes



Presentation by the Batuquebrada group, from the Porto Seguro community (also belonging to the Paraisópolis Complex). Photo: Kamilla baes



Presentation by the group “Forró das Minas”. Photo: Kamilla baes

THE PANDEMIC

At a time when the pace of community activities was on the rise, the Fazendinhando movement had to suspend its actions in compliance with State Decree No. 64,881 of March 22, 2020, which determined the state of quarantine due to the COVID-19 pandemic. The new reality of restrictions on mobility and crowding hit the residents of Jardim Colombo very hard, as, in addition to a drastic change in routine, it meant a multiple drama. For children, the guaranteed school meal was no longer available. The work and income of the heads of family were compromised, as well as the lives of their dependents. Those already unemployed found it even more difficult to find a job opportunity.

The pandemic forced us to venture into new initiatives. In the impossibility of carrying out artistic interventions and territorial transformation, we sought to respond to the urgent demands of the community. With a view to minimizing the economic and social consequences caused by the pandemic, the Fazendinhando Movement started a fundraising and/or donation campaign to meet emergency demands with the distribution of food baskets, lunchboxes and locally made bread, fruits, vegetables and hygiene products. The aim was thus, above all, to guarantee food security for the community in a situation of health and social emergency.

In addition to these assistance initiatives, and even with the restrictions of quarantine, actions were started to encourage the employability conditions of residents,

especially for women. It became evident to Fazendinhando the urgency of specific initiatives for this audience, in order to reduce existing problems and offer opportunities with the perspective of a new relocation in the job market and their empowerment in the community. To this end, training courses were created in the civil construction, gastronomy and handicraft sector. This project is affectionately called by the women as “Fazendeiras”.

PROPOSAL: ARTS FESTIVAL WITH A LEGACY FOR THE COMMUNITY

As the pandemic situation improves in Brazil, the Movement intends to rebuild and revitalize community spaces and links. So, in 2022, we intend to hold the III Festival of Arts. We propose to hold this festival in end of May or beginning of June 2022. The main objective is to promote the feeling of belonging of the residents to the spaces of the community, dialoguing with the idea that these places belong to the residents and can be occupied by them. We aim not only to strengthen community life, but also to leave an aesthetic legacy and promote a sustained improvement in the quality of life of the residents.

With these goals in mind, the Festival’s program will include socio-educational, cultural and environmental activities to reach children and teenagers. We seek to nurture the zeal for the space, both on their part, as well as the presence of their families in the place. For young people and adults, there will be several artistic presentations and an exhibition of a documentary on food insecurity that is being co-produced by local social actors.

An important innovation of this festival is the concern to leave a legacy. We want to mobilize the power of art in the promotion of active citizenship and in concrete improvements for the quality of life. In addition to impacting the quality of life and food security, improving access to water and to fresh and healthy food, we have planned these communal spaces as hubs for artistic interventions (such as murals, theatrical and musical presentations) aimed at strengthening community ties, including intergenerational ties. We also plan to prepare documentary videos showing behind the scenes footage of the construction of the vegetable gardens and cistern, and of the artistic interventions taking place during the festival. These documentary videos, which will feature interviews with artists and festival organizers, will also chart the trajectory of community organization.

We thus seek to record the entire process from pre-production to the day of the festival. Small visits will be carried out with residents and visitors to show the different activities and interventions taking place.

The Festival's direction is composed by: Ester, Erik, Kamilla, Silvia, Paulo, Nath and Nilton. Once again, the protagonists of this festival will be the Jardim Colombo residents themselves. Jardim Colombo is a hub for artists of the most diverse artistic languages. The idea is for these artists to participate in the festival, promoting the integration between culture, sustainability and the environment, through artistic interventions both in the Parque Fazendinha space and in the spaces where the vegetable gardens and the installation of the cistern will be carried out. Thus, the Festival also seeks to strengthen local cultural scene and to empower our artists, maintaining an active and connected artistic network. Some names from the local scene were raised to compose the festival:

- Kamilla Bianca. A member of Fazendinhando and co-producer of the documentary on food and food insecurity; she will also be one of those responsible for the festival's video recording and for the proposed "Arctivism Conversations" content;
- André Casalle and Rafa Mosore. Photographers and community residents, they will be invited to cover the event (they have collaborated in the project since 2018);
- Jr. Pulga and Daub. Graffiti artists and community residents, they are the authors of a painting that has already been done in the community. These artists will be invited to lead the community's children in carrying out interventions on some walls adjacent to the vegetable garden and the cistern. The interventions will consist of simple and accessible recipes based on ingredients planted in the gardens, an idea shared by a collaborator of the Favela Orgânica project in Rio de Janeiro;
- "Almas Errantes" and "Natural Style". These are rap collectives formed entirely by residents of Jardim Colombo, active for over 10 years. Members from both groups are also the creators of Rádio União, a community radio station in the territory.

Through the development of these activities, we also expect to consolidate important and valuable partnerships that can contribute to structuring and financing of actions that will certainly represent many gains and possibilities for Fazendinhando to continue working for the good of the local population.

The table below is an estimated budget needed to carry out the III Festival of Arts.

Budget

Documentary videos	R\$	GBP
Pre-festival videos (Including Arctivism Conversations piece with João Nunes, planned for March 2022); videos of artistic interventions taking place during the festival	R\$ 4.500,00	£592,11

Festival

	Number of people	Unit value	Total R\$	Total GBP
1. Food for residents and artists	300	10	R\$ 3.000,00	£394,74

2. Cultural interventions				
Music	10	200	R\$ 2.000,00	£263,16
Structure for music			R\$ 1.000,00	£131,58
Graffiti/Murals	5	200	R\$ 1.000,00	£131,58
Painting materials			R\$ 2.000,00	£263,16

3. Festival structure			
Tables, chairs, other materials		R\$ 1.500,00	£197,37

4. Coordination costs		R\$ 1.500,00	£197,37
5. Administrative costs for the Fazendinhando Institute		R\$ 1.500,00	£197,37
		R\$ 18.000,00	£2.368,43

ANEXO F: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A pesquisa tem como objetivo geral investigar estratégias de resistência e ações de indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social frente ao cenário de insegurança alimentar, agravado pela pandemia de Covid-19, de modo a contribuir para o debate atual sobre políticas públicas de proteção social, alimentação e nutrição.

A metodologia da pesquisa inclui coleta de dados empíricos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiro prévio, com coordenadora(e)s e voluntária(o)s do Movimento Social Fazendinho, para explorar: como e se chegam ações oficiais governamentais no local de estudo; como emergem as ações do próprio movimento; a percepção de experiência da Segurança Alimentar na pandemia de Covid-19 e a importância do Instituto Fazendinho no momento.

A seguir estão os aspectos a serem contemplados na realização das entrevistas:

1. Desde que surgiu o Movimento Fazendinho conta com alguma contribuição governamental?
2. Com a eclosão da Pandemia de Covid-19, houve interação com o poder público?
3. Como o(a) entrevistado(a) acredita que os governantes poderiam contribuir com o Movimento Fazendinho e com os moradores do Jardim Colombo?
4. Como surge o Movimento Social Fazendinho?
5. Quais ações eram realizadas antes da Pandemia de Covid-19?
6. Com a eclosão da Pandemia de Covid-19, o que foi percebido para que ocorresse as mudanças nos objetivos do Movimento Fazendinho?
7. Quais foram as alterações realizadas?
8. De quem vinham as contribuições para que o Movimento social pudesse realizar as ações?
9. Como o governo contribuiu com o Movimento Fazendinho durante a Pandemia de Covid-19?
10. Antes da Pandemia de Covid-19, o (a) entrevistado(a) tinha preocupação com relação a quantidade de alimentos para a família ou algum conhecido no Jardim Colombo?

11. Na Pandemia, o (a) entrevistado(a) tinha preocupação com relação a quantidade de alimentos para a família ou algum conhecido no Jardim Colombo?